

Relatório de Governança Corporativa

1° Semestre - 2026

ipe PREV
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

2026 Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Secretária da Fazenda: **Pricilla Maria Santana**
Presidente do Conselho de Administração: **Cláudia Ruzicki Kremer**
Presidente do Conselho Fiscal: **Rodrigo de Castro Silveira**
Diretor-Presidente: **José Guilherme Kliemann**
Diretor de Administração e Finanças: **Marcelo Fresteiro Dias Ferreira**
Diretora de Benefícios: **Rúbia Cristina Serrano**
Diretor de Investimentos: **Gustavo Magalhães Roriz**

Comissão Permanente para elaboração do Relatório de Governança Corporativa, no âmbito do RPPS/RS.

- Ieda de Fatima Moreira Wagner e Kerli Cristiani de Souza, representantes da Assessoria de Planejamento Previdenciário e coordenadoras da comissão.
- Bruna Lenz Mentges, representante da Diretoria de Investimentos.
- Carlos Dinarte de Oliveria Keppler, representante da Presidência;
- Glaucia dos Santos Pereira, representante da Diretoria de Benefícios;
- Robert Heuzé Junior, representante da Diretoria de Administração e Finanças;

Edição e Distribuição:
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE Prev
Assessoria de Planejamento Previdenciário: Ieda de Fatima Moreira Wagner, Kerli Cristiani de Souza e Jéssica Campos Soares.
Avenida Borges de Medeiros, 1945 – CEP: 90110-900 - Porto Alegre – RS
planejamento-gestao@ipe.rs.gov.br
Disponível em http://ipeprev.rs.gov.br/governanca
É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Brasil. RS. Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.
Relatório de Governança Corporativa 2026 – 1º semestre.
101 p. (Série Governança Corporativa, n.9). 1.ed.
Palavras-chave: Previdência Social - Regime Próprio. Governança Corporativa. Benefícios Previdenciários. Evolução Atuarial. Receitas e Despesas do RPPS. Fundos Previdenciários. Investimentos.

APRESENTAÇÃO 11
1 DADOS DOS SEGURADOS 12
2 GESTÃO DE BENEFÍCIOS 15
2.1 Aposentadoria e Transferência à Inatividade 16
2.2 Pensão por Morte 20
2.3 Perícia Previdenciária Única 25
2.4 Folha de Pagamento de Benefícios Pensão por Morte 27
3 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 29
3.1 Arrecadações do RPPS/RS 29
3.2 Despesas do RPPS/RS 33
3.3 Despesas Administrativas do IPE Prev 35
3.4 Folha de Pagamentos do IPE Prev 37
3.5 Contratos Vigentes e Encerrados 39
3.6 Taxa de Administração Previdenciária 45
4 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 46
5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS 48
5.1 Recursos Financeiros dos Fundoprevs 49
5.1.1 Fundoprev Civil 50
5.1.2 Fundoprev Militar 57
6 GESTÃO DO INSTITUTO 65
6.1 Órgãos de Administração 67
6.1.1 Conselho de Administração 67
6.1.2 Conselho Fiscal 68
6.1.3 Diretoria Executiva 69
6.1.3.1 Comitês de Investimentos dos Fundoprevs 69
6.1.3.1.1 Comitê de Investimentos do Fundoprev Civil 69
6.1.3.1.2 Comitê de Investimentos do Fundoprev Militar 70
6.2 Planejamento Estratégico 2024-2028 71
6.3 Atos Normativos 72
6.4 Certificado de Regularidade Previdenciária 73
6.5 Índice de Situação Previdenciária 74
6.6 Projetos de Governo 74
6.6.1 eSocial 74
6.6.2 Pró-Sustentabilidade RS 75
6.6.3 PROGESTÃO RS 75
6.7 Ações de Comunicação 76
6.7.1 Rede Social Instagram 77
6.8 Gestão documental e Acervo Histórico 78
6.9 Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação 79

6.10 Gestão Jurídica 79
6.11 Certidão de Tempo de Contribuição 80
6.12 Controle Interno 81
6.13 Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho 83
6.13.1 Comitê de Hipóteses Atuariais 83
6.13.2 Comitê Setorial de Integridade 84
6.13.3 Comitês de Investimentos dos Fundoprevs 85
6.13.4 Comitê de Investimentos do Fundoprev Civil 86
6.13.5 Comitê de Investimentos do Fundoprev Militar 86
6.13.6 Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial 86
6.13.7 Comissão Permanente de Sindicância 87
6.13.8 Comissão Permanente do Regime Especial de Teletrabalho 87
6.13.9 Comissão Permanente para Elaboração do RGC 88
6.13.10 Comissão Permanente para o Controle de Receitas Previdenciárias 88
6.13.11 Comissão do 2º Concurso Público 88
6.13.12 Comissão Setorial de Estágio Probatório 89
6.13.13 Grupo de Governança de TIC 89
6.13.14 Grupo de Trabalho para Revisão da Folha de Pensões 89
6.13.15 Grupo de Trabalho Regularização de Bens Móveis 90
6.13.16 Grupo de Trabalho de Gestão Integrada de Riscos 90
6.13.17 Grupo de Trabalho para Alterações do Dec. Est. n.º 56.148/21 e Revisão do Regimento Interno do IPE Prev 90

7 GESTÃO DE PESSOAL 92

7.1 Força de Trabalho 92
7.2 Capacitações 93
7.3 Governança da Saúde do Trabalhador 95

8 CANAIS DE ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO 96

8.1 Atendimento Digital 96
8.2 Atendimento Telefônico 96
8.3 Atendimento Presencial 96
8.4 Ouvidoria 97

9 CERTIFICAÇÕES E SELOS 98

9.1 Pró-Gestão RPPS 98
9.2 Plano Gaúcho de Promoção da Integridade 100
9.3 Programa Nacional de Prevenção à Corrupção 100

CONSIDERAÇÕES FINAIS 101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Panorama Quantitativo dos Segurados e Beneficiários do RPPS/RS 12
Figura 2 Distribuição do RPPS/RS por Gênero 13
Figura 3 Distribuição dos Segurados e Beneficiários por Fundos 14
Figura 4 Benefícios Concedidos 16
Figura 5 Forma de Cálculo dos Proventos 17
Figura 6 Concessões por Quadro 17
Figura 7 Idade dos Aposentados e Inativos 18
Figura 8 Revisão de Proventos 19
Figura 9 Apontamentos do TCE Atendidos 19
Figura 10 Tempo Médio dos Processos 22
Figura 11 Idade Média dos Pensionistas Habilitados 24
Figura 12 Processos por Secretaria e Órgão de Origem 26
Figura 13 Tempo Médio da Análise 27
Figura 14 Cancelamento de Pensão 28
Figura 15 Composição das Receitas do Fundo Financeiro 30
Figura 16 Composição da Receita do Fundo Previdenciário Civil 31
Figura 17 Composição da Receita do Fundo Previdenciário Militar 31
Figura 18 Composição das Despesas Administrativas 35
Figura 19 Composição da Folha de Pagamentos 37
Figura 20 Movimentação dos Instrumentos Contratuais 39
Figura 21 Formatos de Acordo 39
Figura 22 Taxa de Administração em Reais (R$) 45
Figura 23 Fundoprev Civil – Composição da Carteira por Segmento de Ativo 52
Figura 24 Fundoprev Civil - Alocação por Gestor 54
Figura 25 Fundoprev Civil - Composição do PL: Contribuições Previdenciárias X Rendimentos Acumulados 55
Figura 26 Fundoprev Civil – Rentabilidade: IPCA X Meta X Auferida 56
Figura 27 Fundoprev Civil – Rentabilidade: Meta X Auferida 56
Figura 28 Fundoprev Civil - Comparativo de Índices do Mercado com Meta de Rentabilidade e Rentabilidade Auferida 57
Figura 29 Fundoprev Militar – Composição da Carteira por Segmento de Ativo 60
Figura 30 Fundoprev Militar - Alocação por Gestor 61
Figura 31 Fundoprev Militar - Composição do PL: Contribuições Previdenciárias X Rendimentos Acumulados 62
Figura 32 Fundoprev Militar – Rentabilidade: IPCA X Meta X Auferida 63
Figura 33 Fundoprev Militar – Rentabilidade: Meta X Auferida 63
Figura 34 Fundoprev Militar - Comparativo de Índices do Mercado com Meta de Rentabilidade e Rentabilidade Auferida 64
Figura 35 Organograma 65
Figura 36 Mapa Estratégico 2024-2028 66
Figura 37 Objetivos Estratégicos e Quantidade de Metas 71
Figura 38 Status das Metas por Objetivo 72
Figura 39 Evolução dos Seguidores no Instagram 78
Figura 40 Distribuição da Força de Trabalho por Nível de Escolaridade 92
Figura 41 Distribuição da Força de Trabalho por Faixa Etária 93

Figura 42 Composição da Força de Trabalho por Natureza do Vínculo 93
Figura 43 Ações de Capacitação por Modalidade e Forma de Participação 94
Figura 44 Ações Técnicas Realizadas pelo Núcleo PROSER 95
Figura 45 Selos de Gestão 100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Beneficiários por Poderes e Órgãos Independentes 13
Tabela 2 Distribuição dos Segurados e Beneficiários por Fundos 13
Tabela 3 Folha de Pagamento 14
Tabela 4 Benefícios Aposentadoria, Transferência à Inatividade (reserva) e Reforma 17
Tabela 5 Benefícios de Aposentadoria por Poder e Órgão 18
Tabela 6 Outras Atividades da Gerência de Aposentadoria 19
Tabela 7 Solicitação de Pensão por Morte 20
Tabela 8 Processos de Habilitação à Pensão por Morte 21
Tabela 9 Recadastramentos Realizados por Mês 22
Tabela 10 Pensionistas Recadastrados e Não Recadastrados por Mês de Aniversário 23
Tabela 11 Restabelecimentos de Pensão por Morte 23
Tabela 12 Renovação de Filho Estudante 23
Tabela 13 Pensão por Morte – Habilitação, Restabelecimento e Renovação 24
Tabela 14 Laudos de Isenção de IRRF ..... **Erro! Indicador não definido.**
Tabela 15 Laudos e Pareceres Médicos Emitidos 26
Tabela 16 Pareceres de Reconhecimento de Tempo Especial - IN IPE Prev n.º 05/23 26
Tabela 17 Valor da folha de Pagamento do Benefício Pensão por Morte 27
Tabela 18 Resíduo Previdenciário 28
Tabela 19 Lançamentos de Isenção de IRRF 28
Tabela 20 Receitas dos Fundos do RPPS 32
Tabela 21 Despesas dos fundos do RPPS 34
Tabela 22 Despesas Administrativas Empenhadas 36
Tabela 23 Folha de Pagamentos 38
Tabela 24 Contratos Vigentes e Encerrados 40
Tabela 25 Valores apurados no sistema COMPREV e BG COMPREV-RGPS 46
Tabela 26 Valores apurados no sistema COMPREV e BG COMPREV-RPPS 47
Tabela 27 Fundoprev Civil - Composição da Carteira por Artigo 50
Tabela 28 Fundoprev Civil – Aderência à Resolução CMN e à PAI 2026 51
Tabela 29 Fundoprev Civil - Alocação por Gestor 53
Tabela 30 Fundoprev Civil – Patrimônio Líquido e Retornos desde a Criação 54
Tabela 31 Fundoprev Civil – Rentabilidade desde a Criação – em (%) 55
Tabela 32 Fundoprev Militar - Composição da Carteira por Artigo 57
Tabela 33 Fundoprev Militar – Aderência à Resolução CMN e à PAI 2026 59
Tabela 34 Fundoprev Militar - Alocação por Gestor 60
Tabela 35 Fundoprev Militar – Patrimônio Líquido e Retornos desde a Criação 61
Tabela 36 Fundoprev Militar – Rentabilidade desde a Criação – em (%) 62
37 Deliberações do Conselho de Administração 67
Tabela 38 Resoluções do Conselho de Administração 68
Tabela 39 Deliberações do Conselho Fiscal 68
Tabela 40 Resoluções do Conselho Fiscal 68
Tabela 41 Deliberação do Comitê de Investimento do Fundoprev Civil 70
Tabela 42 Deliberação do Comitê de Investimento do Fundoprev Militar 70
Tabela 43 Atos Normativos Publicados 72
Tabela 44 Critérios para Indicador ISP 2025 74
Tabela 45 Informações Enviadas do Benefício de Aposentadoria 75

Tabela 46 Informações Enviadas do Benefício Pensão por Morte 75
Tabela 47 Indicadores Quantitativos 77
Tabela 48 Quantitativo de Serviços Prestados pela Empresa BAGERGS 79
Tabela 49 Dados Consolidados 80
Tabela 50 Fluxo Mensal dos Processos no Setor de CTC 81
Tabela 51 Número de Atendimentos aos Órgãos Requerentes 81
Tabela 52 Quantitativo de Processos Administrativos Analisados por Área 82
Tabela 53 Reuniões e Pautas 84
Tabela 54 Resoluções Fundoprev Civil 86
Tabela 55 Resoluções Fundoprev Militar 86
Tabela 56 Publicações Realizadas no DOE 88
Tabela 57 Capacitações 94
Tabela 58 Números de Atendimentos 96
Tabela 59 Números dos Canais da OGE 97
Tabela 60 Quantidade de Processos Mapeados e Manualizados 99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASSJUR	Assessoria Jurídica
BAGERGS	Banrisul Armazéns Gerais S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CAGE	Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
CDI	Controle de Devedores do IPERGS
CIP	Comitê de Integridade Pública
CMN	Conselho Monetário Nacional
COI	Consultoria em Organização e Informática
COMPREV	Compensação Previdenciária
CPRET	Comissão Permanente do Regime de Teletrabalho
CRP	Certificado de Regularidade Previdenciária
CSI	Comitê Setorial de Integridade
CTC	Certidão de Tempo de Contribuição
DAF	Diretoria de Administração e Finanças
DAIR	Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência do Governo Federal
DMEST	Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador
DOE	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul
DPIN	Demonstrativo das Políticas de Investimento
EC	Emenda Constitucional
ETP	Estudo Técnico Preliminar
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPE	Sistema de Finanças Públicas do Estado
GFPREV	Gestão Financeira Previdenciária
GGTIC	Grupo de Governança de Tec. de Informação e Comunicação do IPE Prev
GT	Grupo de Trabalho
IA	Inteligência Artificial
IN	Instrução Normativa
IP	*Internet Protocol* (Protocolo de Internet)
IPA	Sistema IPE Atendimento
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPE Prev	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
IPE Saúde	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul
IPERGS	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (até 5/04/18)
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISP	Índice de Situação Previdenciária
LAI	Lei de Acesso à Informação
LCE	Lei Complementar Estadual
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
MPS	Ministério da Previdência Social

OGE	Ouvidoria Geral do Estado
PAI	Política Anual de Investimentos
PGE	Procuradoria-Geral do Estado
PNPC	Programa Nacional de Prevenção à Corrupção
PPE	Sistema Pensão Previdenciária Eletrônica
PPU	Perícia Previdenciária Única
PROA	Sistema de Processo Administrativo
PROCERGS	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RGS S.A.
PSI	Plano de Segurança da Informação
RCL	Receita Corrente Líquida
RGC	Relatório de Governança Corporativa
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RH	Recursos Humanos
RHE	Sistema de Recursos Humanos do Estado
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RPPS/RS	Regime Próprio de Previdência Social do Rio Grande do Sul
SBI	Sistema de Beneficiários do IPERGS
SCI	Sistemas de Contribuintes do IPERGS
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado do RS
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIP	*Session Initiation Protocol* - Protocolo de Inicialização de Sessão
SFI	Sistema Administração Financeira
SMP	Serviço Móvel Pessoal
SPI	Sistema de Protocolo Integrado
SPGG	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
SRI	Sistema de Rendimentos do IPERGS
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TR	Termo de Referência
URA	Unidade de Resposta Audível

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa (RGC) do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev), referente ao primeiro semestre de 2026, evidencia o compromisso permanente do Instituto com a proteção social do servidor, transparência, responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários e a adequada prestação de contas à sociedade gaúcha, aos segurados, aos pensionistas, aos servidores e aos órgãos de controle.

O IPE Prev, gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS), é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários de aposentadoria, transferência para a inatividade e pensão por morte. Suas atribuições estão definidas no Art. 41, § 1º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, no Art. 1º da Lei Complementar Estadual (LCE) n.º 15.143, de 5 de abril de 2018.

No período, o IPE Prev manteve sua atuação voltada ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, à modernização dos processos internos e ao fortalecimento das práticas de governança. Entre os avanços alcançados, destacam-se a implantação da Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE), a continuidade dos projetos de transformação digital, o fortalecimento dos mecanismos de controle e integridade e a ampliação das ações de educação previdenciária.

A gestão dos benefícios previdenciários, dos recursos financeiros e dos investimentos dos Fundoprevs manteve-se pautada pelos princípios da legalidade, da eficiência, da sustentabilidade e da transparência. Os resultados apresentados demonstram o empenho das equipes do Instituto para garantir a prestação adequada dos serviços e a proteção dos direitos previdenciários dos beneficiários do RPPS/RS.

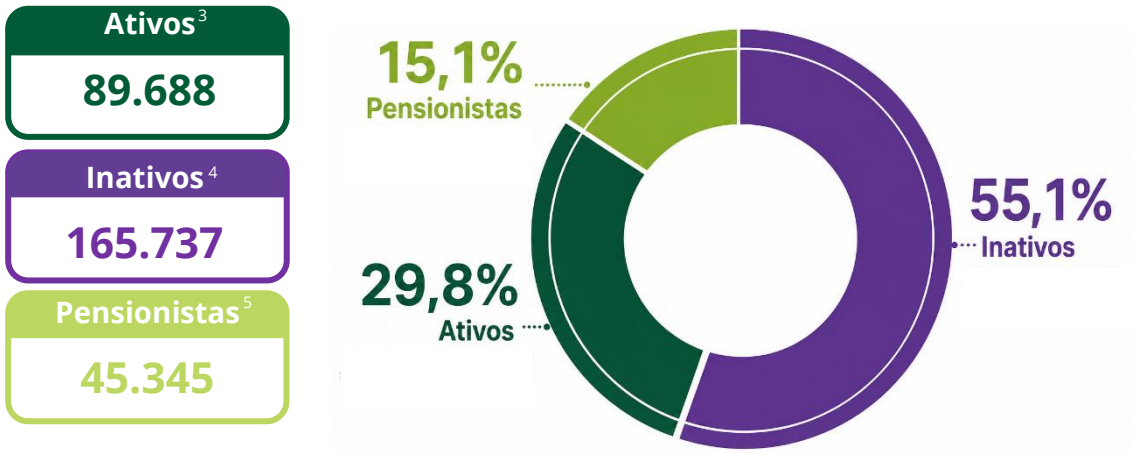
Mais do que um instrumento de prestação de contas, este relatório representa um exercício de transparência pública e de diálogo com a sociedade. Ao divulgar de forma clara e acessível as ações e os resultados institucionais, o IPE Prev reafirma seu compromisso com uma gestão previdenciária moderna, responsável e orientada ao interesse público.

1 DADOS DOS SEGURADOS

No contexto do RPPS/RS, os gráficos apresentados a seguir demonstram o quantitativo e a distribuição dos segurados[1] e beneficiários[2] entre os fundos previdenciários atualmente vigentes: o Fundo Financeiro, estruturado sob o regime de repartição simples, e o Fundo Previdenciário, fundamentado no regime de capitalização.

Essa segmentação permite compreender a composição do público vinculado a cada fundo, bem como os impactos atuariais e financeiros associados a cada modelo de custeio.

Figura 1 Panorama Quantitativo dos Segurados e Beneficiários do RPPS/RS



Fonte: Assessoria Econômica e Atuarial.

[1] Segurados: os servidores públicos que sejam titulares de cargo efetivo, membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e os militares em atividade;

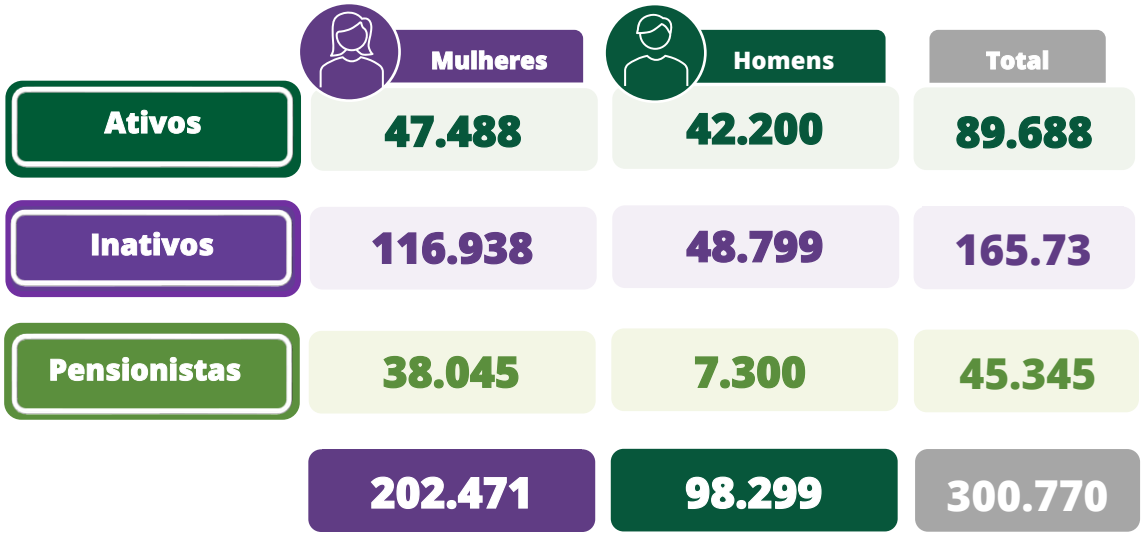
[2] Beneficiários: os segurados aposentados, transferidos para reserva remunerada ou reformados e os pensionistas;

[3] Ativos: servidores e/ou membros de Poder, titulares de cargos efetivos, do Poder Executivo, inclusive da Administração Indireta, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, incluídos o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, e os militares em atividade.

[4] Inativos: servidores civis aposentados e militares da reserva remunerada ou reformados.

[5] Pensionistas: são os dependentes beneficiários de pensão por morte.

Figura 2 Distribuição do RPPS/RS por Gênero



Fonte: Assessoria Econômica e Atuarial.

Tabela 1 Beneficiários por Poderes e Órgãos Independentes

Poderes e/ou órgãos	Quantitativo
Defensoria Pública	1.497
Ministério Público	3.347
Poder Executivo	279.218
Poder Judiciário	14.102
Poder Legislativo	1.096
Tribunal de Contas	1.510
Total	**300.770**

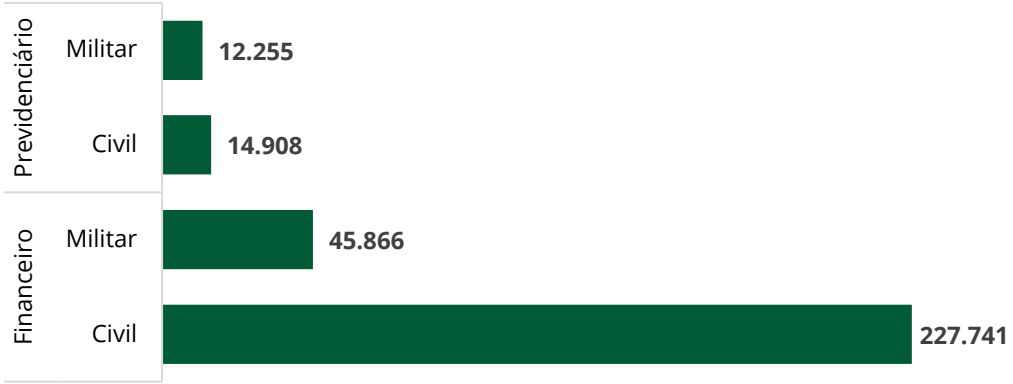
Fonte: Assessoria Econômica e Atuarial.

Tabela 2 Distribuição dos Segurados e Beneficiários por Fundos

	Plano Financeiro		Plano Previdenciário	
	Civil	Militar	Civil	Militar
Ativos	53.925	8.927	14.729	12.107
Inativos	141.398	24.231	66	42
Pensionistas	32.418	12.708	113	106
Total	**227.741**	**45.866**	**14.908**	**12.255**

Fonte: Assessoria Econômica e Atuarial.

Figura 3 Distribuição dos Segurados e Beneficiários por Fundos



Fonte: Assessoria Econômica e Atuarial.

A tabela a seguir apresenta a distribuição mensal da folha de pagamento, em reais, e do quantitativo de segurados RPPS/RS, segmentados em servidores ativos, inativos e pensionistas.

Tabela 3 Folha de Pagamento

	Ativos		Inativos		Pensionistas	
	Quant.	Folha (R$)	Quant.	Folha (R$)	Quant.	Folha (R$)
Jan	89.362	774.557.247,72	165.927	1.239.312.357,24	45.232	303.788.499,46
Fev	88.465	771.325.597,11	166.036	1.249.403.642,30	45.094	300.945.255,27
Mar	89.657	786.457.495,36	166.086	1.219.692.980,59	45.279	305.244.110,79
Abr	89.547	796.503.213,85	165.962	1.279.576.058,98	45.263	303.406.093,91
Mai	89.452	780.637.333,54	165.941	1.231.206.607,85	45.291	304.212.965,45
Jun	89.688	775.580.906,84	165.737	1.230.956.154,85	45.345	304.977.451,67

Fonte: Assessoria Econômica e Atuarial.

2 GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Compete à Diretoria de Benefícios a coordenação dos trabalhos relativos à gestão dos benefícios previdenciários do RPPS/RS e da Perícia Previdenciária Única (PPU), conforme estabelecido no Art. 15 da LCE n.º 15.143/18, no Art. 13 do Dec. n.º 56.148/21 e no Art. 17 da Portaria IPE Prev n.º 29/23 – Regimento Interno.

Com a finalidade precípua de conceder e manter os benefícios previdenciários, a Diretoria de Benefícios é composta por cinco gerências: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade; Gerência de Pensões; Gerência de Gestão de Folha de Benefícios; Gerência de Perícia Previdenciária e Gerência de Atendimento.

Essa estrutura organizacional tem como objetivo assegurar eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços previdenciários aos segurados do RPPS/RS.

No primeiro semestre de 2026, a Diretoria de Benefícios manteve a implementação e o acompanhamento de ações de gestão voltadas ao aprimoramento dos processos internos, à melhoria da eficiência operacional e ao atendimento qualificado aos segurados e beneficiários.

Entre as principais entregas do semestre, destaca-se a implantação da versão integral do Sistema PPE, projeto iniciado em 2021 com o objetivo de modernizar e digitalizar o processo de requerimento do benefício de pensão por morte. A solução consiste em uma plataforma eletrônica que possibilita a realização do pedido de forma digital, proporcionando maior agilidade, segurança e acessibilidade aos dependentes previdenciários.

O desenvolvimento do projeto contou com o acompanhamento da equipe da Gerência de Atendimento, responsável pelo mapeamento e pela definição, em conjunto com a empresa contratada, das funcionalidades e interfaces necessárias para assegurar uma experiência de uso intuitiva, segura e alinhada às necessidades dos requerentes e à legislação previdenciária.

Em operação desde junho, o PPE tornou-se a via exclusiva para a abertura de processos de habilitação à pensão por morte desde a sua implantação, registrando plena adesão dos usuários, que, em caso de eventuais dúvidas ou dificuldades, são auxiliados por meio dos canais de atendimento do IPE Prev.

Como resultado das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Benefícios no primeiro semestre de 2026, foram concedidos 1.810 benefícios previdenciários, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Figura 4 Benefícios Concedidos



Fonte: Diretoria de Benefícios.

A seguir, são apresentadas as informações detalhadas de cada área da Diretoria de Benefícios.

2.1 Aposentadoria e Transferência à Inatividade

A Gerência de Aposentadorias e Transferência à Inatividade é responsável pela análise dos pedidos de concessão e pela manutenção dos benefícios de aposentadoria e transferência para a inatividade, incluídas as hipóteses do Art. 52 da LCE n.º 15.143/18, conforme Art. 13, I, do Dec. n.º 56.148/21, e Art. 20 da Portaria IPE Prev n.º 29/23.

As competências incluem análise, revisão, renúncia, publicação, implantação e manutenção das aposentadorias e transferências à inatividade. A gerência também atua no atendimento às demandas judiciais, na instrução e na resposta aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e no envio de dados ao sistema eSocial.

A estrutura da gerência é composta por três serviços especializados: Análise de Aposentadorias, Revisão de Proventos e Publicação e Implantação, que atuam de forma integrada, assegurando a legalidade, a eficiência administrativa e a transparência na tramitação dos processos previdenciários.

No primeiro semestre de 2026, a gerência concluiu a análise de 884 processos de concessão de aposentadoria e/ou transferência à inatividade/reforma militar, resultando na concessão de 848 benefícios.

Apresentam-se, a seguir, os dados quantitativos dos processos de aposentadoria, transferência à inatividade e reforma, classificados conforme situação: analisados, deferidos e indeferidos.

Tabela 4 Benefícios Aposentadoria, Transferência à Inatividade (reserva) e Reforma

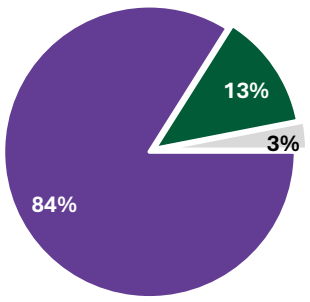
	Civil		Militar			
	Aposenta	Indefere	Reserva	Reforma	Indefere Reserva	Total
Jan	77	3	17	5	0	**102**
Fev	118	6	42	3	0	**169**
Mar	141	10	61	0	0	**212**
Abr	108	9	42	6	0	**165**
Mai	89	3	32	7	0	**131**
Jun	50	5	47	3	0	**105**
Total	**583**	**36**	**241**	**24**	**0**	**884**

Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

A figura a seguir demonstra que, em sua maioria, as aposentadorias foram concedidas com proventos integrais.

Figura 5 Forma de Cálculo dos Proventos

	Integrais	Média	Proporcionais
Jan	82	10	7
Fev	131	29	3
Mar	176	26	0
Abr	138	13	5
Mai	101	18	9
Jun	84	14	2
Total	**712**	**110**	**26**

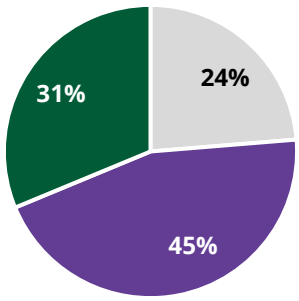


Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

Complementarmente, a figura a seguir apresenta a distribuição das concessões por quadro de carreira.

Figura 6 Concessões por Quadro

	Quadro Geral	Magistério	Militares	Total
Jan	13	64	22	**99**
Fev	26	92	45	**163**
Mar	36	105	61	**202**
Abr	59	49	48	**156**
Mai	50	39	39	**128**
Jun	17	33	50	**100**
Total	**201**	**382**	**265**	**848**



Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

O tempo médio de tramitação, contado em dias corridos, desde a abertura do processo administrativo até a publicação do ato de concessão, foi de 89 dias para os processos de transferência para reserva, 105 dias para processos de reforma e 162 dias para os processos de concessão de aposentadoria.

Registra-se que é considerado o tempo de processamento tanto no IPE Prev quanto no órgão de origem, bem como os retornos para saneamento. As inconsistências documentais e cadastrais originadas no órgão de origem acarretam

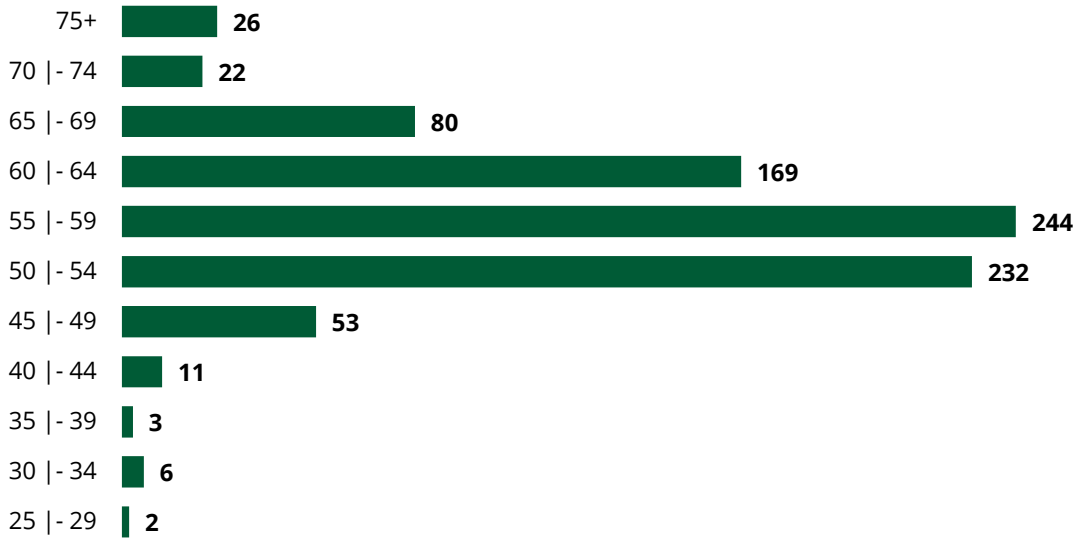
elevado índice de devoluções para saneamento, com reflexos na ampliação do prazo de concessão dos benefícios.

Nesse sentido, levantamento realizado pela Gerência de Aposentadorias e Transferência à Inatividade demonstrou que 75,6% dos processos de aposentadoria quadro do magistério retornaram ao órgão de origem para saneamento. O percentual alcançou 92% dos expedientes oriundos da Secretaria da Educação no último trimestre.

Dentre as medidas adotadas para mitigar as dificuldades enfrentadas em relação à instrução dos processos, estão a disponibilização, no site institucional, de conteúdo técnico voltado às unidades de Recursos Humanos e a solicitação do apoio da Secretaria da Educação junto às suas unidades e órgãos vinculados.

A próxima figura apresenta a distribuição por faixa etária dos servidores que tiveram os benefícios de aposentadoria e de transferência à inatividade concedidos.

Figura 7 Idade dos Aposentados e Inativos



Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

Nos termos do Art. 52 da LCE n.º 15.143/18 e da Instrução Normativa (IN) IPE Prev n.º 10/22, a tabela a seguir apresenta os resultados da análise técnica das aposentadorias dos segurados vinculados ao Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, TCE e Defensoria Pública.

Tabela 5 Benefícios de Aposentadoria por Poder e Órgão

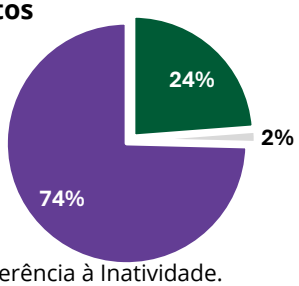
Poder Legislativo, Poder Judiciário e Órgãos Independentes							
Resultado	**TJ**	**MP**	**AL**	**TCE**	**TJM**	**DPE**	**Total**
Favorável	25	14	3	1	0	0	**43**
Favorável com ressalva	0	8	0	0	0	0	**8**
Favorável com divergência	4	1	2	4	0	1	**12**
Desfavorável	0	0	0	0	0	0	**0**
Em Instrução	105	5	2	5	1	0	**118**

Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

Os resultados dos 311 processos de revisão de proventos analisados no período estão apresentados a seguir.

Figura 8 Revisão de Proventos

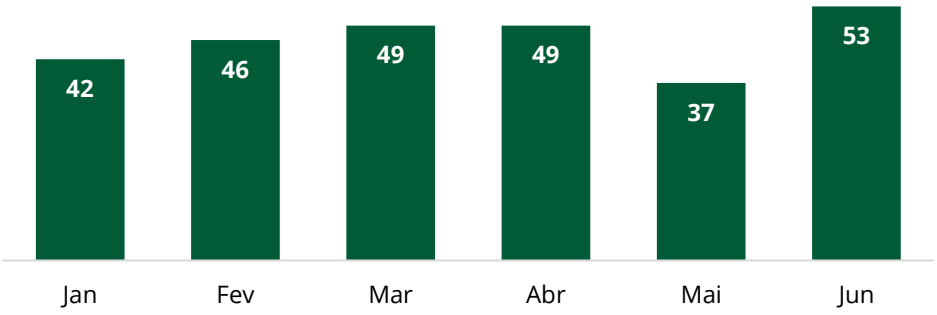
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Indefere	5	22	15	14	11	7	74
Retifica	0	3	0	0	2	0	5
Revisa	1	33	78	18	91	11	232
Total	**6**	**58**	**93**	**32**	**104**	**18**	**311**



Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

A figura a seguir demonstra o número de saneamentos de requisições do TCE atendidas no semestre, decorrentes da análise dos processos de concessão pelo órgão de controle externo.

Figura 9 Apontamentos do TCE Atendidos



Fonte: Gerência de Aposentadoria e Transferência à Inatividade.

Por fim, a tabela a seguir apresenta o quantitativo de ações complementares realizadas pela gerência que, embora não constituam sua atividade-fim, contribuem para a adequada gestão dos benefícios de aposentadoria e transferência à inatividade.

Tabela 6 Outras Atividades da Gerência de Aposentadoria

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Implantações no sistema RHE	128	142	286	50	169	113	**888**
Homologações do TCE implantadas no RHE	69	197	204	200	241	280	**1.191**
Pedidos de ofícios de sobra de tempo analisados	16	29	54	44	53	52	**248**
Atendimentos externos (via telefone e e-mail)	181	214	275	364	346	354	**1.734**
Revisões de proventos analisadas	78	47	30	109	76	99	**439**
Demandas judiciais atendidas	35	81	140	62	197	122	**637**
Total	**507**	**710**	**989**	**829**	**1.082**	**1.020**	**5.137**

Fonte: Gerência de Aposentadorias e Transferência à Inatividade.

2.2 Pensão por Morte

A recepção e a análise preliminar dos pedidos de concessão de pensão por morte estiveram sob responsabilidade da Gerência de Atendimento até meados de abril de 2026. Ao final desse mês, as atividades relacionadas ao recebimento dos requerimentos e à abertura dos respectivos processos foram transferidas para a Gerência de Pensões, em alinhamento com a reorganização das competências e dos fluxos de trabalho da área.

A principal finalidade dessa reorganização foi tratar a concessão de pensão por morte como um processo único e integrado. Com o novo fluxo, todas as etapas relacionadas à concessão da pensão por morte passaram a ser executadas pela Gerência de Pensões. Dessa forma, alcançar maior eficiência, uniformidade e celeridade no processamento dos pedidos de habilitação à pensão por morte, especialmente pela eliminação de sobreposições de atividades.

No primeiro semestre de 2026 os requerimentos de pensão por morte puderam ser realizados de três formas: (a) por e-mail, (b) pelo sistema Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE) ou (c) correspondência.

No período, foram recebidos 1.091 requerimentos, dos quais 69% foram encaminhados por e-mail. Destaca-se a mudança significativa no perfil de ingresso dos requerimentos a partir de junho de 2026, em razão do início da operação plena do PPE, que passou a concentrar parcela expressiva das solicitações.

Ainda no semestre, foram instaurados 996 processos de habilitação à pensão por morte, correspondendo a uma média mensal de 166 processos e a uma média diária de 8 novos processos.

Tabela 7 Solicitação de Pensão por Morte

	Formas de Solicitação						
	Jan	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Total**
E-mail	161	138	173	129	139	13	**753**
PPE	19	31	32	33	31	189	**335**
Correspondência	3	0	0	0	0	0	**3**
Total de Solicitações	**183**	**169**	**205**	**162**	**170**	**202**	**1.091**
	Processos Instaurados[6]						
Total de Habilitações	**161**	**148**	**189**	**153**	**168**	**177**	**996**

Fonte: Gerência de Atendimento e Gerência de Pensões.

A análise do pedido a concessão, manutenção, restabelecimento e renovação do benefício de pensão por morte é atribuição da Gerência de Pensões, conforme Art. 13, II, do Dec. Esc. n.º 56.148/21, e Art. 24 da Portaria IPE Prev n.º 29/23. A

[6] Processos de habilitação à pensão por morte instaurados em cada mês não correspondem necessariamente aos pedidos recebidos nesse mesmo período, podendo abranger requerimentos protocolados em meses anteriores.

Gerência é subdividida em três serviços: Serviço de Análise de Pensão, Serviço de Implantação e Publicação e Serviço de Manutenção e Renovação.

Foram recebidos, no primeiro semestre, 1.376 pedidos de habilitação a pensão por morte, destacando-se a concessão de 962 novos benefícios.

A seguir, são apresentados os dados mensais relativos aos processos de concessão do benefício pensão por morte.

Tabela 8 Processos de Habilitação à Pensão por Morte

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Benefícios gerados[7]	48	137	254	187	162	174	**962**
Indeferidos	3	6	133	10	2	2	**156**
Requeridos[8]	11	18	26	38	50	115	**258**
Total	**62**	**161**	**413**	**235**	**214**	**291**	**1.376**

Fonte: Gerência de Pensões.

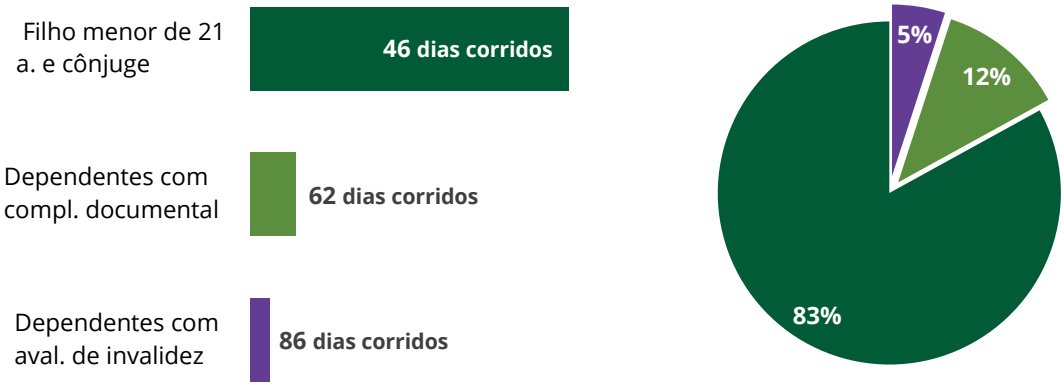
No primeiro semestre de 2026, observou-se que:

- 83% dos processos de habilitação à pensão por morte tiveram os benefícios concedidos no prazo médio de 46 dias corridos, correspondendo aos graus de dependência cônjuge e filho menor de 21 anos;
- 12% dos processos tiveram os benefícios concedidos em prazo médio de 62 dias corridos, abrangendo os graus de dependência, ex-cônjuge com pensão alimentícia, companheiro(a), ex-companheiro(a) com pensão alimentícia, filho(a) solteiro(a) estudante, mãe e menor sob guarda, categorias que apresentam maior incidência de solicitações de complementação documental para instrução processual;
- 5% dos processos tiveram os benefícios concedidos em prazo médio de 86 dias corridos e referiam-se a dependentes que necessitam de avaliação da condição de invalidez.

[7] Pensionista habilitado à pensão por morte.

[8] Protocolados e ainda pendentes de análise inicial e/ou final, tendo em vista que estão dentro do prazo de análise inicial, complementação de documentos verificação da condição de invalidez, cálculo do valor inicial dos proventos e orientação jurídica.

Figura 10 Tempo Médio dos Processos



Fonte: Gerência de Pensões.

Aproximadamente 196 processos de concessão de pensão por morte aguardam análise ao final desse semestre.

O recadastramento anual pode ser realizado de três formas:

- por reconhecimento facial, pelo App Servidor RS;
- presencialmente, nas agências do Banrisul;
- por formulário eletrônico disponível no site do IPE Prev, na impossibilidade de realização pelo App Servidor RS ou pelo Banrisul.

A tabela apresentada a seguir demonstra a quantidade de recadastramentos realizados em cada mês, contemplando tanto aqueles realizados dentro do prazo regulamentar, quanto os regularizados posteriormente.

No semestre, foram realizados 20.526 recadastramentos, sendo 75% deles realizados no Banrisul.

Tabela 9 Recadastramentos Realizados por Mês

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
APP Servidor	805	890	791	797	807	893	4.983
Banrisul	2.265	2.165	2.844	2.499	2.719	2.902	15.394
Formulário Eletrônico	19	31	40	14	21	24	149
Total	**3.089**	**3.086**	**3.675**	**3.310**	**3.547**	**3.819**	**20.526**

Fonte: Gerência de Atendimento.

A tabela a seguir demonstra o detalhamento mensal dos pensionistas recadastrados e daqueles que não realizaram o recadastramento no prazo de seu trimestre de aniversário.

Verifica-se que o não recadastramento, nos termos da legislação vigente, ensejou a suspensão do pagamento de 1.551 benefícios, o que corresponde a uma média aproximada de 9% de pensionistas com pagamento suspenso ao mês.

Foram publicados mensalmente no Diário Oficial do Estado do RS (DOE) editais de notificação quanto à suspensão do pagamento do benefício.

Tabela 10 Pensionistas Recadastrados e Não Recadastrados por Mês de Aniversário

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Recadastrados	3.133	3.018	3.240	3.065	3.356	3.365	15.812
Não Recadastrados	298	276	352	298	327	328	1.551
Total	**3.431**	**3.294**	**3.592**	**3.363**	**3.683**	**3.693**	**21.056**

Fonte: Gerência de Atendimento.

A tabela que segue demonstra o resultado das atividades desenvolvidas nos processos relativos ao restabelecimento de benefícios pensão que estavam com pagamento suspenso, nos termos previstos na LCE n.º 15.142/18 e IN IPE Prev n.º 10/21.

Tabela 11 Restabelecimentos de Pensão por Morte

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Restabelecidos[9]	16	13	15	17	14	11	**86**
Indeferidos	0	0	0	0	1	2	**3**
Requeridos[10]	0	0	0	0	2	2	**4**
Total	**16**	**13**	**15**	**17**	**17**	**15**	**93**

Fonte: Gerência de Pensões.

A tabela a seguir demonstra as ações referentes à renovação do benefício pensão por morte para os pensionistas grau filho estudante e equiparados, conforme LCE n.º 15.142/18, IN IPE Prev n.º 10/21 e IN IPE Prev n.º 03/25.

Tabela 12 Renovação de Filho Estudante

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Renovados[11]	0	64	221	27	1	9	**322**
Não Renovados	0	0	0	0	0	0	**0**
Total	**0**	**64**	**221**	**27**	**1**	**9**	**322**

Fonte: Gerência de Atendimento.

A tabela a seguir apresenta o número total de pedidos relativos ao benefício pensão por morte analisados no período, compreendendo os processos de habilitação, restabelecimento e renovações.

[9] Restabelecidos para o pensionista.

[10] Protocolados e ainda pendentes da análise inicial e/ou final, tendo em vista verificação da condição de invalidez e complementação de documentos.

[11] Benefícios pensão por morte que comprovaram a condição de filho solteiro estudante e foram renovados para o próximo semestre.

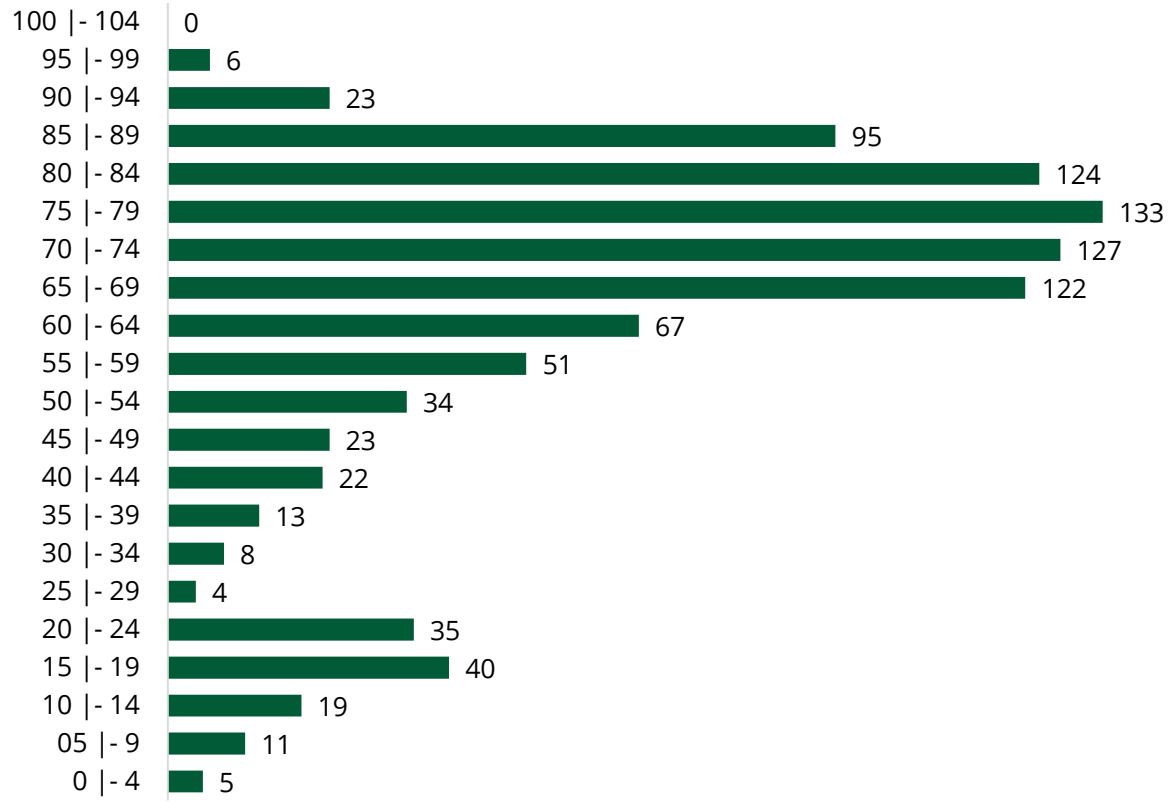
Tabela 13 Pensão por Morte – Habilitação, Restabelecimento e Renovação

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Deferimentos[12]	64	214	490	231	177	194	**1.370**
Indeferimentos[13]	3	6	133	10	3	4	**159**
Total	**67**	**220**	**623**	**241**	**180**	**198**	**1.529**

Fonte: Gerência de Pensões.

A figura a seguir identifica a faixa de idade dos 962 pensionistas que tiveram os benefícios gerados, entre janeiro e junho de 2026.

Figura 11 Idade Média dos Pensionistas Habilitados



Fonte: Gerência de Pensões.

A tabela a seguir apresenta o número de atos relacionados à análise de habilitação ao benefício pensão por morte, publicados no DOE, dando publicidade às decisões administrativas.

[12] Total de benefícios concedidos/gerados (requerentes habilitados), restabelecidos e renovados.

[13] Total de indeferimentos à habilitação, restabelecimentos e não renovados.

Tabela 14 Atos Publicados[14]

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Concessões	200	77	303	292	38	19	**30**	**959**
Indeferimentos	13	17	20	11	18	25	**29**	**133**
Total	**213**	**94**	**323**	**303**	**56**	**44**	**59**	**1.092**

Fonte: Gerência de Pensões.

2.3 Perícia Previdenciária Única

À Perícia Previdenciária Única compete a gestão e a execução da atividade médico-pericial, visando à emissão de parecer técnico para fins de habilitação aos benefícios previdenciários do RPPS/RS, à concessão de isenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e de reconhecimento do tempo de contribuição diferenciado em razão do exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, nos termos da LCE n.º 15.143/18, do Dec. n.º 56.148/21 e da Portaria IPE Prev n.º 29/23.

A Gerência da PPU é composta por dois serviços: Serviço de Perícia Médica e Serviço de Apoio Administrativo.

Registra-se que, com a vigência do Termo de Cessão de Uso de Imóvel Remunerado n.º 01/25, firmado entre IPE Prev, IPE SAÚDE e SPGG, 343 processos eletrônicos relativos à isenção de Imposto de renda foram encaminhados ao Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador (DMEST) nos meses de maio e junho, para fins de análise e emissão de parecer, circunstância que impactou o quantitativo de laudos emitidos pela PPU sobre a matéria no período.

Ainda, a necessária adequação às novas normativas internas, em especial a IN IPE Prev n.º 05/26, que disciplina os procedimentos relacionados à aposentadoria por incapacidade, bem como aos novos fluxos e interfaces do SEI-RS, também influenciou o quantitativo de laudos emitidos no período.

A seguir, apresentam-se as tabelas demonstrativas das atividades desenvolvidas por área de competência.

Tabela 15 Laudos de Isenção de IRRF

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Laudos de Pensionistas	36	24	48	47	74	42	**271**
Laudos de Servidores Aposentados	73	94	76	45	56	58	**402**
Total	**109**	**118**	**124**	**92**	**130**	**100**	**673**

Fonte: Gerência de Perícia Previdência Única.

[14] Atos publicados abrangem decisões de pedidos de habilitação de outros períodos, que foram publicados durante o período apurado, razão pela qual não correspondem ao número de benefícios gerados e indeferidos da Tabela Processos de Habilitação à Pensão por Morte.

Tabela 16 Laudos e Pareceres Médicos Emitidos

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Laudo Aposentadoria por Incapacidade	4	12	10	1	13	14	**54**
Laudo Reversão de Aposentadoria	2	1	1	1	1	1	**7**
Laudo Integralidade de Proventos	1	2	0	0	1	0	**4**
Laudo Confirmação de Aposentadoria	0	0	0	0	0	0	**0**
Laudo Biopsicossocial	5	1	3	6	6	6	**27**
Laudo Isenção de Contribuição Previdenciária	0	0	0	0	0	0	**0**
Habilitação Pensão por Morte e por Invalidez	23	24	39	17	24	25	**152**
Compensação Previdenciária	9	19	2	17	5	2	**54**
Total	**44**	**59**	**55**	**42**	**50**	**48**	**298**

Fonte: Gerência de Perícia Previdência Única.

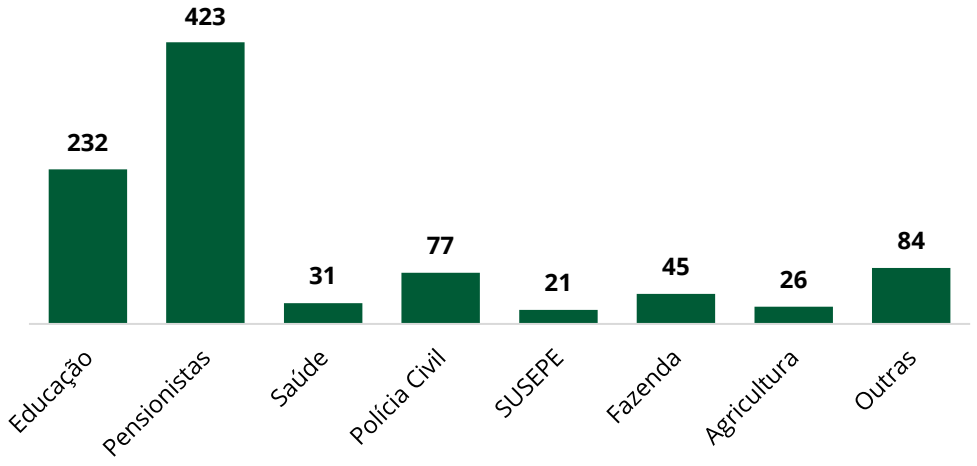
Tabela 17 Pareceres de Reconhecimento de Tempo Especial - IN IPE Prev n.º 05/23

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Requerimentos	2	1	2	6	2	0	**13**
Reconsiderações	2	0	2	3	2	0	**9**
Total	**4**	**1**	**4**	**9**	**4**	**0**	**22**

Fonte: Gerência de Perícia Previdência Única.

A figura a seguir apresenta as secretarias e órgãos de origem dos processos encaminhados à PPU, evidenciando a predominância dos pensionistas como principal demandante.

Figura 12 Processos por Secretaria e Órgão de Origem



Fonte: Gerência de Perícia Previdência Única.

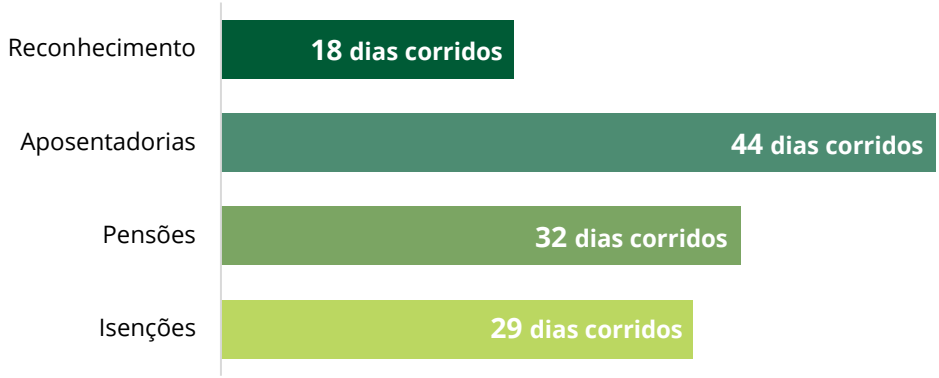
O tempo médio de resolução, contado desde o encaminhamento do expediente à Gerência de PPU até a emissão do parecer técnico correspondente, está representado no gráfico a seguir, agrupado conforme as principais demandas.

Registra-se que os expedientes de pensão por morte de dependente inválido e de aposentadoria por incapacidade apresentam, em regra, maior tempo médio de tramitação, em razão da necessidade de realização de diligências complementares,

especialmente da solicitação de exames adicionais e convocações para perícia médica presencial durante a instrução processual.

A figura a seguir evidencia o tempo médio, em dias corridos, da análise dos processos até a emissão do parecer técnico.

Figura 13 Tempo Médio da Análise



Fonte: Gerência de Perícia Previdência Única.

2.4 Folha de Pagamento de Benefícios Pensão por Morte

A gestão e a manutenção da folha de pagamento das pensões por morte, concedidas pelo RPPS/RS, competem à Gerência de Gestão de Folha de Benefícios. Dentre as atividades relacionadas à manutenção da folha de pensões, destacam-se o processamento e fechamento da folha de pagamento mensal, a suspensão e o cancelamento de benefício pensão e a apuração de resíduos previdenciários.

Conforme demonstrado na tabela a seguir, os valores brutos da folha de pagamento das pensões mantiveram-se estáveis ao longo do semestre, sem variações significativas tanto no quantitativo de benefícios quanto nos montantes pagos.

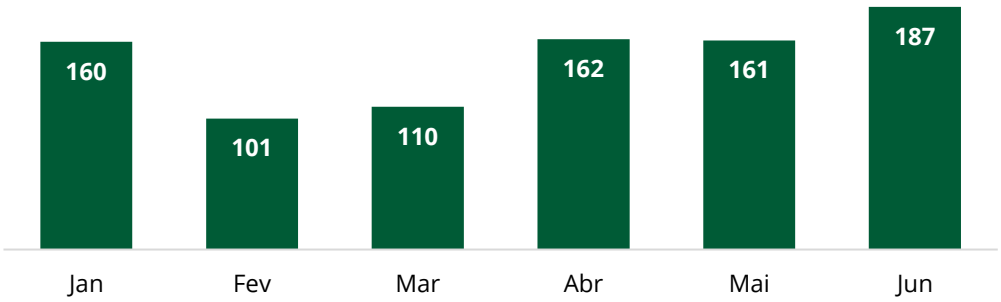
Tabela 18 Valor da folha de Pagamento do Benefício Pensão por Morte

	Quant. de Pensões	Valor (R$)
Jan	43.850	293.727.560,22
Fev	43.707	290.838.827,47
Mar	43.738	295.231.700,95
Abr	43.732	294.110.849,49
Mai	43.739	293.999.590,85
Jun	43.786	294.952.050,24

Fonte: Gerência de Gestão de Folha de Benefícios.

No primeiro semestre, foram registrados 881 cancelamentos de benefícios de pensão motivados por comunicações oficiais de óbito do pensionista, via carta de serviços do IPE Prev (https://ipeprev.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=1118) ou Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, conforme demonstrado a seguir.

Figura 14 Cancelamento de Pensão



Fonte: Gerência de Gestão de Folha de Benefícios.

Com o registro de óbito e cancelamento do benefício, é realizada a apuração de resíduos previdenciários, que consiste no levantamento de eventuais valores a pagar ou a receber. Sendo verificados valores a receber pelo RPPS/RS, estes são processados por meio de Registro de Operações Financeiras (ROF). A tabela a seguir apresenta o número de resíduos previdenciários, conforme dados apurados até junho de 2026.

Tabela 19 Resíduo Previdenciário

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Apuração de Resíduos	59	219	128	135	174	178	**893**
Abertura de ROF	32	60	0	27	20	21	**160**
Total	**91**	**279**	**128**	**162**	**194**	**199**	**1.053**

Fonte: Gerência de Gestão de Folha de Benefícios.

Por fim, os pedidos de isenção de IRRF com laudo de deferimento, que foram registrados em folha no primeiro semestre estão discriminados na tabela a seguir. Verifica-se que os inativos concentraram 68% das ocorrências.

Tabela 20 Lançamentos de Isenção de IRRF

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Pensionistas	45	25	30	61	57	22	**240**
Inativos	113	23	139	130	17	89	**511**
Total	**158**	**48**	**169**	**191**	**74**	**111**	**751**

Fonte: Gerência de Gestão de Folha de Benefícios.

3 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A Diretoria de Administração e Finanças (DAF) do IPE Prev exerce suas atribuições em estrita observância ao Art. 16 da Lei Complementar Estadual nº. 143/2018, competindo-lhe a coordenação estratégica das matérias relativas aos recursos humanos— incluindo o plano de capacitação para servidores, dirigentes e conselheiros —, aos serviços gerais e à gestão dos bens patrimoniais do Instituto. Sua atuação abrange, ainda, a governança das ações de gestão orçamentária, o controle de fluxos de recebimentos e pagamentos, a supervisão da área contábil, a cobrança da dívida ativa e a implementação das diretrizes de tecnologia da informação.

Para o pleno cumprimento de suas competências, o Decreto nº 56.148/21 estabelece, em seu Art. 3º, uma estrutura administrativa composta por cinco gerências especializadas: as Gerências de Administração; de Recursos Humanos; de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); de Finanças; e de Contabilidade. Essa organização visa garantir a eficiência operacional e a segregação de funções necessária à transparência pública.

A Gerência de Administração responsabiliza-se pela gestão patrimonial, processos licitatórios e contratos, enquanto a Gerência de Recursos Humanos foca no desenvolvimento funcional e na qualidade do ambiente organizacional. Na vertente tecnológica, a Gerência de TIC assegura a governança dos dados e a segurança dos sistemas integrados ao RPPS/RS. No âmbito financeiro e contábil, as respectivas gerências atuam na gestão financeira, orçamentária e contábil.

Dessa forma, a estrutura organizacional da DAF tem como objetivo central atuar como pilar de sustentação administrativa e tecnológica do IPE Prev. Ao consolidar informações destinadas aos órgãos de supervisão, fiscalização e controle, a Diretoria assegura a conformidade legal e a responsabilidade fiscal indispensáveis à sustentabilidade do RPPS/RS. Mais do que uma unidade de suporte, a DAF configura-se como agente de governança, mitigando riscos institucionais e viabilizando a transparência na aplicação dos recursos públicos.

3.1 Arrecadações do RPPS/RS

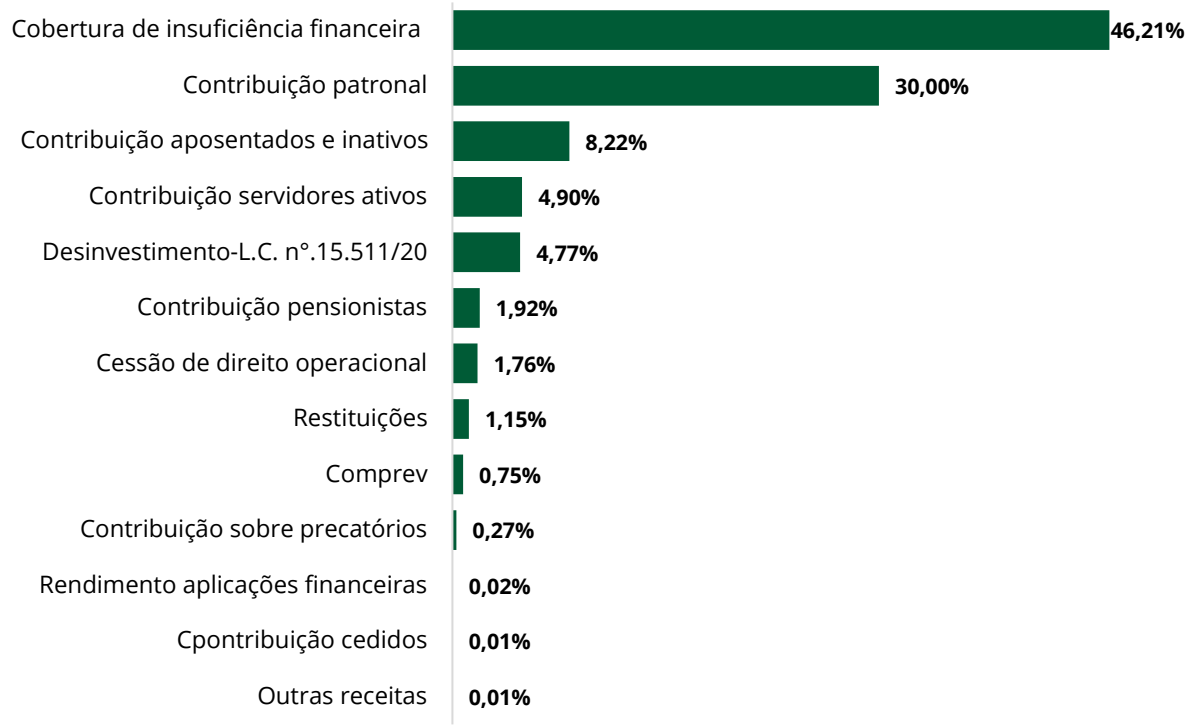
A composição detalhada das receitas do RPPS/RS no primeiro semestre de 2026 é apresentada na Tabela 21, ao final desta seção. As receitas estão estruturadas em três fundos: Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário Civil e Fundo Previdenciário Militar. O Fundo Previdenciário Civil (FUNDOPREV) e o Fundo Previdenciário Militar (FUNDOPREV MILITAR) constituem fundos distintos e independentes, destinados aos respectivos regimes de servidores civis e militares.

Na análise do período, verificou-se que o Fundo Financeiro concentra 93,2% das receitas do RPPS/RS, com estrutura dominada por três fontes:

- aporte para cobertura de insuficiência financeira (46,2%—R$ 4,40 bilhões);
- contribuição patronal regular (30%—R$2,86 bilhões);
- contribuição dos servidores ativos, inativos e aposentados (13,1%—R$ 1,25 bilhão).

Essa composição evidencia que o fundo não é autossustentável pelas contribuições correntes, sendo dependente de aportes estatais.

Figura 15 Composição das Receitas do Fundo Financeiro

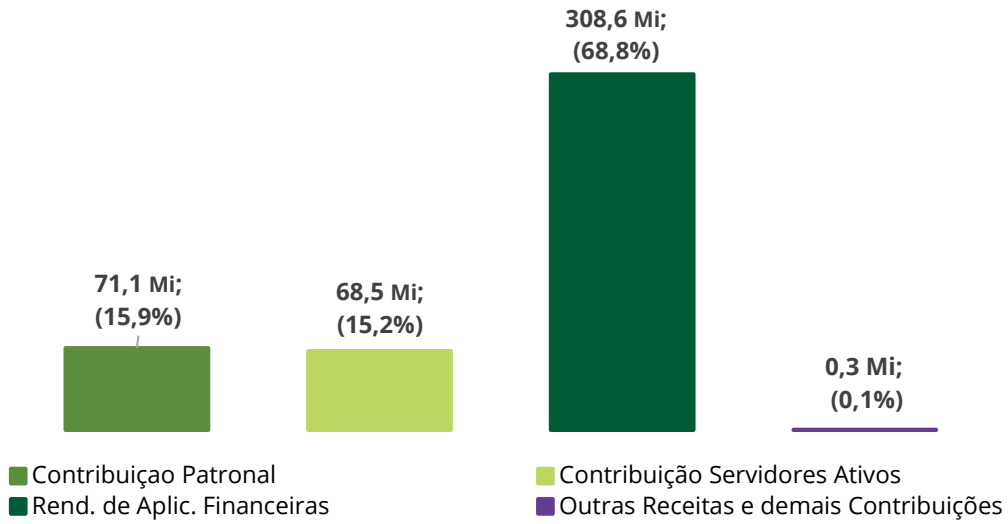


Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

No primeiro semestre de 2026, iniciou-se a transferência de recursos do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro, em decorrência dos efeitos da Lei Complementar nº 15.511/20, que tratou da segregação de massas do FUNDOPREV. Nesse contexto, observa-se redução dos aportes destinados à cobertura da insuficiência financeira no semestre, em cerca de cinco pontos percentuais em comparação com o segundo semestre de 2025.

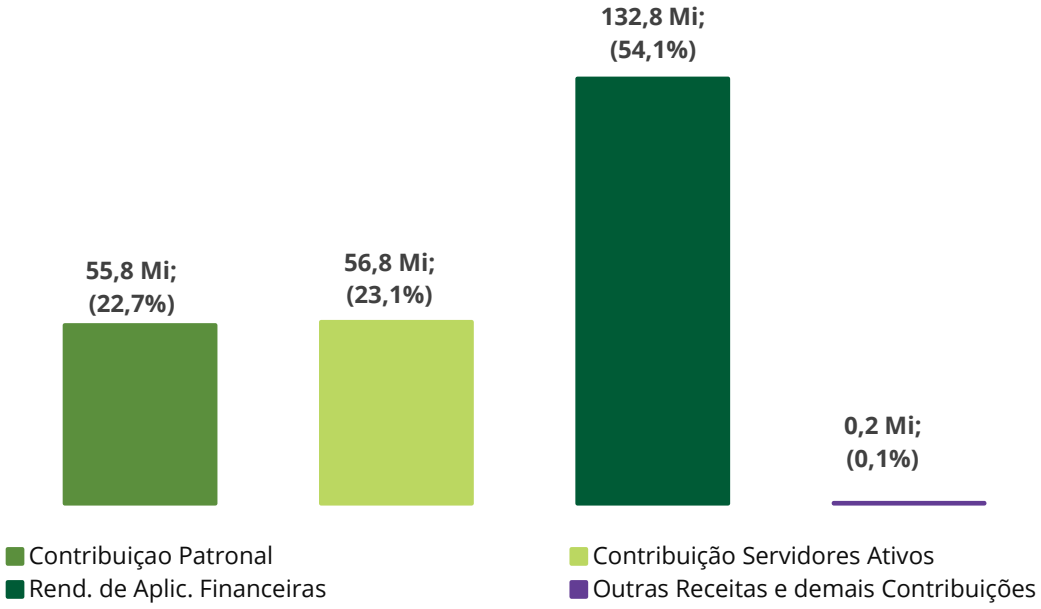
O Fundo Previdenciário Civil e o Fundo Previdenciário Militar, que estão sob o regime de capitalização, respondem por 6,8% das receitas totais do semestre. Seus rendimentos de aplicações financeiras representam 63,6% das receitas conjuntas desses fundos e constituem a principal fonte de receitas em ambos, correspondendo a 68,81% das receitas do Fundo Previdenciário Civil e a 54,09% do Fundo Previdenciário Militar. Esses resultados refletem a natureza do regime de capitalização, no qual o patrimônio acumulado gera rendimentos que constituem importante fonte de financiamento das obrigações previdenciárias.

Figura 16 Composição da Receita do Fundo Previdenciário Civil



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

Figura 17 Composição da Receita do Fundo Previdenciário Militar



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

Tabela 21 Receitas dos Fundos do RPPS

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Total das receitas do RPPS/RS	**1.686.515.882,89**	**1.596.844.919,63**	**1.625.933.832,73**	**1.760.183.821,78**	**1.659.859.687,39**	**1.845.862.284,66**	**10.217.047.346,29**
Fundo Financeiro	**1.565.401.372,56**	**1.538.343.619,88**	**1.529.931.355,88**	**1.622.834.244,40**	**1.533.622.778,36**	**1.733.020.843,85**	**9.523.154.214,93**
Contribuição Servidores Ativos	80.680.290,68	79.537.060,04	76.339.955,16	77.591.283,51	77.077.495,40	74.211.514,78	465.437.599,57
Contribuição Aposentados e Inativos	129.511.327,90	130.521.138,46	128.000.979,81	135.840.263,88	129.718.333,15	129.659.612,32	783.251.655,52
Contribuição Patronal	472.831.974,98	494.291.572,43	445.938.606,16	503.091.373,77	468.986.640,81	473.659.417,17	2.858.799.585,32
Contribuição Pensionistas	30.557.507,02	30.256.385,03	30.643.364,01	30.547.536,75	30.588.795,66	30.638.920,99	183.232.509,46
Contribuição Sobre Precatórios	4.085.751,47	4.104.916,30	5.631.527,65	3.021.071,61	3.284.121,67	5.443.622,77	25.571.011,47
Contribuição Cedidos	50.099,88	161.432,61	117.054,07	159.991,85	144.237,84	132.513,71	765.329,96
Comprev	11.174.532,38	14.537.198,78	11.607.282,36	13.879.910,58	8.662.229,60	11.285.232,06	71.146.385,76
Desinvestimento - L.C. N° 15.511/20	-	-	178.208.203,38	90.282.795,29	91.447.443,34	94.375.648,74	454.314.090,75
Rend. de Aplic. Financeiras	-	-	481.965,73	524.741,69	369.261,07	886.310,70	2.262.279,19
Cessão De Direito Operacional	-	-	-	-	-	167.210.400,00	167.210.400,00
Aporte Cobertura de Insuficiência Financeira	810.295.709,43	723.127.856,26	649.215.809,59	759.715.885,82	717.619.672,98	740.233.990,57	4.400.208.924,65
Restituições	26.123.778,90	61.713.743,36	3.234.750,21	8.041.124,69	5.713.817,00	5.066.423,25	109.893.637,41
Outras Receitas	90.399,92	92.316,61	511.857,75	138.264,96	10.729,84	217.236,79	1.060.805,87
Fundo Capitalizado Civil	**81.146.302,87**	**22.333.723,39**	**58.263.399,80**	**90.551.753,08**	**83.083.597,26**	**71.160.532,54**	**448.386.226,15**
Contribuição Servidores Ativos	11.247.404,87	10.982.946,04	11.774.084,99	11.689.258,30	11.573.032,36	11.243.410,49	68.510.137,05
Contribuição Aposentados	19.814,36	19.909,41	19.909,41	18.925,38	18.900,03	18.918,15	116.376,74
Contribuição Patronal	15.981.314,21	11.309.329,86	8.653.944,74	11.770.190,69	11.766.453,33	11.572.868,06	71.054.100,89
Contribuição Pensionistas	29.189,77	21.538,08	21.072,81	20.916,82	18.220,29	26.737,37	137.675,14
Contribuição Cedidos	-	-	-	7.354,76	6.952,57	4.041,45	18.348,78
Rend. de Aplic. Financeiras	53.868.579,66	41.846.917,21	37.794.387,85	67.045.107,13	59.700.038,68	48.294.557,02	308.549.587,55
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Capitalizado Militar	**39.968.207,46**	**36.167.576,36**	**37.739.077,05**	**46.797.824,30**	**43.153.311,77**	**41.680.908,27**	**245.506.905,21**
Contribuição Servidores Ativos	9.195.927,78	8.997.473,91	9.211.794,63	9.921.356,08	9.501.218,10	9.931.516,24	56.759.286,74
Contribuição Inativos	9.163,66	9.301,12	9.683,23	9.370,05	9.456,50	13.843,56	60.818,12
Contribuição Patronal	8.652.456,81	9.217.028,46	9.025.236,68	9.926.135,64	9.262.477,33	9.663.257,20	55.746.592,12
Contribuição Cedidos	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição Pensionistas	19.908,55	20.427,54	26.817,09	23.946,63	25.028,50	25.882,65	142.010,96
Rend. de Aplic. Financeiras	22.089.311,81	17.922.140,93	19.464.334,38	26.915.804,86	24.353.920,31	22.045.755,77	132.791.268,06
Outras Receitas	1.438,85	1.204,40	1.211,04	1.211,04	1.211,03	652,85	6.929,21

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

3.2 Despesas do RPPS/RS

A composição detalhada das despesas do RPPS/RS no primeiro semestre de 2026 é apresentada na Tabela 22, ao final desta seção. O demonstrativo evidencia os desembolsos realizados, também estruturado em três fundos: Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário Civil e Fundo Previdenciário Militar. No período, o total das despesas alcançou R$ 8,93 bilhões (R$ 8.925.948.123,55), evidenciando a significativa representatividade das despesas previdenciárias nas contas do Estado do Rio Grande do Sul.

O Fundo Financeiro opera sob o regime de repartição simples, conforme a Lei Complementar nº 15.142/18, sendo financiado pelas contribuições correntes dos servidores ativos, aposentados, servidores inativos, pensionistas e do ente público.

No semestre, as despesas com aposentados e servidores inativos corresponderam a 76,75% das despesas do Fundo Financeiro, alcançando R$ 6,49 bilhões. As despesas com pensionistas representaram 20,38%, totalizando R$ 1,73 bilhão. Em conjunto, esses dois grupos responderam por 97,13% das despesas do Fundo Financeiro, equivalentes a R$ 8,22 bilhões, enquanto os 2,87% restantes referem-se às despesas de exercícios anteriores, à compensação previdenciária (COMPREV) e às indenizações e restituições.

Os Fundos sob o regime de capitalização responderam por 5,2% das despesas do RPPS/RS.

O Fundo Previdenciário Civil registrou desembolsos de R$ 457,22 milhões, dos quais 99,4% referem-se à devolução de contribuições previdenciárias (Desinvestimento – L.C. nº 15.511/20). Esses valores decorrem da segregação de massas implementada em 2020, por meio da qual segurados ingressantes no FUNDOPREV entre 2011 e 2016 foram transferidos para o Fundo Financeiro, tornando necessária a restituição das contribuições anteriormente recolhidas ao fundo de origem.

O Fundo Previdenciário Militar apresentou desembolsos de R$ 3,11 milhões, representando participação residual na despesa previdenciária de 0,03%. Ambos os fundos devem observar as normas de equilíbrio financeiro e atuarial previstas na Lei nº 9.717/98.

Tabela 22 Despesas dos fundos do RPPS

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Despesas do RPPS	**1.400.418.939,51**	**1.448.738.240,04**	**1.555.235.943,70**	**1.543.640.843,54**	**1.485.065.040,56**	**1.492.849.116,20**	**8.925.948.123,55**
Fundo Financeiro	**1.399.118.402,77**	**1.447.889.662,24**	**1.376.012.039,00**	**1.452.442.293,47**	**1.392.697.596,32**	**1.397.458.217,69**	**8.465.618.211,49**
Aposentados e Inativos	1.063.960.657,21	1.068.112.608,12	1.068.413.649,01	1.129.968.080,43	1.083.285.711,75	1.083.475.812,79	6.497.216.519,31
Pensionistas	283.653.749,42	284.582.607,77	288.402.073,65	289.080.563,35	289.748.334,63	290.124.729,78	1.725.592.058,60
Exercícios Anteriores	48.335.834,15	86.656.860,26	12.000.981,24	14.442.016,25	10.931.643,21	9.296.423,68	181.663.758,79
Comprev	3.168.161,99	8.537.586,09	7.191.739,39	18.950.768,11	8.731.906,73	13.487.763,48	60.067.925,79
Indenizações e Restituições	-	-	3.595,71	865,33	-	1.073.487,96	1.077.949,00
Fundo Previdenciário Civil	**546.941,50**	**452.743,93**	**178.697.504,56**	**90.747.758,68**	**91.905.461,92**	**94.871.234,23**	**457.221.644,82**
Aposentados	158.858,11	144.253,27	180.921,17	163.796,83	166.669,69	165.903,62	980.402,69
Pensionistas	353.847,39	282.466,94	276.444,91	284.509,97	272.440,24	317.349,34	1.787.058,79
Exercícios Anteriores	34.236,00	26.023,72	31.935,10	16.656,59	18.908,65	12.332,53	140.092,59
Desinvestimento – LC 15.511/20	-	-	178.208.203,38	90.282.795,29	91.447.443,34	94.375.648,74	454.314.090,75
Fundo Previdenciário Militar	**753.595,24**	**395.833,87**	**526.400,14**	**450.791,39**	**461.982,32**	**519.664,28**	**3.108.267,24**
Inativos	134.671,22	139.440,67	148.449,64	139.067,95	141.134,69	180.318,31	883.082,48
Pensionistas	245.955,00	256.393,20	300.635,22	290.397,30	305.853,90	308.799,43	1.708.034,05
Exercícios Anteriores	372.969,02	-	77.315,28	21.326,14	14.993,73	30.546,54	517.150,71

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

3.3 Despesas Administrativas do IPE Prev

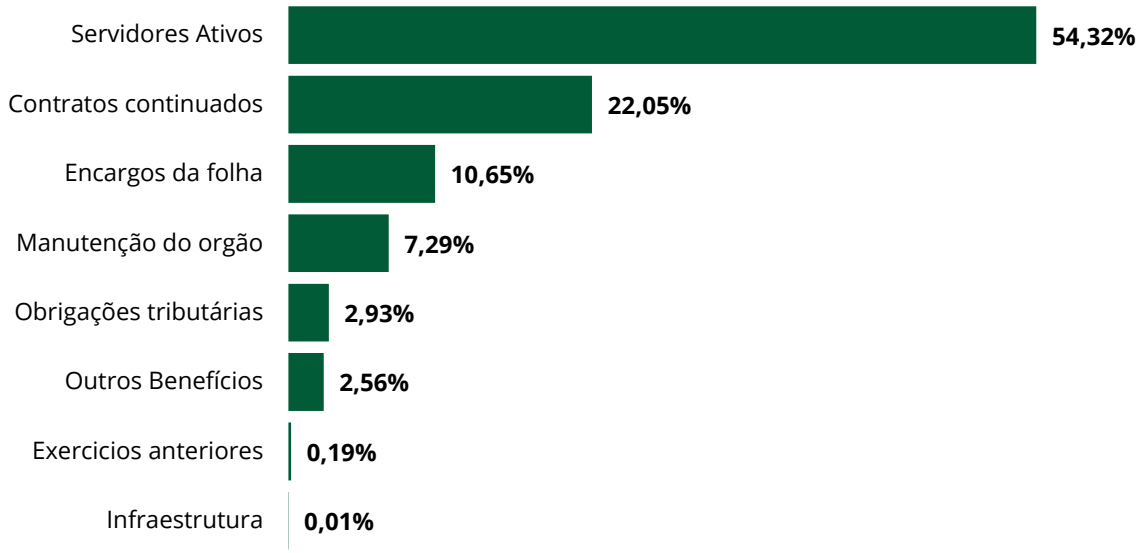
A Tabela 23 consolida as despesas administrativas empenhadas no primeiro semestre de 2026 pelo IPE Prev, na condição de unidade gestora do RPPS/RS. O total das despesas empenhadas no semestre foi de R$ 25,29 milhões.

No período, a principal despesa administrativa concentrou-se em servidores ativo, no montante de R$ 13,74 milhões, o que representa 54,3% do total das despesas administrativas do semestre.

A segunda maior despesa corresponde aos contratos de terceiros de caráter continuado, que totalizaram R$ 5,6 milhões no semestre, representando 22% das despesas administrativas do período.

Também se destacam os encargos sobre a folha de pagamento dos servidores ativos, no montante de R$ 2,69 milhões, equivalente a 10,6% do total. Em conjunto, as despesas com contratos de caráter continuado e os encargos sobre a folha de pagamento representam cerca de 33% das despesas administrativas do semestre.

Figura 18 Composição das Despesas Administrativas



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

As demais despesas compreendem os gastos com a manutenção do órgão, no valor de R$ 1,8 milhão; outros benefícios, que totalizaram R$ 647,86 mil; e despesas de capital com infraestrutura, no montante de R$ 2,57 mil. Há, ainda, valores relativos a obrigações tributárias e a despesas de exercícios anteriores, que alcançaram R$ 740,11 mil e R$ 48,37 mil, respectivamente. No período, não foram registradas despesas com sentenças judiciais.

Tabela 23 Despesas Administrativas Empenhadas

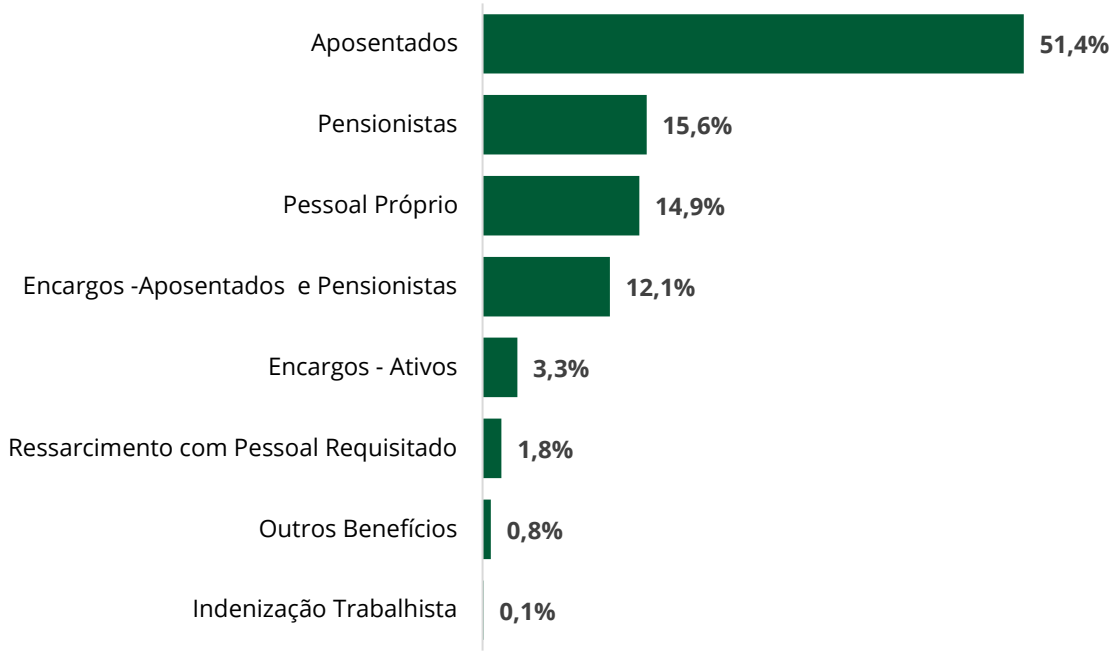
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Despesas Administrativas	**3.937.738,30**	**4.786.246,93**	**4.241.711,52**	**3.990.577,16**	**4.451.649,39**	**3.878.252,26**	**25.286.175,56**
Ativos	2.102.004,74	2.528.817,53	2.281.498,87	2.204.294,05	2.417.962,82	2.200.528,60	13.735.106,61
Outros Benefícios	89.222,97	102.751,17	123.863,53	106.554,53	127.462,43	98.002,36	647.856,99
Demais Desp. Administrativas (manutenção do órgão)	64.909,14	492.319,53	403.644,21	334.850,90	285.758,84	263.039,67	1.844.522,29
Contratos de Terceiros (correntes de caráter continuado)	890.155,55	910.937,23	976.811,13	831.486,27	1.133.892,53	831.860,03	5.575.142,74
Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (despesas de capital)	-	-	-	-	-	2.574,00	2.574,00
Obrigações Tributárias	311.536,53	294.501,60	8.640,00	58.557,67	33.456,62	33.420,76	740.113,18
Exercícios Anteriores	17.569,39	5.066,27	-	-	-	25.739,18	48.374,84
Encargos - Folhas de Pagamento Ativos	462.339,98	451.853,60	447.253,78	454.833,74	453.116,15	423.087,66	2.692.484,91

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

3.4 Folha de Pagamentos do IPE Prev

A Tabela 24 apresenta uma visão mais detalhada da execução financeira, consolidando o pagamento dos benefícios e das remunerações gerenciados pelo Instituto no primeiro semestre de 2026. No período, o total da folha de pagamentos do IPE Prev alcançou R$ 82,17 milhões.

Figura 19 Composição da Folha de Pagamentos



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

A folha de aposentados e pensionistas refere-se aos benefícios previdenciários oriundos de ex-servidores do Instituto. O valor dessa folha foi de R$ 55,15 milhões no semestre, representando aproximadamente 67% do total da folha de pagamentos e constituindo, portanto, sua parcela mais representativa. Ao serem considerados os encargos correspondentes, no montante de R$ 9,94 milhões, essa participação alcança aproximadamente 79% do total da folha de pagamentos do Instituto.

No período, o valor da folha de aposentados foi significativamente superior ao da folha de pensionistas, alcançando R$ 42,23 milhões, enquanto a folha de pensionistas totalizou R$ 12,8 milhões.

As despesas com pessoal ativo somaram R$ 14,38 milhões no semestre, representando 17,5% do total da folha de pagamentos. Quando acrescidos os encargos incidentes sobre a folha de ativos, no valor de R$ 2,7 milhões, essa participação alcança cerca de 21% do total da folha de pagamentos.

Tabela 24 Folha de Pagamentos

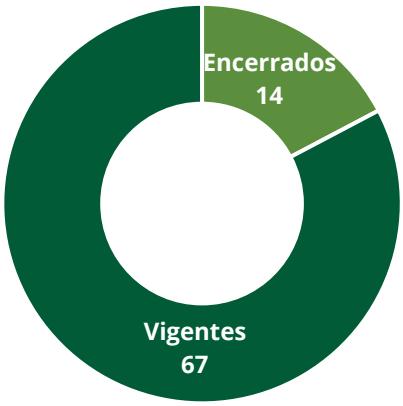
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
	13.506.801,78	**14.058.438,52**	**13.411.188,65**	**13.660.245,66**	**13.872.955,92**	**13.662.811,90**	**82.172.442,43**
Folhas de ativos	**2.191.227,71**	**2.631.568,70**	**2.405.362,40**	**2.310.848,58**	**2.545.425,25**	**2.298.530,96**	**14.382.963,60**
Pessoal Próprio	2.062.300,23	2.076.149,24	2.022.091,57	2.010.751,59	2.089.976,96	1.978.613,60	12.239.883,19
Ressarcimento com Pessoal Requisitado	39.704,51	452.668,29	259.407,30	193.542,46	327.985,86	221.915,00	1.495.223,42
Outros Benefícios	89.222,97	102.751,17	123.863,53	106.554,53	127.462,43	98.002,36	647.856,99
Encargos da folha de ativos	**463.387,70**	**452.901,32**	**448.301,50**	**455.881,46**	**454.391,51**	**424.498,13**	**2.699.361,62**
Contrib. Patronal FAS/RS	53.346,84	53.499,71	53.964,24	54.913,35	52.977,59	50.314,21	319.015,94
Contrib. Patronal FINANCEIRO – RPPS	206.194,68	205.327,34	200.040,08	200.463,74	198.904,86	176.607,66	1.187.538,36
Contrib. Patronal CAPITALIZADO – RPPS	39.337,69	39.337,66	32.741,48	38.487,52	38.577,79	38.683,41	227.165,55
Contrib. Patronal RPC/RS	1.047,72	1.047,72	1.047,72	1.047,72	1.275,36	1.410,47	6.876,71
Contrib. Patronal INSS	111.299,40	127.495,31	134.178,50	134.815,98	136.550,33	134.522,72	778.862,24
FGTS	52.161,37	26.193,58	26.329,48	26.153,15	26.105,58	22.959,66	179.902,82
Folha de aposentados e pensionistas	**9.199.638,81**	**9.243.356,06**	**9.165.086,65**	**9.168.061,95**	**9.160.639,39**	**9.217.499,01**	**55.154.281,87**
Aposentados	7.053.812,58	7.070.740,03	7.019.083,69	7.046.153,96	7.001.926,66	7.039.281,30	42.230.998,22
Pensionistas	2.125.362,34	2.152.247,73	2.125.610,09	2.101.479,73	2.138.250,17	2.159.307,23	12.802.257,29
Indenização Trabalhista Servidores Aposentados / Pensionistas	20.463,89	20.368,30	20.392,87	20.428,26	20.462,56	18.910,48	121.026,36
Encargos da folha de aposentados e pensionistas	**1.652.547,56**	**1.730.612,44**	**1.392.438,10**	**1.725.453,67**	**1.712.499,77**	**1.722.283,80**	**9.935.835,34**
Contrib Patronal Inativos FAS/RS – IPE Prev	243.786,98	244.180,99	219.061,29	243.640,99	241.947,56	243.001,14	1.435.618,95
Contrib. Patronal Pensionistas - IPE Saúde	0,00	73.958,67	73.881,09	73.049,60	72.853,23	73.623,40	367.365,99
Contrib. Patronal Inativos – RPPS	1.408.760,58	1.412.472,78	1.099.495,72	1.408.763,08	1.397.698,98	1.405.659,26	8.132.850,40

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

3.5 Contratos Vigentes e Encerrados

No primeiro semestre de 2026, o Instituto administrou 81 instrumentos contratuais. No período, foram celebrados 12 novos instrumentos, sendo 11 contratos e um Termo de Cessão; formalizadas quatro renovações de vínculos preexistentes e registrados 14 encerramentos. Consideradas as vigências mantidas, o IPE Prev finalizou o semestre com 67 instrumentos vigentes, refletindo a dinâmica operacional e a constante atualização da rede de serviços e parcerias.

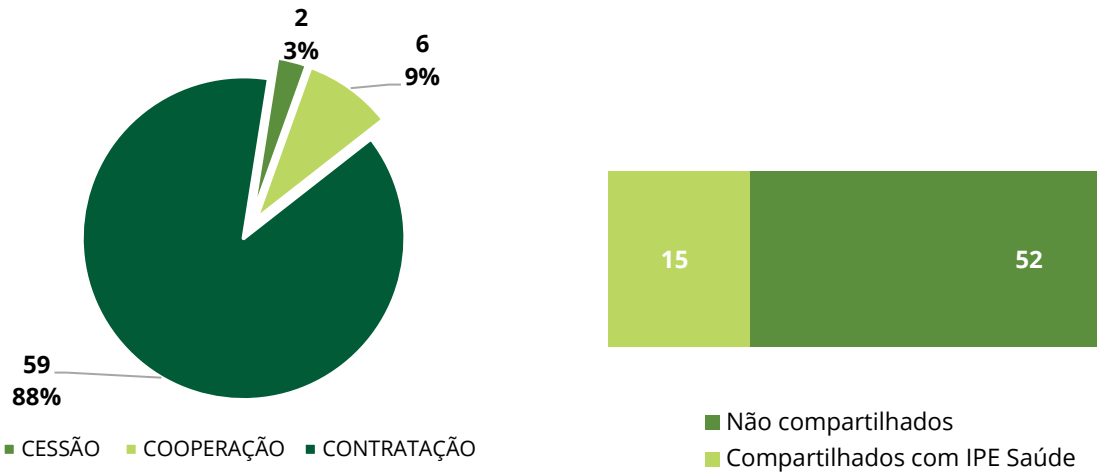
Figura 20 Movimentação dos Instrumentos Contratuais



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

Essa estrutura contratual contempla dois Termos de Cessão, com previsão de ingresso mensal conjunto de R$ 73.858,59; 6 Termos de Cooperação; e 15 instrumentos vigentes compartilhados com o IPE Saúde. Essas parcerias reforçam a integração institucional e a otimização de recursos, contribuindo para a sustentabilidade operacional do Instituto.

Figura 21 Formatos de Acordo



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

Tabela 25 Contratos Vigentes e Encerrados

Nº do Processo	Contratado/Fornecedor	Objeto da contratação	Custeio (R$)	Início da Vigência	Fim da Vigência
21/0489-0002094-5	PROCERGS	Prestação dos serviços de Implantação, Manutenção, Operação e Armazenamento de Dados do Sistema RHE - Previdência para o IPE Prev.	R$ 63.926,60 mensais	28/01/22	28/01/26
22/14400006995-5-	JQL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (*)	Serviços contínuos de manutenção predial, incluindo ferramentas e equipamentos	R$ 112.075,19 mensais	23/05/23	08/02/26
22/1440-0014629-1	ICQ BRASIL	Pró-gestão RPPS, nível II	R$ 17.160,00	13/03/23	12/03/26
20/2442-0000542-5	INOVE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA	Prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria atuarial	R$ 143.021,43	12/03/21	12/03/26
22/1440-0017704-9	MI CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES LTDA	Empresa do ramo de engenharia para execução de reparos estruturais.	R$ 458.402,50	06/10/25	12/03/26
21/2442-0000144-1	TICKET GESTÃO EM MANUTENÇÃO EZC S.A (TICKET Log Manutenção)	Manutenção Preventiva e Corretiva Frota Veículos	R$ 20.000,00	05/04/21	05/04/26
25/1440-0006792-4	ECOS TURISMO LTDA	Emergencial - Agenciamento e Emissão de Passagens aéreas	R$ 0,08 mensais	10/09/25	17/04/26
20/2442-0002796-8	BANRISUL	Cobrança Bancária - Fundo Previdenciário Servidores Militares.	R$ 40,00 mensais	19/04/21	19/04/26
25/1440-0006614-6	SETE CONSTRUÇÕES LTDA (*)	Execução de serviço de engenharia elétrica para reforma do ramal subterrâneo de média tensão (12/20 kV).	R$ 55.000,00	30/01/26	27/04/26
22/2442-0000111-0	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Subscrição de licenças de uso de software tipo suíte de produtividade corporativa Microsoft Office 365.	R$ 12.630,60 mensais	01/05/22	01/05/26
24/1440-0012229-6	CERT LTDA (*)	Emergencial, empresa especializada em Sistema de Climatização para prestação de serviços de recuperação.	R$ 223.267,63	02/01/25	12/06/26
24/1440-0014677-2	3R PORTAS AUTOMÁTICAS E ESQUADRIAS LTDA (*)	Serviços de fornecimento e instalação de portas automáticas.	R$ 60.874,35	22/04/26	15/06/26
25/1440-0005006-1	MOTTAS ASSESSORIA LTDA	Consultoria especializada em previdência.	R$ 57.045,00	24/09/25	15/06/26
17/2442-0007804-3	NUMERIA INFORMÁTICA LTDA EPP	Serviços de desenvolvimento e implantação de sistema informatizado denominado Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE)	R$ 567.558,24	15/06/21	15/06/26
21/2442-0004499-0	AVOIP TELECOM LTDA	Empresa especializada para prestar Serviços de Telefonia Fixa Comutada, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional.	R$ 4.309,00 mensais	13/09/23	17/07/26
22/1440-0008897-6	MULTIFUNCIONAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO PREDIAL LTDA (*)	Serviços terceirizados de mão de obra exclusiva, cargo de recepcionista.	R$ 48.249,93 mensais	08/05/24	01/08/26
20/2442-0002795-0	BANRISUL	Cobrança Bancária - Fundo Previdenciário FUNDOPREV.	R$ 800,00 mensais	17/08/21	17/08/26
20/2442-0002794-1	BANRISUL	Cobrança Bancária - IPE PREV.	R$ 200,00 mensais	17/08/21	17/08/26
24/1440-0005108-9	VTECH CONSULTORIA INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA	Serviços de utilização do software ATLAS RPPS para gestão de ativos financeiros	R$ 1.470,65 mensais	20/08/24	20/08/26

Nº do Processo	Contratado/Fornecedor	Objeto da contratação	Custeio (R$)	Início da Vigência	Fim da Vigência
21/2442-0004135-4	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE RS	Agente de Integração de Estágios para a gestão dos estágios remunerados e não remunerados.	R$ 104.600,00 mensais	21/08/21	21/08/26
25/1440-0006752-5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS - FUNDATEC	Empresa para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas.	R$ 329.540,00 para até 5.700 candidatos e R$ 51,51 para cada excedente	26/02/26	25/08/26
23/1440-0017774-5	CDL METROPOLITANA	Serviços de acesso à inclusão e exclusão de dívidas e devedores em banco de dados de proteção ao crédito SPC Brasil.	R$ 70,00 mensais	30/08/24	30/08/26
21/2442-0003965-1	SIMPRESS, COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de outsourcing de impressão, cópias, digitalização.	R$ 8.729,44 mensais	09/09/21	08/09/26
21/2442-0006352-8	TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A (Combustível)	Gerenciamento, controle e aquisição de combustível e demais itens	R$ 75.500,00	25/09/21	24/09/26
25/1440-0005872-0	CGK SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA	Aquisição de 4 (quatro) Licenças de software Teamviewer, edição Corporate	R$ 23.100,00	25/09/25	25/09/26
22/1440-0003352-7	DETETIZE CONTROLE DE PRAGAS LTDA	Serviços de desinsetização e desratização	R$ 4.137,79	26/09/22	26/09/26
25/1440-0006814-9	TK ELEVADORES BRASIL LTDA (*)	Emergencial de serviços para sistema de transporte vertical composto por oito elevadores instalados no edifício sede.	R$ 16.192,06 mensais	02/10/25	02/10/26
25/1440-0001827-3	CLAITON F PIRES & CIA LTDA EPP (*)	Serviço anual de limpeza e desinfecção de reservatórios de água.	R$ 9.529,48	08/10/25	08/10/26
22/1440-0006238-1	CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A	Locação 01 Veículo de Representação	R$ 5.801,34 mensais	14/10/22	13/10/26
24/1440-0001077-3	GRUPO GPA DO BRASIL SERVIÇOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI	Empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de motoristas de veículos	R$ 9.801,90 mensais	14/10/24	14/10/26
25/1440-0002975-5	CRISTIAN METZEN KLEIN - ME (*)	Serviços de jardinagem e paisagismo sem dedicação exclusiva de mão e obra, com fornecimento de materiais	R$ 38.034,60	20/10/25	20/10/26
25/1440-0006839-4	ARSENAL - SEGURANÇA PRIVADA LTDA (*)	Em caráter emergencial, de prestação de serviços continuados de vigilância desarmada em 08 (oito) postos de trabalho.	R$ 114.972,28 mensais	30/10/25	30/10/26
25/1440-0005761-9	CERT LTDA (*)	Em caráter emergencial, serviços continuados de operação, manutenção preventiva e corretiva.	R$ 36.350, mensais	11/11/25	11/11/26
25/1440-0007577-3	TELEFONICA BRASIL S.A - VIVO	Serviços de internet banda larga do tipo fibra óptica	R$ 699,98 mensais	19/11/25	19/11/26
25/1440-00057945	MULTIPLUS TECNOLOGIA LTDA (*)	Serviço de instalação de sistema de iluminação arquitetônica externa nos prédios do IPE Prev e do IPE Saúde	R$ 269.000,00	12/06/26	09/12/26
24/1440-0014488-5	LÓGICA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA	Pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos continuados de assessoria e consultoria atuarial para o IPE Prev e para a SEFAZ.	R$ 55.414,00	26/12/25	26/12/26

Nº do Processo	Contratado/Fornecedor	Objeto da contratação	Custeio (R$)	Início da Vigência	Fim da Vigência
22/1440-0006325-6	PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	Contrato para disponibilização de licença de uso de software para análise.	R$ 2.935,29 mensais	26/12/22	26/12/26
20/2441-0007308-9	PROCERGS(*)	Prestação de serviços continuados de Manutenção, Operação, Armazenamento de Dados e Desenvolvimento Extra dos sistemas: Controle de Devedores (CDI); Sistema de Beneficiários (SBI); Sistemas de Contribuintes (SCI); Sistema Administração Financeira (SFI) e Sistema de Rendimentos (SRI).	R$ 455.000,00 mensais	26/12/23	26/12/26
23/1440-0004307-2	Z2 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	Prestação de serviços terceirizados contínuos de 12 (doze) postos de telefonistas	R$ 38.393,40 mensais	01/01/24	01/01/27
22/1440-0002919-8	NUMERIA INFORMÁTICA LTDA EPP	Serviços de suporte e manutenção do sistema de automatização e gerenciamento, denominado Sistema de Gerenciamento de Consignações – SGConsig	R$ 4.653,59 mensais	09/01/23	09/01/27
22/1440-0004123-6	MULTIFUNCIONAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO PREDIAL LTDA (*)	Mão de obra de profissional bombeiro civil para prevenção e combate a incêndio.	R$ 13.763,12 mensais	20/01/23	20/01/27
20/2442-0003062-4	XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO	Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em território nacional para a prestação de Serviços de Custódia.	R$ 0,00	01/02/22	01/02/27
24/1440-0000894-9	MULTIFUNCIONAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO PREDIAL LTDA	Empresa especializada para prestação de serviços terceirizados contínuos.	R$ 9.008,70 mensais	05/02/24	05/02/27
21/2442-0008893-8	DATAPREV S.A. - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV	R$ 12.000,00 mensais	10/02/22	10/02/27
25/1440-0008577-9	SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA	Em caráter emergencial, de fornecimento de sistema que deverá ser parametrizado a fim de atender as necessidades de análise e gestão de ativos financeiros da carteira de investimentos do FUNDOPREV	R$ 5.200,00 mensais	19/02/26	19/02/27
25/1440-0009911-7	JCI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (*)	Serviços contínuos de manutenção predial, incluindo ferramentas e equipamentos	R$ 139.057,75 mensais	02/03/26	02/03/27
25/1440-0005491-1	LCB PERSIANAS	Serviços de manutenção de persianas verticais, limitada a até 60 módulos mensais,	R$ 3.300,00 mensais	16/03/26	16/03/27
25/1440-0006808-4	CLÍNICA REABILITAR	Empresa especializada para o fornecimento e aplicação, sob demanda, de até 250 doses da vacina influenza quadrivalente.	R$ 23.500,00	01/04/26	01/04/27
23/1440-0021439-0	RETRO ENTULHO LTDA	Empresa especializada na locação de caçambas estacionárias para descarte de entulhos e demais materiais de obras, reparos e limpeza	R$ 17.957,60	01/04/24	01/04/27
22/1440-0000710-0	SCUNNA S.A.	Serviços de renovação das licenças existentes da solução de antivírus McAfeeEndpoint Threat Protection (ETP).	R$ 35.694,77	04/04/22	04/04/27
22/1440-0015741-2	WJ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (*)	Serviços contínuos de limpeza, higiene, jardinagem e remoção de móveis e utensílios, em 29 postos.	R$ 129.828,05 mensais	02/05/26	03/05/27

Nº do Processo	Contratado/Fornecedor	Objeto da contratação	Custeio (R$)	Início da Vigência	Fim da Vigência
20/2442-0000599-9	PROCERGS	Consultoria em Organização e Informática – COI. Intercâmbio Eletrônico de Documentos – EDI	R$ 1.000,00 mensais	08/05/23	08/05/27
24/1440-0011828-0	ENGENHEIRO RENE EMMEL JUNIOR (*)	Serviços técnicos de consultoria individual, de serviços técnicos de Engenharia Elétrica,	R$ 202.112,37	12/05/25	12/05/27
24/1440-0006224-2	ELEVADORES ALCER LTDA (*)	Serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica.	R$ 650,90 mensais	19/05/25	19/05/27
22/1440-0001323-2	BANRISUL	Prestação de serviços de emissão de Extrato Eletrônico de Bloqueios Judiciais.	R$ 0,00	31/05/22	31/05/27
25/1440-0002096-0	BRASIL TECPAR SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Serviços de telefonia fixa tipo Session Initiation Protocol (SIP), incluindo a portabilidade de 200 números válidos.	R$ 383,00 mensais	01/06/26	01/06/27
20/2442-0000601-4	PROCERGS	Prestação dos serviços de Manutenção, Operação e Armazenamento de Dados do Aplicativo de RHE.	R$ 50.000,00	01/06/23	01/06/27
25/1440-0000102-8	PROCERGS	Prestação do serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, do serviço de PABX VOIP VIRTUAL V2 (VOP)	R$ 6.177,00 mensais	07/06/25	07/06/27
25/1440-00006020	GARDEN PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços sob demanda, de buffet dos tipos coffee-break e coquetel decorrentes dos eventos institucionais realizados pelo IPE PREV	R$ 96.206,40	29/06/26	29/06/27
22/1440-0011752-6	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A DTVM	Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em território nacional para a prestação de Serviços de Custódia.	R$ 0,00	17/07/23	17/07/27
20/2442-0000596-4	PROCERGS	Serviços continuados de Manutenção, Operação, Armazenamentos de Dados e Desenvolvimento Extra dos sistemas de compensação Previdenciária (CPVI), Sistema de atendimento(IPA) e Sistema de Recursos Humanos Pensionistas (RHE-P).	R$ 150.000,00 mensais	11/09/23	11/09/27
23/1440-0019275-2	LOCADORA DE VEÍCULOS SANTA CRUZ LTDA	Serviços de locação de 02 (dois) veículos automotores.	R$ 5.636,92 mensais	07/10/24	07/10/27
21/0600-00002001	SECRETARIA DE JUSTIÇA E SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO - SJSPS	Cessão remunerada de uma área de 717,63m2, localizada no 5º andar - Ala Norte e vagas de estacionamento **	R$ 25.521,85 mensais	10/11/22	10/11/27
23/1440-0012327-0	NEXOS ENGENHARIA LTDA (*)	Serviço de engenharia, monitoramento de fissuras de cisalhamento em vigas de concreto armado existentes junto a 24 (vinte e quatro) pontos do edifício-sede do IPE PREV e do IPE SAÚDE	R$ 77.750,00	30/07/25	17/11/27
21/2442-0002050-0	PROCERGS	Hospedagem, monitoramento, backup, serviços técnicos em instalação de informática, entre outros.	R$ 7.000,00 mensais	08/12/23	08/12/27
25/1300-0009331-3	SHOPPING TOUR CÂMBIO E TURISMO LTDA	Serviços de agenciamento de passagens aérea, nacionais e internacionais, em viagens a serviços e eventos específicos.	R$ 142.700,00	17/12/25	17/12/27
22/1440-0011650-3	BANRISUL ARMAZÉNS GERIAS S/A – BAGERGS	Armazenagem de arquivos físicos e digitalização	R$ 47.343,37 mensais	20/03/23	20/03/28
22/1440-0013065-4	BANRISUL	Cooperação para regulamentar a operacionalização do processo de recadastramento anual de inativos do IPE PREV.	R$ 0,00	26/07/23	26/07/28
23/1440-0004644-6	TIM S.A	Serviços de empresa especializada em Telefonia Móvel Celular para prestação de Serviço Móvel Pessoal.	R$ 1.686,56 mensais	28/08/23	28/08/28

Nº do Processo	Contratado/Fornecedor	Objeto da contratação	Custeio (R$)	Início da Vigência	Fim da Vigência
22/1440-0006445-7	SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS E HABITAÇÃO (*)	Cooperação para utilização da estrutura técnica da SOP para desenvolver os trabalhos da área de Engenharia e Arquitetura.	R$ 0,00	17/01/24	17/01/29
25/1440-0008884-0	ICQ - ATZERT LTDA - ICQ BRASIL	Serviços de empresa, especializada na prestação dos serviços necessários para avaliar a conformidade do IPE Prev para o Pró-Gestão RPPS, nível III.	R$ 25.500,00	06/05/26	06/05/29
24/1440-0006228-5	AGÊNCIA ESTADO S.A.	Empresa especializada para a distribuição de serviços (Pacote Mercados e Pacote News Plus).	R$ 4.646,00 mensais	01/02/25	01/02/30
26/1440-9000340-3	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Subscrição de licenças de uso de software tipo suíte de produtividade corporativa Microsoft Office 365.	R$ 299.185,92	06/03/26	06/03/30
23/1440-0017951-9	IEPTB-RS	Termo de cooperação para remessa para protesto de Certidões da Dívida Ativa	R$ 0,00	31/03/25	31/03/30
25/1440-0004719-2	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RGS	Cooperação para compartilhamento dos dados primários relativo aos beneficiários dos RPPS - servidores ativos e inativos da Assembleia Legislativa.	R$ 0,00	13/06/25	13/06/30
23/1440-0011365-8	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	Termo de cooperação para atendimentos agendados dos advogados	R$ 0,00	08/08/25	08/08/30
25/1440-0001054-0	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Cooperação para compartilhamento dos dados primários relativos aos beneficiários do RPPS - servidores ativos e inativos do TCE.	R$ 0,00	09/12/25	09/12/30
25/1440-0005811-9	EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	Produtos e serviços dos CORREIOS mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais para o Pacote Platinum, sem cota mínima	R$ 30.000,00	26/02/26	26/02/31
24/1300-0005091-0	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - SPGG - DMEST	Cessão remunerada de uma área de 717,63m2, localizada no 6º andar - Ala Norte **	R$ 48.336,74 mensais	23/03/26	20/03/31
25/1440-0009561-8	DEISE CRISTINA LOMBARDI - DL AMBIENTES PERSONALIZADOS	Fornecimento de material com instalação de divisórias e portas em vidro temperado com acessórios e fornecimento de material com instalação de divisórias em gesso acartonado	R$ 54.674,75	11/05/26	(***)
25/1440-0005570-5	GALILEOSOFT SOLUÇÕES EM TI LTDA	Consultoria especializada para elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e plano de implantação do Sistema de Gestão Previdenciária (SGP) do IPE Prev	R$ 62.490,97	30/09/25	(***)

(*) Contratos compartilhados com o IPE Saúde.
(**) Cessão remunerada, ingresso de receita.
(***) Aguarda conclusão do objeto.

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

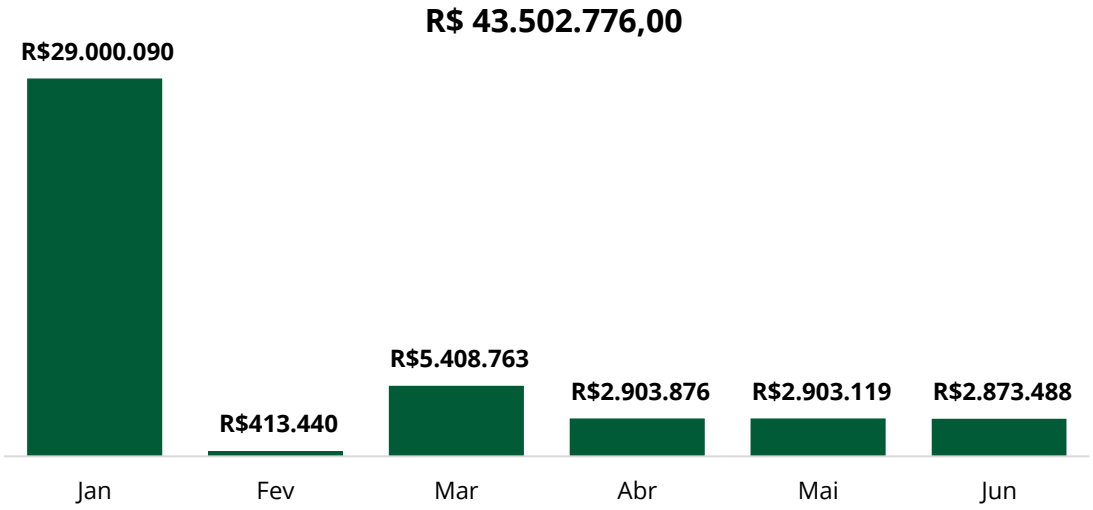
3.6 Taxa de Administração Previdenciária

Para o ano de 2026, o percentual da Taxa de Administração Previdenciária foi fixado em 0,12% sobre o montante das remunerações, dos proventos e das pensões dos segurados vinculados ao RPPS/RS, conforme disposto no Art. 26 da Lei Complementar nº 15.142/18 e na Portaria nº 1.467/22 do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP).

A regulamentação da Taxa de Administração no âmbito do RPPS/RS, aplicável a todos os Poderes do Estado e aos órgãos e entidades autônomas vinculadas, está fundamentada no Decreto Estadual nº 58.568/25 e na Instrução Normativa nº 03/26.

A seguir apresenta-se a apuração mensal da Taxa de Administração Previdenciária recebida no primeiro semestre de 2026.

Figura 22 Taxa de Administração em Reais (R$)



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças.

Considerando que o vencimento de cada competência ocorre no dia 15 do mês subsequente, o valor recebido em janeiro de 2026 corresponde à receita calculada com base no percentual fixado para o exercício de 2025.

No início de cada exercício, são consolidados os dados do ano anterior, elaborada a base de cálculo para a formação da taxa e disponibilizada a respectiva memória de cálculo aos Poderes, órgãos e entidades do Estado. Após o recebimento, é concedido prazo de 15 dias para análise e eventual contestação.

Em razão desse procedimento, a receita registrada em fevereiro apresentou valor significativamente inferior ao observado nos demais meses. Em março, verificou-se movimento compensatório, com ingresso acima da média mensal. A partir de abril, os pagamentos estabilizaram-se em torno de R$ 2,9 milhões, indicando o ingresso da arrecadação no fluxo mensal regular.

4 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Assessoria da Compensação Previdenciária e CTC do IPE Prev tem por finalidade gerenciar e operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para fins de aposentadoria, nos termos do Decreto n.º 10.188/19.

A operacionalização da compensação previdenciária é realizada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária, desenvolvido pela DATAPREV, cuja utilização pelo IPE Prev ocorre mediante contrato de adesão.

O sistema é composto por dois módulos distintos: um destinado à compensação entre o RGPS e os RPPS e outro voltado à compensação entre os próprios RPPS. Por intermédio desses módulos são cadastrados, analisados e acompanhados os requerimentos de compensação previdenciária, permitindo a apuração dos valores devidos ao Estado do Rio Grande do Sul, bem como a análise dos requerimentos apresentados pelo RGPS e pelos demais RPPS, para fins de reconhecimento e pagamento dos valores compensáveis.

As tabelas a seguir apresentam o resultado financeiro com os respectivos quantitativos do RGPS e de outros RPPS.

Tabela 26 Valores apurados no sistema COMPREV e BG COMPREV-RGPS

Regime Geral de Previdência Social - RGPS						
2026	**Total a Receber**		**Total a Pagar**		**Saldo a Receber**	**Saldo a Pagar**
Mês	**Requerimentos**	**Valores**	**Requerimentos**	**Valores**		
Jan	32.499	12.222.593,18	6.913	8.316.116,13	3.906.477,05	-
Fev	32.589	11.937.720,20	6.944	7.131.121,41	4.806.598,79	-
Mar	32.509	8.652.182,71	7.015	14.221.897,35	-	5.569.714,64
Abr	32.474	9.174.772,90	7.049	8.354.986,98	819.785,92	-
Mai	32.463	9.971.677,64	7.077	9.985.255,91	-	13.578,27
Jun	32.407	8.697.998,04	7.106	7.900.920,12	797.077,92	-
Total		**60.656.944,67**		**55.910.297,90**	**10.329.939,68**	**5.583.292,91**

Fonte: Sistema COMPREV/DATAPREV.

Tabela 27 Valores apurados no sistema COMPREV e BG COMPREV-RPPS

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS						
2026	**Total a Receber**		**Total a pagar**		**Saldo a Receber**	**Saldo a Pagar**
Mês	**Requerimentos**	**Valores**	**Requerimentos**	**Valores**		
Jan	926	541.371,83	485	221.469,96	494.171,22	174.269,35
Fev	943	343.599,11	562	2.831.917,30	282.981,13	2.771.299,32
Mar	959	483.709,51	601	1.957.571,44	334.569,85	1.808.431,78
Abr	978	505.801,54	685	3.785.493,39	449.984,54	3.729.676,39
Mai	992	365.469,71	1.069	13.542.649,63	257.588,16	13.434.768,08
Jun	1.008	339.105,04	1.267	7.711.977,99	219.739,59	7.592.612,54
Total		**2.579.056,74**		**30.051.079,71**	**2.039.034,49**	**29.511.057,46**

Fonte: Sistema COMPREV/DATAPREV.

Observa-se que o quantitativo de requerimentos de compensação previdenciária oriundos do RGPS manteve-se dentro da normalidade no período analisado. Por outro lado, verifica-se um aumento significativo no volume de requerimentos de compensação entre RPPS, resultado de uma ação planejada e implementada pela Assessoria ao longo do primeiro semestre de 2026.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A criação da Diretoria de Investimentos ocorreu com a edição da LCE n.º 15.143/18, que promoveu a reorganização do IPE Prev.

Compete à Diretoria de Investimentos administrar os recursos financeiros do FUNDOPREV e do FUNDOPREV/MILITAR, regimes previdenciários de capitalização instituídos pelas Leis Complementares Estaduais n.º 13.758/2011 e n.º 13.757/2011, respectivamente.

A estrutura da Diretoria de Investimentos é composta por Assessoria Técnica e pelas Gerências de Acompanhamento de Mercado, Gerência de Gestão de Riscos e Gerência de Administração da Carteira. A seguir serão relatadas as principais atividades desenvolvidas no primeiro semestre da gestão de 2026.

À Gerência de Acompanhamento de Mercado compete manter relacionamento com instituições financeiras, buscando melhores opções de ativos financeiros para aplicação dos recursos, com vistas à estruturação da melhor estratégia a ser seguida na obtenção dos resultados que levem ao atingimento da meta de rentabilidade estabelecida para cada exercício. Complementarmente, realiza-se a análise da documentação de credenciamento de instituições financeiras e de ativos financeiros, bem como as atividades de movimentação dos ativos financeiros.

Após realizadas as movimentações dos ativos financeiros, a Gerência de Administração da Carteira elabora mensalmente o fechamento das carteiras de investimentos dos Fundoprevs, que dá origem aos relatórios mensais de investimentos dos Fundoprevs. Os relatórios são apresentados aos Comitês de Investimentos dos Fundoprevs demostrando, dentre outros aspectos, o desempenho mensal dos ativos financeiros dos Fundoprevs, que, após deliberados e aprovados, são remetidos para apreciação do Conselho Fiscal, conforme exigência do item 3.2.6 do Manual Pró-Gestão RPPS.

Até que os relatórios sejam aprovados pelo Conselho Fiscal, a Gerência de Administração da Carteira disponibiliza mensalmente ao público, no site do IPE Prev, as carteiras de investimentos dos Fundoprevs contendo informações de todos os ativos financeiros, discriminados por segmento, com demonstração dos seus respectivos resultados e patrimônios líquidos.

Além de publicar as carteiras de investimentos dos Fundoprevs, a Gerência de Administração da Carteira presta informações ao MPS, até o último dia de cada mês, por meio do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), os dados dos ativos financeiros que compõem as carteiras dos Fundoprevs. O DAIR é um demonstrativo que integra o rol de critérios e exigências do MPS para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme inciso XIII do Art. 247 da Portaria MTP n.º 1.467/21.

Anualmente, a Gerência de Administração da Carteira elabora a Política Anual de Investimentos (PAI) dos Fundoprevs, que posteriormente é analisada e validada pelos Comitês de Investimentos dos Fundoprevs e aprovada pelo Conselho de Administração do IPE Prev. A PAI é o documento que aborda, essencialmente, as estratégias de alocação dos recursos previdenciários dos Fundoprevs, destinando-os a investimentos nos segmentos de renda fixa, renda variável, fundos imobiliários, investimentos estruturados e investimentos no exterior. Sendo assim, a PAI estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e dos desinvestimentos dos recursos dos Fundoprevs.

Adicionalmente aos fluxos previdenciários regulares, a gestão dos recursos dos Fundoprevs considera as saídas periódicas decorrentes da Lei C. E. nº 15.511/2020, cujo acompanhamento integra as rotinas de gerenciamento de liquidez e de ativos e passivos da Diretoria de Investimentos. Tais saídas são incorporadas ao planejamento das aplicações e dos desinvestimentos, preservando-se a diversificação da carteira e sua aderência à Política Anual de Investimentos e à meta de rentabilidade do exercício.

Os dados da PAI são declarados ao MPS pela Gerência de Administração da Carteira até 31 de dezembro de cada exercício, por meio do Demonstrativo das Políticas de Investimento (DPIN). O DPIN é um demonstrativo que integra o rol de critérios e exigências do MPS para obtenção do CRP, conforme inciso XIII do Art. 247 da Portaria MTP n.º 1.467/21. É por meio dos dados desse demonstrativo que o MPS acompanha mensalmente o cumprimento das diretrizes estabelecidas na PAI.

Existem outros documentos confeccionados pela Gerência de Administração da Carteira, quais sejam: Relatório Anual de Investimentos, Relatório Semestral de Diligência de Ativos Financeiros, Relatório Anual de Gerenciamento entre Ativos e Passivos. A Gerência de Acompanhamento de Mercado é responsável pelo Relatório Anual de Alçadas de Investimentos.

5.1 Recursos Financeiros dos Fundoprevs

O Patrimônio Líquido dos Fundoprevs é composto pelo somatório das contribuições previdenciárias dos servidores, da contribuição patronal, dos valores de rendimentos dos ativos financeiros e das disponibilidades financeiras.

A seguir estão dispostos para análise os seguintes dados dos Fundoprevs:

- Ativos financeiros e respectivos rendimentos, dispostos conforme a Resolução CMN n.º 5.272/25;
- Aderência dos ativos à Resolução CMN n.º 5.272/25 e à PAI do exercício de 2026 – PAI 2026;
- Composição da carteira por gestor;
- Evolução do patrimônio líquido ao longo dos exercícios;
- Evolução da meta de rentabilidade ao longo dos exercícios;

- Comparativo da rentabilidade da carteira com indicadores de mercado;

5.1.1 Fundoprev Civil

A Tabela 28 apresenta os ativos financeiros disponíveis na carteira do Fundoprev Civil na data de 30/06/26, distribuídos conforme sua classificação na Resolução CMN n.º 5.272/25, com seus respectivos valores aplicados. Além disso, traz as informações de rendimentos de cada um dos ativos financeiros durante o exercício de 2026, inclusive dos ativos financeiros com posição zerada em 30/06/26.

Tabela 28 Fundoprev Civil - Composição da Carteira por Artigo

Ativo	CNPJ	Valor aplicado no ativo em Junho/26	Rendimentos até Junho/26
Banrisul Absoluto FI RF	21.743.480/0001-50	567.174.604,72	41.897.890,62
BB Previdenciário TP IDKA 2 RF	13.322.205/0001-35	76.949.895,51	4.409.299,51
BB Referenciado DI FIRF TP LP	11.046.645/0001-81	377.982.674,06	58.169.382,17
BTG Pactual Tesouro Selic Simples FIRF	37.927.707/0001-58	714.145.025,84	25.426.478,95
Trend Pós-fixado Simples FIC FIRF	26.559.284/0001-44	851.782.731,41	48.538.874,04
Art. 07, I		**2.588.034.931,53**	**178.441.925,29**
LFT 2026/03	-	0,00	908.190,76
LFT 2026/09	-	811.695.675,00	52.048.502,06
LFT 2027/09	-	142.969.147,37	9.209.929,17
LFT 2030/03	-	142.674.573,19	9.379.493,27
LFT 2031/03	-	42.366.557,53	2.783.012,98
NTN-B 2026/08	-	176.138.418,78	11.111.546,37
NTN-B 2027/05	-	329.381.154,91	21.882.906,97
NTN-B 2029/05	-	82.491.323,50	5.134.934,72
NTN-B 2032/08	-	37.188.976,89	2.249.727,59
NTN-B 2050/08	-	194.508.800,10	11.955.145,47
NTN-B 2055/05	-	49.672.653,78	3.035.469,40
Art. 07, III		**2.009.087.281,05**	**129.698.858,76**
Austro IMA-B Ativo FIC RF	19.391.026/0001-36	1.297.075,25	-1.012.333,80
FIC FI RF LP IMA-B 1000	12.402.646/0001-84	-5.335,95	-42.287,44
Art. 07, V		**1.291.739,31**	**-1.054.621,24**
BB Agro FIC FIA	40.054.357/0001-77	6.732.058,87	-959.392,58
BB Dividendos Midcaps FIC FIA	14.213.331/0001-14	42.126.936,68	695.564,02
Art. 08, I		**48.858.995,55**	**-263.828,56**
Ishares Small Caps (SMAL11)	10.406.600/0001-08	10.559.500,00	-496.860,00
Art. 08, II		**10.559.500,00**	**-496.860,00**
BB Bolsas Européias BDR Nível I FIC FIA	38.236.242/0001-51	9.321.225,68	927.111,61
Art. 08, III		**9.321.225,68**	**927.111,61**
Ishares S&P 500 (IVVB11)	19.909.560/0001-91	34.755.748,00	815.900,00
It Now S&P500 (SPXI11)	21.407.758/0001-19	54.801.580,80	1.561.783,20

Ativo	CNPJ	Valor aplicado no ativo em Junho/26	Rendimentos até Junho/26
Trend MSCI ACWI (ACWI11)	13.416.245/0001-46	5.660.124,88	215.025,20
Trend Ouro (GOLD11)	37.985.763/0001-49	33.236.220,00	-5.199.910,00
Art. 08, IV		**128.453.673,68**	**-2.607.201,60**
Access Multigestor Global Equities USD FIA IE	44.209.755/0001-76	53.651.479,95	-371.495,19
BB Global Select Equity MM IE	17.413.636/0001-68	70.731.989,21	-1.834.330,00
BB Schröder MM IE	17.431.816/0001-72	30.806.713,09	-827.581,26
Art. 09, II		**155.190.182,26**	**-3.033.406,45**
BTG Pactual S&P500 FIM	36.499.594/0001-74	75.717.948,35	9.057.444,08
Art. 10, I		**75.717.948,35**	**9.057.444,08**
BTG FIP Infraestrutura Dividendos (BDIV11)	35.640.741/0001-11	7.674.021,50	-463.531,50
FIP BTG Infraestrutura III Feeder	49.430.776/0001-30	32.194.613,06	-348.815,78
FIP Multiestratégia LSH	15.798.354/0001-09	-9.051.639,61	-23.783,99
FIP Multiestratégia Pátria Infraestrutura V	52.281.935/0001-97	8.915.935,14	55.317,94
Art. 10, III		**39.732.930,09**	**-780.813,32**
FII BTG Hospitalidade Retorno Total - BTHR11	60.329.826/0001-20	19.999.998,34	829.986,01
FII SIA Corporate	17.311.079/0001-74	7.559.686,69	-2.146.077,89
Art. 11		**27.559.685,03**	**-1.316.091,88**
Disponibilidades	-	586.294,52	-
Disponibilidades		**586.294,52**	**-**
Ações Cais Mauá do Brasil AS	13.072.557/0001-80	1.919.306,05	0,00
FIP Austro Multisetorial	12.231.743/0001-51	2.924.474,14	-22.929,09
Sem classificação		**4.843.780,19**	**-22.929,09**
		5.099.238.167,23	**308.549.587,60**

Fonte: Diretoria de Investimentos.

A Tabela 29 apresenta sua aderência à Resolução CMN n.º 5.272/25 e à PAI do exercício de 2026.

Tabela 29 Fundoprev Civil – Aderência à Resolução CMN e à PAI 2026

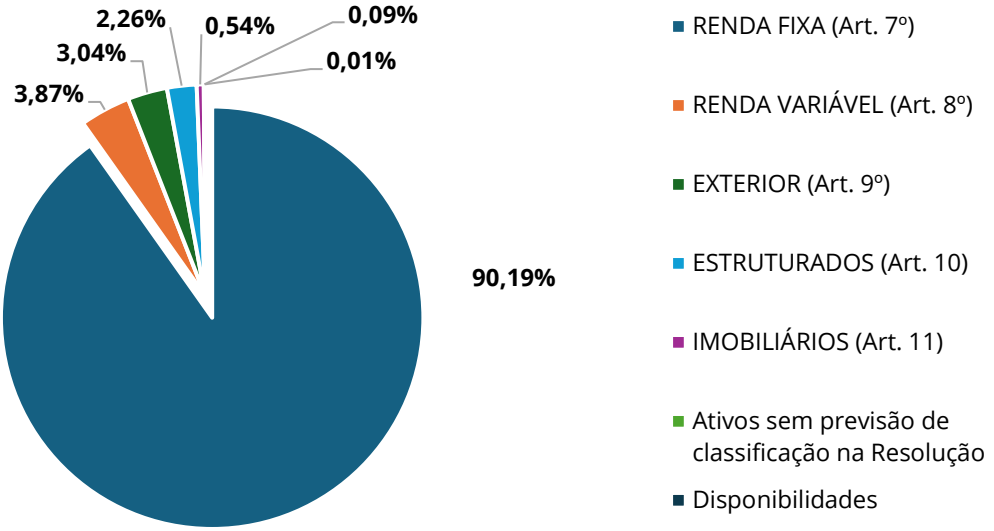
Tipo de Ativo	INCISO	Posição da carteira Jun/26	Resolução CMN n.º 5.272/25 - Limite	PAI 2026 - Limite superior
RENDA FIXA (Art. 7º)	I	50,76%	100%	50%
	II	0%	100%	90%
	III	39,40%	100%	90%
	IV	0%	5%	5%
	V	0,03%	80%	50%
	VI	0%	20%	2%
	VII	0%	0%	2%
	VIII	0%	0%	2%
	IX	0%	40%	4%
RENDA VARIÁVEL (Art. 8º)	I	0,96%	40%	6%

Tipo de Ativo	INCISO	Posição da carteira Jun/26	Resolução CMN n.º 5.272/25 - Limite	PAI 2026 - Limite superior
	II	0,21%	0%	0%
	III	0,18%	0%	0%
	IV	2,52%	0%	0%
EXTERIOR (Art. 9º)	I	0%	0%	0%
	II	3,04%	0%	0%
	III	0%	15%	3%
ESTRUTURADOS (Art. 10)	I	1,48%	0%	0%
	II	0%	0%	0%
	III	0,78%	0%	0%
	IV	0%	0%	0%
IMOBILIÁRIOS (Art. 11)		0,54%	10%	0%
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS (Art. 12)		0,00%	100%	50%
Ativos sem previsão de classificação na Resolução		0,09%	-	-
Disponibilidades		0,01%	-	-
		100,00%		

Fonte: Diretoria de Investimentos.

A Figura 23 apresenta a composição da carteira por segmento de ativo financeiro, considerando que os ativos do Art. 7º são os de renda fixa, do Art. 8º são os de renda variável, do Art. 9º são os de investimentos no exterior, do Art. 10 são os de investimentos estruturados e do Art. 11 são os de investimentos imobiliários. O Fundoprev Civil não detém investimentos em empréstimos consignados (Art. 12).

Figura 23 Fundoprev Civil – Composição da Carteira por Segmento de Ativo



Fonte: Diretoria de Investimentos.

Na Tabela 30, verifica-se a distribuição dos recursos por gestor de fundos de investimentos, observando-se que, do total aplicado (vide Tabela 28), 60,55% dos recursos estão alocados em fundos de investimentos. Ressalta-se que os dados de patrimônio sob gestão são os mais recentemente divulgados pela Anbima, relativos a maio de 2026.

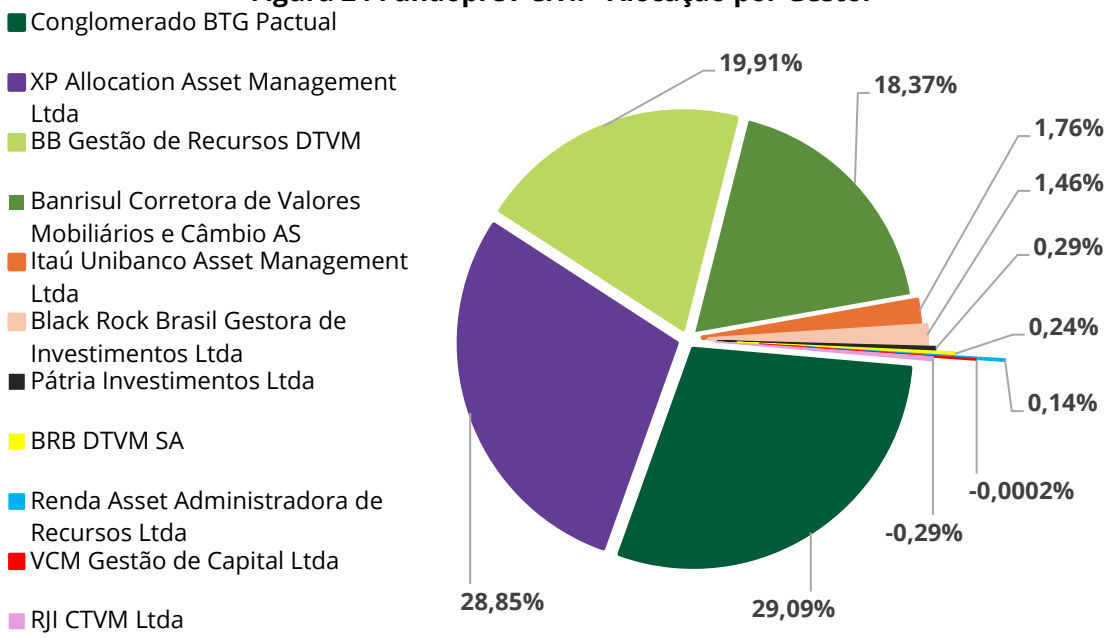
Tabela 30 Fundoprev Civil - Alocação por Gestor

Gestor	Valor aplicado	Patrimônio sob gestão	% de participação	Resolução CMN n.º 5.272/25 – Limite Art. 20
Banrisul Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio AS	567.174.603,83	22.038.738.754,96	2,57	
BB Gestão de Recursos DTVM	614.651.493,10	1.920.712.798.364,79	0,03	
Black Rock Brasil Gestora de Investimentos Ltda	45.315.248,00	16.253.921.543,73	0,28	
BRB DTVM SA	7.559.686,69	79.791.409,18	9,47	
Conglomerado BTG Pactual	903.383.087,04	673.044.650.192,99	0,13	
Itaú Unibanco Asset Management Ltda	54.801.580,80	1.319.691.094.414,53	0,00	5,00%
Pátria Investimentos Ltda	8.915.935,14	60.851.293.049,67	0,01	
Renda Asset Administradora de Recursos Ltda	4.221.549,39	283.134.360,42	1,49	
RJI CTVM Ltda	-9.051.639,61	154.408.183,08	-5,86	
VCM Gestão de Capital Ltda	-5.335,95	21.893.820.649,75	0,00	
XP Allocation Asset Management Ltda	890.679.076,28	278.771.753.717,49	0,13	
	3.087.645.284,71			

Fonte: Diretoria de Investimentos.

Na Figura 24, observa-se que, dos valores alocados em fundos de investimentos, 96,38% estavam sob gestão do Banrisul, do BB, do conglomerado BTG e da XP Allocation, correspondendo, respectivamente, a 18,37%, 19,91%, 29,26% e 28,85%. Os demais gestores apresentavam menos de 2% cada.

Figura 24 Fundoprev Civil - Alocação por Gestor



Fonte: Diretoria de Investimentos.

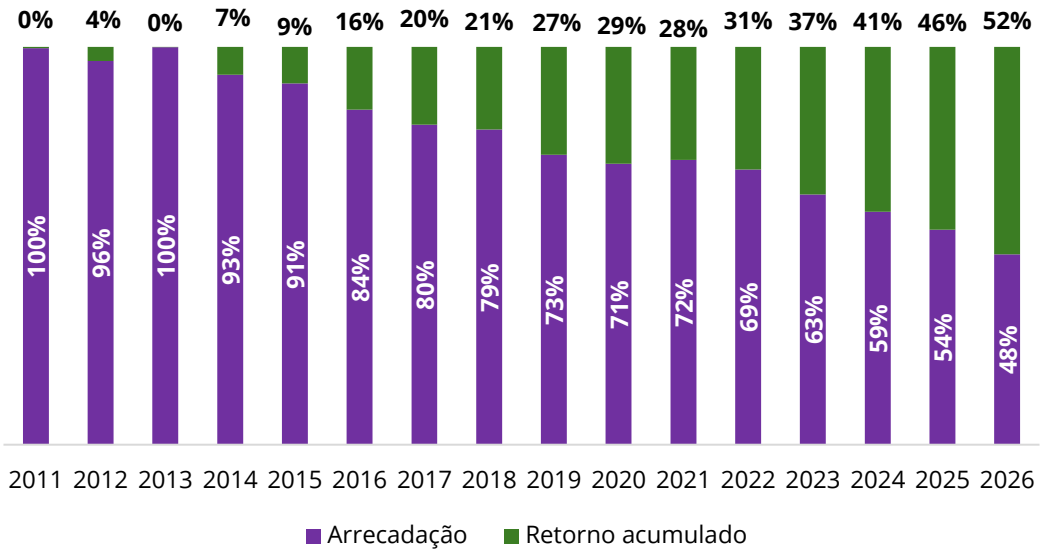
A Tabela 31 apresenta a evolução dos retornos anuais e do Patrimônio Líquido do Fundoprev Civil ao longo do tempo desde sua criação em 2011, demonstrando que, em 2026, os rendimentos representaram 6,05% do Patrimônio Líquido do Fundoprev Civil. Considerando os rendimentos acumulados ao longo dos exercícios, nota-se que, em junho de 2026, eles representaram 52,14% do Patrimônio Líquido do Fundoprev Civil, demonstrado na Figura 25.

Tabela 31 Fundoprev Civil – Patrimônio Líquido e Retornos desde a Criação

Período	Retorno	PL
2011	1.153,16	341.662,34
2012	512.409,79	14.502.903,15
2013	-421.040,42	76.640.824,39
2014	14.783.864,24	212.665.048,61
2015	26.465.447,42	447.351.495,72
2016	82.026.549,67	779.107.970,34
2017	105.451.486,62	1.166.426.360,05
2018	106.552.108,94	1.612.163.949,34
2019	291.873.371,02	2.312.397.939,81
2020	149.726.642,25	2.643.581.366,99
2021	4.660.178,67	2.751.716.888,24
2022	156.993.931,95	3.046.182.100,10
2023	411.322.224,47	3.639.575.328,31
2024	420.579.271,92	4.271.399.806,28
2025	579.498.812,87	5.107.859.617,29
2026	308.549.587,60	5.099.238.167,23
	2.658.576.000,15	

Fonte: Diretoria de Investimentos.

Figura 25 Fundoprev Civil - Composição do PL: Contribuições Previdenciárias X Rendimentos Acumulados



Fonte: Diretoria de Investimentos.

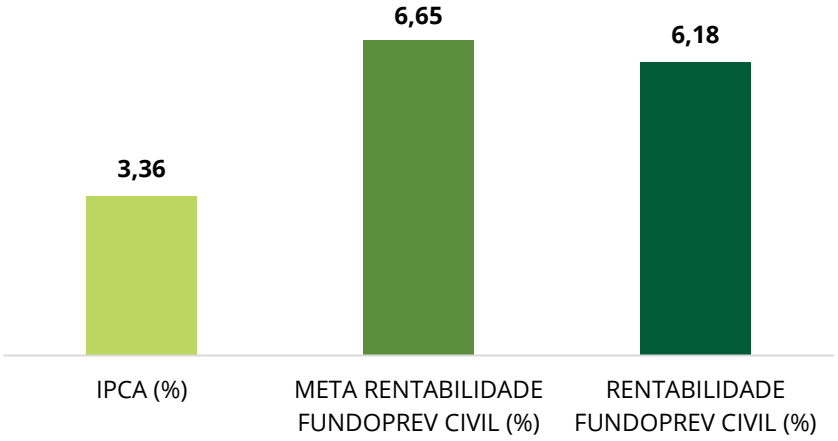
A Tabela 32 apresenta a evolução da rentabilidade da carteira do Fundoprev Civil ao longo do tempo desde sua criação em 2011. Observa-se que, em junho de 2026, os rendimentos do Fundoprev Civil atingiram 92,84% da meta de rentabilidade estabelecida, conforme demonstrado na Figura 26.

Tabela 32 Fundoprev Civil – Rentabilidade desde a Criação – em (%)

Período	Meta de Rentabilidade	Rentabilidade Fundoprev Civil
2011	0,989	0,405
2012	12,189	18,373
2013	10,147	-2,118
2014	10,127	12,683
2015	17,315	8,896
2016	11,867	15,408
2017	8,095	11,931
2018	8,414	7,879
2019	9,000	16,473
2020	9,221	5,906
2021	14,463	0,133
2022	10,016	5,565
2023	9,904	13,149
2024	10,335	11,281
2025	10,280	13,178
2026	6,651	6,175

Fonte: Diretoria de Investimentos.

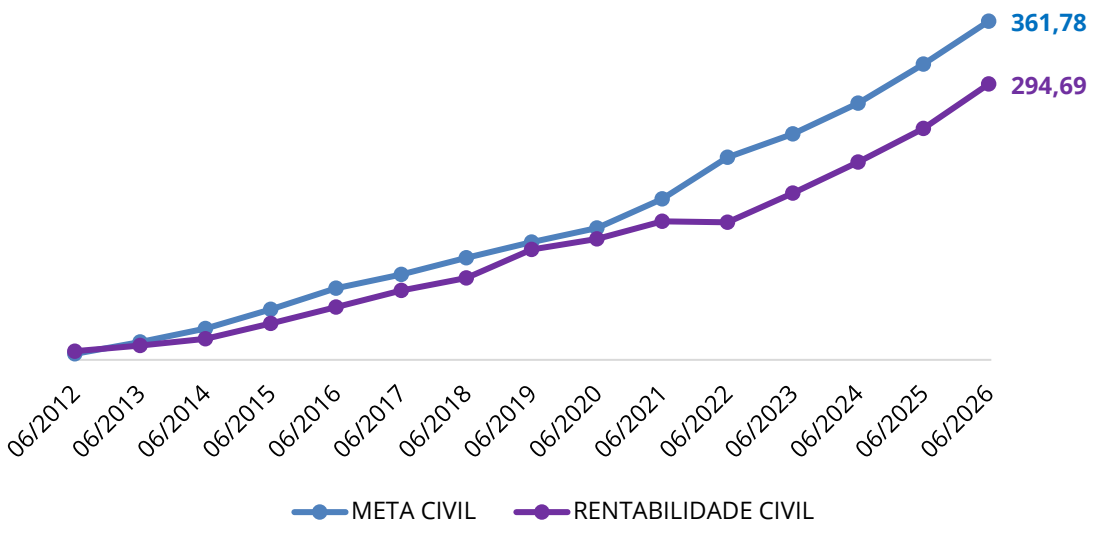
Figura 26 Fundoprev Civil – Rentabilidade: IPCA X Meta X Auferida



Fonte: Diretoria de Investimentos.

Na Figura 27, pode ser analisado o comportamento dos dados históricos da meta de rentabilidade e da rentabilidade auferida pela carteira do Fundoprev Civil. É possível observar um descompasso entre meta proposta e rentabilidade auferida no período de 2021, com a recuperação paulatina dos resultados desde então, voltando a sinalizar um comportamento de acompanhamento e aproximação da meta de rentabilidade.

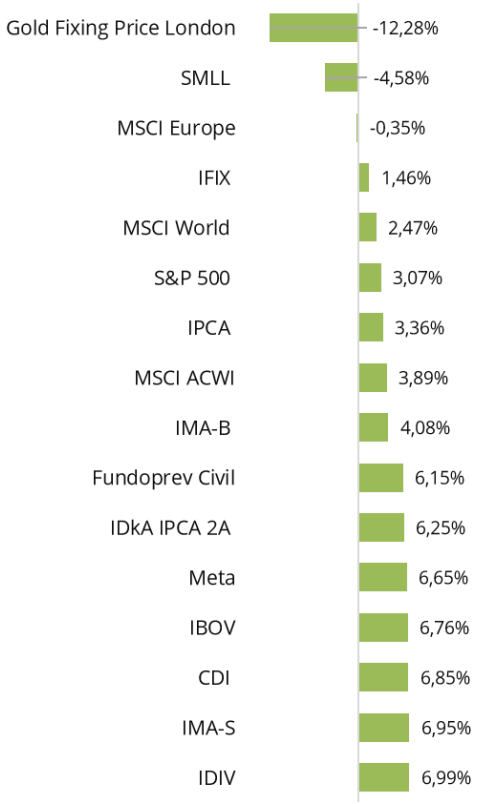
Figura 27 Fundoprev Civil – Rentabilidade: Meta X Auferida



Fonte: Diretoria de Investimentos.

A Figura 28 apresenta a rentabilidade acumulada até junho de 2026 de índices atrelados à Renda Fixa e à Renda Variável que são utilizados como referência para ativos do mercado brasileiro e compõem os fundos de investimentos que estão na carteira do Fundoprev Civil.

Figura 28 Fundoprev Civil - Comparativo de Índices do Mercado com Meta de Rentabilidade e Rentabilidade Auferida



Fonte: Diretoria de Investimentos.

5.1.2 Fundoprev Militar

A Tabela 33 apresenta os ativos disponíveis na carteira do Fundoprev Militar na data de 30/06/26, distribuídos conforme sua classificação na Resolução CMN n.º 5.272/25, com seus respectivos valores aplicados. Além disso, traz as informações de rendimentos de cada um dos ativos durante o exercício de 2026.

Tabela 33 Fundoprev Militar - Composição da Carteira por Artigo

Ativo	CNPJ	Valor aplicado no ativo em Junho/26	Rendimentos até Junho/26
Banrisul Absoluto FI RF	21.743.480/0001-50	606.766.562,83	37.841.568,96
BB Previdenciário TP IDKA 2 RF	13.322.205/0001-35	22.433.564,65	1.285.463,81
BB Referenciado DI FIRF TP LP	11.046.645/0001-81	153.618.295,26	18.817.403,39
BTG Pactual Tesouro Selic Simples FIRF	37.927.707/0001-58	274.146.246,12	7.400.143,86
Trend Pós-fixado Simples FIC FIRF	26.559.284/0001-44	368.583.676,39	21.120.322,13
Art. 07, I		**1.425.548.345,26**	**86.464.902,14**
LFT 2026/03	-	0,00	302.730,25
LFT 2026/09	-	270.565.225,00	17.349.500,69

Ativo	CNPJ	Valor aplicado no ativo em Junho/26	Rendimentos até Junho/26
LFT 2027/09	-	50.232.403,13	3.235.921,06
LFT 2030/03	-	46.272.834,55	3.041.997,82
LFT 2031/03	-	15.406.020,92	1.012.004,72
NTN-B 2026/08	-	56.127.598,60	3.555.758,72
NTN-B 2027/05	-	111.289.434,15	7.439.168,71
NTN-B 2029/05	-	27.497.107,83	1.711.644,91
NTN-B 2032/08	-	11.743.887,44	710.440,29
NTN-B 2050/08	-	47.344.928,33	2.912.575,00
NTN-B 2055/05	-	49.672.653,78	3.035.469,40
Art. 07, III		**686.152.093,74**	**44.307.211,55**
BB Agro FIC FIA	40.054.357/0001-77	2.054.836,15	-315.437,56
BB Dividendos Midcaps FIC FIA	14.213.331/0001-14	14.987.952,34	247.468,27
Art. 08, I		**17.042.788,49**	**-67.969,28**
Ishares Small Caps (SMAL11)	10.406.600/0001-08	3.555.750,00	-167.310,00
Art. 08, II		**3.555.750,00**	**-167.310,00**
BB Bolsas Européias BDR Nível I FIC FIA	38.236.242/0001-51	3.111.145,10	309.442,00
Art. 08, III		**3.111.145,10**	**309.442,00**
Ishares S&P 500 (IVVB11)	19.909.560/0001-91	9.212.893,00	216.275,00
It Now S&P500 (SPXI11)	17.036.289/0001-00	19.409.779,20	553.156,80
Trend MSCI ACWI (ACWI11)	38.542.889/0001-01	1.338.241,54	50.839,10
Trend Ouro (GOLD11)	37.985.763/0001-49	8.796.936,00	-1.376.308,00
Art. 08, IV		**38.757.849,74**	**-556.037,10**
Access Multigestor Global Equities USD FIA IE	44.209.755/0001-76	18.839.023,29	-130.445,73
BB Global Select Equity MM IE	17.413.636/0001-68	16.830.047,95	-436.462,52
BB Schröder MM IE	17.431.816/0001-72	7.481.082,59	-200.969,31
Art. 09, II		**43.150.153,83**	**-767.877,56**
BTG Pactual S&P 500 FIM	36.499.594/0001-74	26.657.765,40	3.188.824,11
Art. 10, I		**26.657.765,40**	**3.188.824,11**
FIP BTG Infraestrutura Dividendos (BDIV11)	35.640.741/0001-11	1.484.449,75	-89.664,75
FIP BTG Infraestrutura III Feeder	49.430.776/0001-30	16.152.339,07	-173.341,07
FIP Pátria Infraestrutura Multiestratégia V	52.281.935/0001-97	2.971.978,37	18.439,31
Art. 10, III		**20.608.767,19**	**-244.566,51**
FII BTG Hospitalidade Retorno Total - BTHR11	60.329.826/0001-20	7.822.990,98	324.648,68
Art. 11		**7.822.990,98**	**324.648,68**
Disponibilidades	-	0,00	0,00
Disponibilidades Total		**0,00**	**0,00**
		2.272.407.649,74	**132.791.268,03**

Fonte: Diretoria de Investimentos.

A Tabela 34 apresenta sua aderência à Resolução CMN n.º 5.272/25 e à PAI do exercício de 2026.

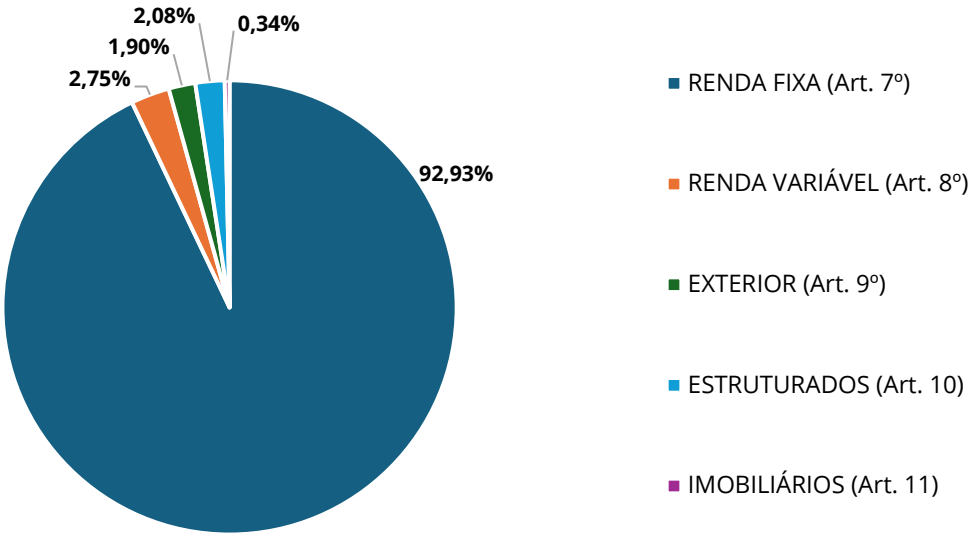
Tabela 34 Fundoprev Militar – Aderência à Resolução CMN e à PAI 2026

Tipo de Ativo	INCISO	Posição da carteira Jun/26	Resolução CMN n.º 5.272/25 - Limite	PAI 2026 - Limite superior
RENDA FIXA (Art. 7º)	I	62,73	100%	50 %
	II	0,00	100%	90 %
	III	30,19	100%	90 %
	IV	0,00	5%	5%
	V	0,00	80%	50 %
	VI	0,00	20%	2%
	VII	0,00	0%	2%
	VIII	0,00	0%	2%
	IX	0,00	40%	4%
RENDA VARIÁVEL (Art. 8º)	I	0,75	40%	6%
	II	0,16	0%	0%
	III	0,14	0%	0%
	IV	1,71	0%	0%
EXTERIOR (Art. 9º)	I	0,00	0%	0%
	II	1,90	0%	0%
	III	0,00	15%	3%
ESTRUTURADOS (Art. 10)	I	1,17	0%	0%
	II	0,00	0%	0%
	III	0,91	0%	0%
	IV	0,00	0%	0%
IMOBILIÁRIOS (Art. 11)		0,34	10%	0%
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS (Art. 12)		0,00	100%	50 %
Ativos sem previsão de classificação na Resolução		0,00	-	-
Disponibilidades		0,00	-	-
		100,00%		

Fonte: Diretoria de Investimentos.

A Figura 29 apresenta a composição da carteira por segmento de ativo financeiro, considerando que os ativos do Art. 7º são os de renda fixa, do Art. 8º são os de renda variável, do Art. 9º são os de investimentos no exterior, do Art. 10 são os de investimentos estruturados, do Art. 11 são os de investimentos imobiliários e do Art. 12 são os de empréstimos consignados. O Fundoprev Militar não detém investimentos em empréstimos consignados (Art. 12).

Figura 29 Fundoprev Militar – Composição da Carteira por Segmento de Ativo



Fonte: Diretoria de Investimentos.

Na Tabela 35, verifica-se a distribuição dos recursos por gestor de fundos de investimentos, observando-se que, do total aplicado (vide Tabela 33), 69,81% dos recursos estão alocados em fundos de investimentos.

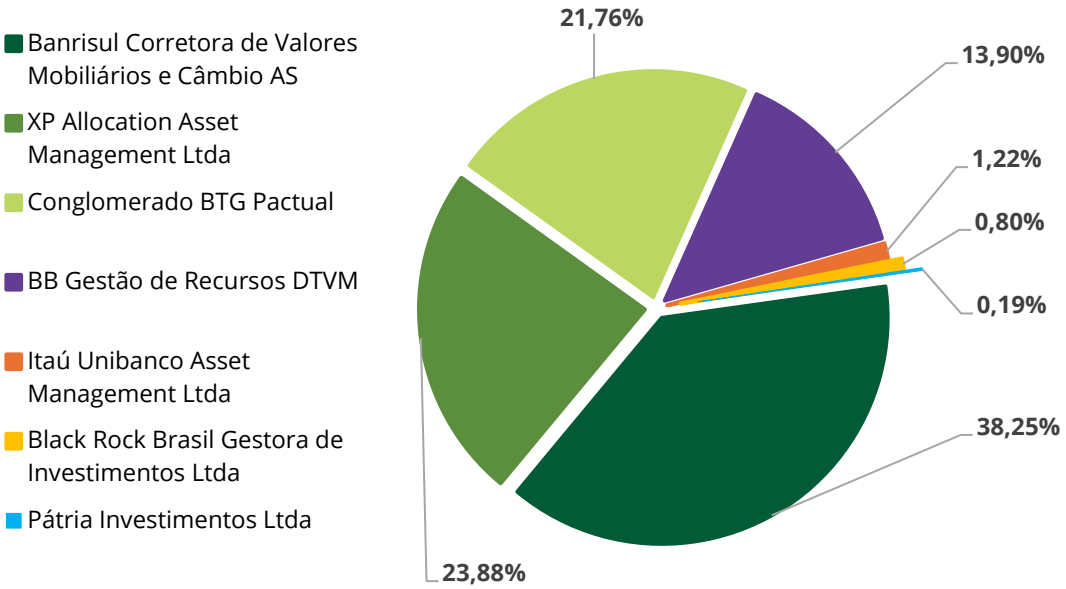
Tabela 35 Fundoprev Militar - Alocação por Gestor

GESTOR	Valor aplicado	Patrimônio sob gestão	% de participação	Resolução CMN n.º 5.272/25 – Limite Art. 20
Banrisul Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio AS	606.766.562,34	22.038.738.754,96	2,75	
BB Gestão de Recursos DTVM	220.516.924,06	1.920.712.798.364,79	0,01	
Black Rock Brasil Gestora de Investimentos Ltda	12.768.643,00	16.253.921.543,73	0,08	
Conglomerado BTG Pactual	345.102.814,60	673.044.650.192,99	0,05	5,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda	19.409.779,20	1.319.691.094.414,53	0,00	
Pátria Investimentos Ltda	2.971.978,37	60.851.293.049,67	0,00	
XP Allocation Asset Management Ltda	378.718.853,94	278.771.753.717,49	0,14	
	1.586.255.555,51			

Fonte: Diretoria de Investimentos.

Na Figura 30, observa-se que, dos valores alocados em fundos de investimentos, 97,78% estavam sob gestão do Banrisul, do BB, do conglomerado BTG e da XP Allocation, correspondendo, respectivamente, a 38,25%, 13,90%, 21,76% e 23,88%. Os demais gestores apresentavam menos de 2% cada. Ressalta-se que os dados de patrimônio sob gestão são os mais recentemente divulgados pela Anbima, relativos a maio/26.

Figura 30 Fundoprev Militar - Alocação por Gestor



Fonte: Diretoria de Investimentos.

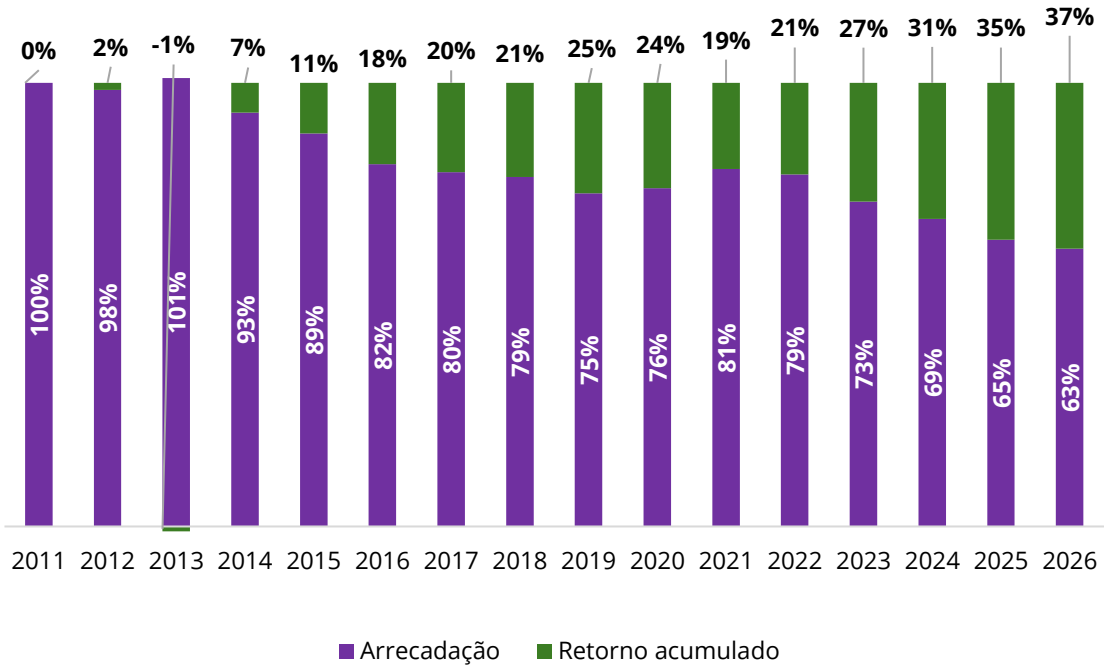
A Tabela 36 apresenta a evolução dos retornos anuais e do Patrimônio Líquido do Fundoprev Militar ao longo do tempo desde sua criação em 2011, demonstrando que, em 2026, os rendimentos representaram 5,84% do Patrimônio Líquido do Fundoprev Militar. Considerando os rendimentos acumulados ao longo dos exercícios, nota-se que, em junho de 2026, eles representaram 37,40% do Patrimônio Líquido do Fundoprev Militar, conforme demonstrado na Figura 31.

Tabela 36 Fundoprev Militar – Patrimônio Líquido e Retornos desde a Criação

Período	Retorno	PL
2011	0,00	693,27
2012	41.530,91	2.679.913,76
2013	-251.836,54	18.730.770,36
2014	2.862.486,75	39.649.295,75
2015	4.605.506,95	63.883.697,93
2016	12.582.355,20	108.089.378,07
2017	15.958.571,26	177.653.629,35
2018	21.176.299,26	268.461.510,03
2019	53.963.254,59	445.127.926,09
2020	31.257.938,12	598.407.866,04
2021	2.875.887,23	746.706.179,38
2022	54.835.884,94	967.932.188,75
2023	138.957.245,80	1.265.617.870,19
2024	146.485.429,86	1.583.885.585,88
2025	231.738.452,99	2.028.918.030,59
2026	132.791.268,04	2.272.407.649,74
	849.880.275,36	

Fonte: Diretoria de Investimentos.

Figura 31 Fundoprev Militar - Composição do PL: Contribuições Previdenciárias X Rendimentos Acumulados



Fonte: Diretoria de Investimentos.

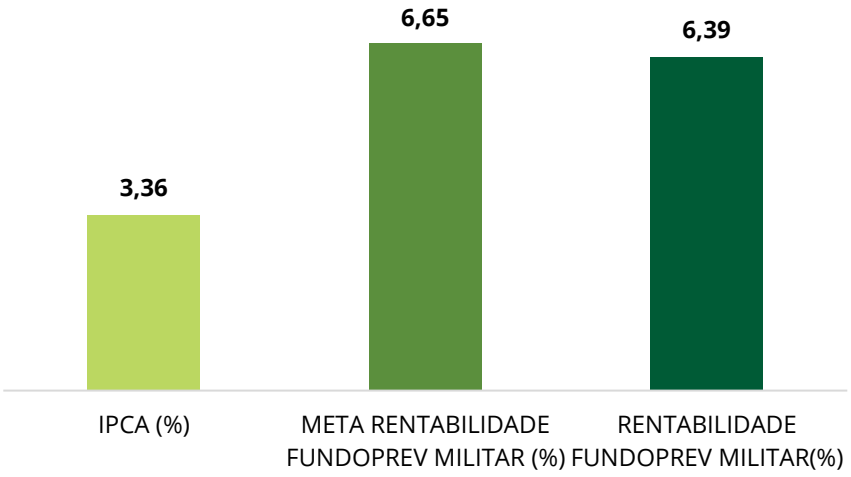
A Tabela 37 apresenta a evolução da rentabilidade da carteira do Fundoprev ao longo do tempo desde sua criação em 2011. Observa-se que, para o exercício de 2026, o Fundoprev Militar atingiu 96,10% da meta de rentabilidade pretendida, conforme demonstrado na Figura 32.

Tabela 37 Fundoprev Militar – Rentabilidade desde a Criação – em (%)

PERÍODO	Meta de Rentabilidade	Rentabilidade Fundoprev Militar
2011	0,00	0,000
2012	9,229	11,877
2013	10,147	-3,957
2014	10,127	11,259
2015	17,315	9,418
2016	11,867	16,850
2017	8,095	12,493
2018	8,414	9,662
2019	9,000	16,858
2020	9,221	5,504
2021	14,463	0,336
2022	10,016	6,617
2023	9,904	13,324
2024	10,335	10,922
2025	10,280	13,718
2026	6,651	6,392

Fonte: Diretoria de Investimentos.

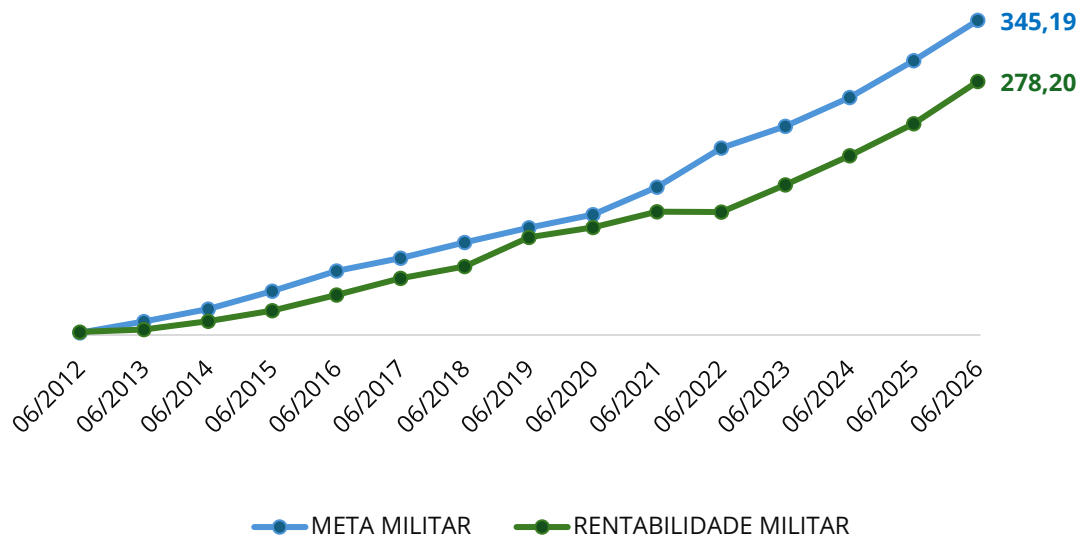
Figura 32 Fundoprev Militar – Rentabilidade: IPCA X Meta X Auferida



Fonte: Diretoria de Investimentos.

Na Figura 33, pode ser analisado o comportamento dos dados históricos da meta de rentabilidade e da rentabilidade auferida pela carteira do Fundoprev Militar. É possível observar um descompasso entre meta proposta e rentabilidade auferida no período de 2021, com a recuperação paulatina dos resultados desde então, voltando a sinalizar um comportamento de acompanhamento e aproximação da meta de rentabilidade.

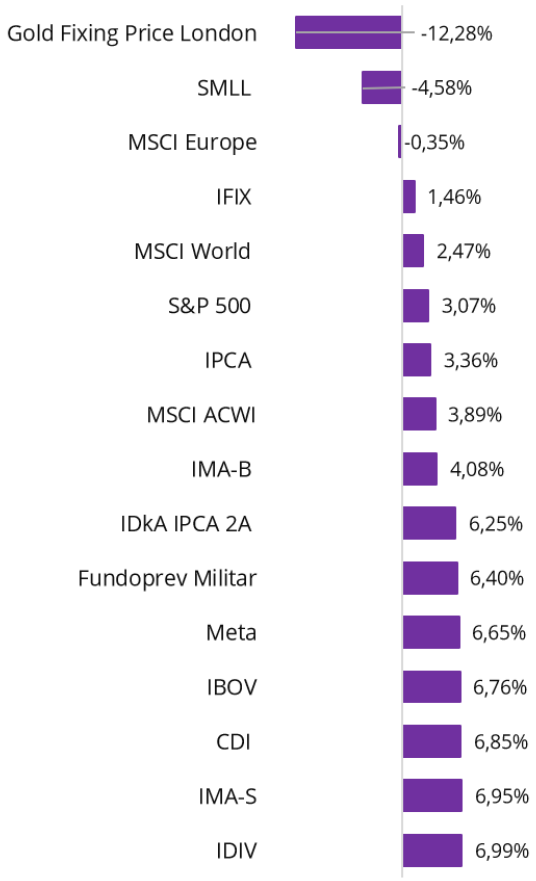
Figura 33 Fundoprev Militar – Rentabilidade: Meta X Auferida



Fonte: Diretoria de Investimentos.

A Figura 34 apresenta a rentabilidade anual de índices atrelados à Renda Fixa e à Renda Variável que são utilizados como referência para ativos do mercado brasileiro e compõem os fundos de investimentos que estão na carteira do Fundoprev Militar.

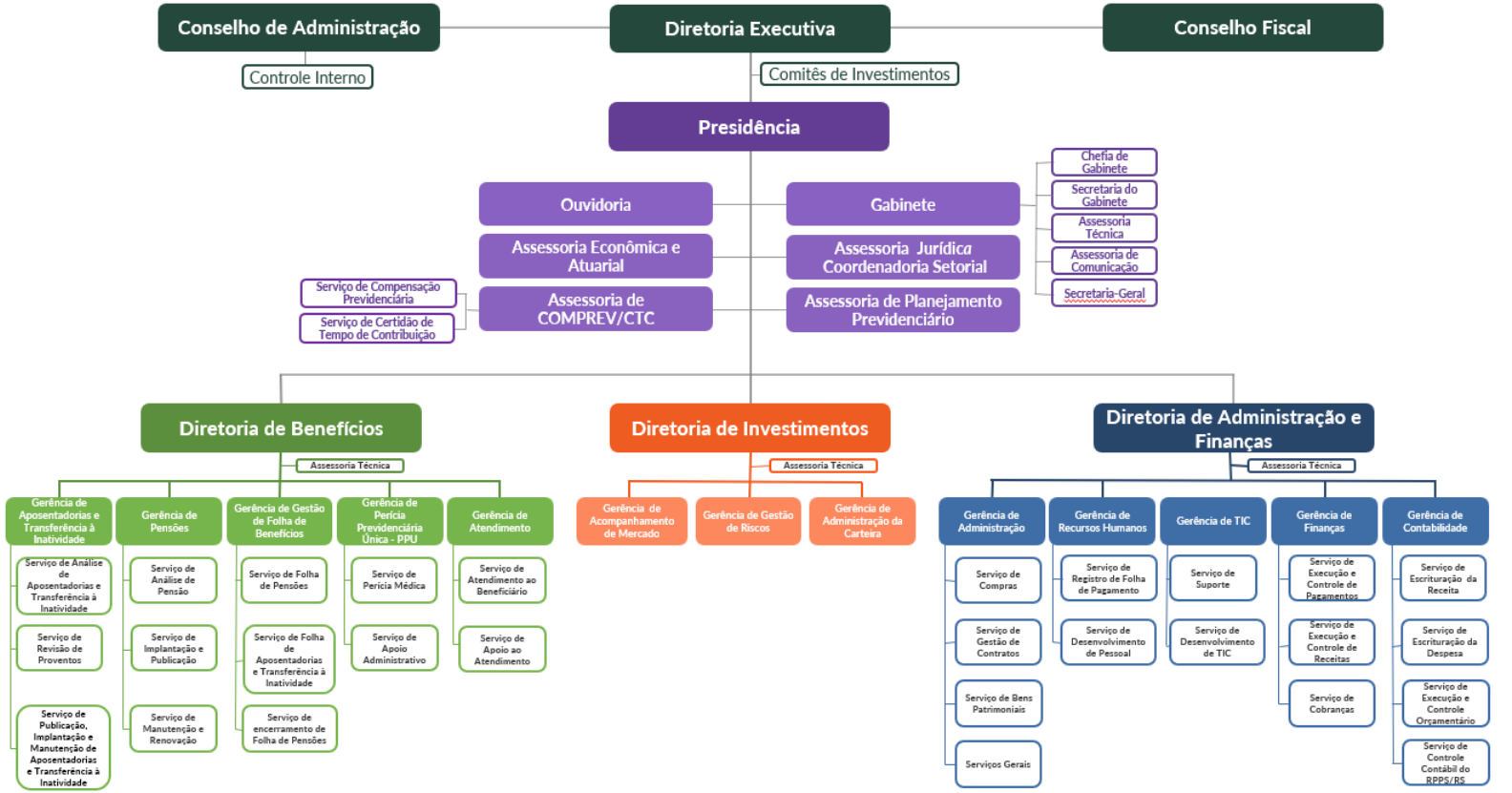
Figura 34 Fundoprev Militar - Comparativo de Índices do Mercado com Meta de Rentabilidade e Rentabilidade Auferida



Fonte: Diretoria de Investimentos.

6 GESTÃO DO INSTITUTO

Figura 35 Organograma



Portaria nº 29, de 30/06/23

Fonte: site https://ipeprev.rs.gov.br/upload/arquivos/202410/03133650-organograma-2023-soh-regimento-interno.pdf. Portaria n.º 29/23.

Figura 36 Mapa Estratégico 2024-2028



Fonte: https://ipeprev.rs.gov.br/planejamento-estrategico

6.1 Órgãos de Administração

Nos termos do Art. 4º da LCE n.º 15.143/2018, o Instituto possui como órgãos de administração o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

6.1.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração do IPE Prev é o órgão de administração superior do Instituto, estando suas competências arroladas no Art. 5º da LCE n.º 15.143/18.

O Colegiado contou com a participação de 12 Conselheiros titulares, cada qual com seu respectivo suplente, garantindo assim a composição completa da representação.

No exercício de suas atribuições como órgão de deliberação superior, o Conselho de Administração realizou 06 (seis) reuniões ordinárias e 02 (duas) reuniões extraordinárias.

Na sequência das reuniões realizadas, foram objeto de discussão e deliberação as seguintes matérias:

38 Deliberações do Conselho de Administração

Ata nº	Proa/SEI nº	Matérias
01	25/1440-0005151-3;	Relatório de Governança 2024
	22/1440-0015301-8;	Auditoria de acompanhamento 05/22 Comprev
	25/1440-0004686-2	Plano de Atividades do Controle Interno - Exercício 2025
02	25/1440-9000037-9	Relatório de Governança Corporativa - 1º semestre/25
	23/1440-0002767-0.	Parecer e Relatório do PAA/23
03	25/1440-0007141-7	Relatório de Atividades do Controle Interno – 1º semestre de 2025
04	-	-
05	24/1440-0005626-9	Relatório Anual do Controle Interno 2024
06	23/1440-0021382-2	Plano de Atividades do Controle Interno – Exercício 2024
	23/1440-0019800-9	Comunicado orientativo do Controle Interno – Pró-Gestão
	24/1440-0005626-9;	Relatório Anual do Controle Interno 2024
	23/1440-0001248-7.	Comunicado de Auditoria 07/22
07	22/1440-0004087-6	Demonstrativo da Avaliação Atuarial 2022 (Ano base 2021)
	25/1440-000-2313-7	Demonstrativo da Avaliação Atuarial 2025 (Ano base 2024)
	23/1440-0001248-7	Comunicado de Auditoria 07/22
08	26/1440-9001058-2	Relatório de Governança Corporativa – 2º semestre de 2025

Fonte: Conselho de Administração.

Tabela 39 Resoluções do Conselho de Administração

Número	Resoluções
01	Relatório de Governança Corporativa, referente ao exercício de 2024
02	Relatório de Auditoria do Controle Interno n.º 05/22
03	Relatório de Governança Corporativa - 1º Semestre de 2025
04	Relatório do Plano Anual de Atividades do Controle Interno/23
05	Relatório de Governança Corporativa - 2º Semestre de 2025

Fonte: Conselho de Administração.

6.1.2 Conselho Fiscal

Durante o 1º semestre de 2026, foram realizadas 06 sessões mensais do Colegiado, conforme disposto na LCE n.º 15.143/18, sendo objeto dessas discussões e deliberações as seguintes matérias:

Tabela 40 Deliberações do Conselho Fiscal

Ata nº	Proa/SEI nº	Matérias
01	**-**	-
02	25/1440-0008691-0	Relatório FUNDOPREV Civil – setembro/25
	25/1440-0008690-2	Relatório FUNDOPREV Militar- setembro/25
	25/1440-0009896-0	Relatório FUNDOPREV Civil- outubro/25
	25/1440-0009894-3	Relatório FUNDOPREV Militar- outubro/25
03	**-**	-
04	25/1440-0009984-2	Relatório FUNDOPREV Civil- novembro/25
	25/1440-0010005-0	Relatório FUNDOPREV Militar- novembro/25
	26/1440-0000608-4	Relatório FUNDOPREV Civil- dezembro/25
	26/1440-0000422-7	Relatório FUNDOPREV Militar- dezembro/25
05	23/1440-0001536-2	Relatório de Auditoria do Controle Interno n.º 06/22
06	26/1440-9001058-2	Relatório de Governança Corporativa 2º semestre de 2025

Fonte: Conselho Fiscal.

Tabela 41 Resoluções do Conselho Fiscal

Número	Resoluções
01	Relatório Mensal do FUNDOPREV, competências de setembro e outubro de 2025
02	Relatório Mensal do FUNDOPREV, competências de novembro e dezembro de 2025
03	Relatório de Governança Corporativa, 2º semestre 2025.

Fonte: Conselho Fiscal.

O presidente do Conselho Fiscal também participou de reuniões com a Diretoria do IPE Prev para tratar de temas relevantes ao Instituto, fortalecendo o diálogo institucional e o acompanhamento de assuntos de interesse do Colegiado.

6.1.3 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela execução das atividades do IPE Prev, sendo composta Por: Diretor-Presidente, Diretor de Benefícios, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Investimentos.

Na condição de órgão executivo de direção superior, compete à Diretoria Executiva conduzir a gestão administrativa, financeira, previdenciária e de investimentos do Instituto, promovendo a implementação das diretrizes institucionais, a execução das decisões estratégicas e o cumprimento das atribuições conferidas ao IPE Prev como gestor único do RPPS/RS, em conformidade com a LCE n.º 15.143/18 e com o Regimento Interno do Instituto.

A Diretoria Executiva reúne-se ordinariamente em periodicidade semanal para apreciação e deliberação de matérias estratégicas e operacionais de interesse institucional, promovendo o alinhamento das ações de gestão, o acompanhamento dos resultados e a adoção de medidas voltadas ao alcance dos objetivos organizacionais. No período de janeiro a junho de 2026, foram realizadas 20 reuniões ordinárias da Diretoria Executiva.

6.1.3.1 Comitês de Investimentos dos Fundoprevs

Os Comitês de Investimentos dos Fundoprevs são órgãos responsáveis pelo assessoramento da Diretoria Executiva na gestão dos recursos financeiros dos fundos previdenciários capitalizados.

Compete aos Comitês de Investimentos dos Fundoprevs a propositura da PAI. A PAI disciplina as diretrizes das tomadas de decisões, do gerenciamento e do acompanhamento da gestão dos recursos previdenciários, a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos ativos e dos passivos, considerando sempre os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, bem como o atingimento da meta de rentabilidade estabelecida.

Os Comitês reúnem-se de forma ordinária uma vez por mês para avaliação de desempenho mensal das carteiras de investimentos e definição de diretrizes estratégicas para administração dos Fundoprevs, cujas deliberações são registradas em atas e disponibilizadas no site do IPE Prev https://ipeprev.rs.gov.br/coin-militar, https://ipeprev.rs.gov.br/coin-civil.

6.1.3.1.1 Comitê de Investimentos do Fundoprev Civil

O Comitê de Investimentos do Fundoprev Civil, regido pelo Dec. Est. nº 57.099, de 7 de julho de 2023, contou com a participação de seis membros, garantindo a composição plena de participação.

De janeiro a junho de 2026, foram realizadas seis reuniões, em que foram discutidos os pontos relevantes discriminados a seguir.

Tabela 42 Deliberação do Comitê de Investimento do Fundoprev Civil

Ata nº	Reuniões	Matérias
1	29/01/2026	Relatório de Ativos Financeiros dos Fundoprevs 2025 - dezembro/25
		Relatório de Governança 25/2;
		PAI 2026;
		LCE 15.511/2020.
2	26/02/2026	Relatório de Diligência de Ativos dos Fundoprevs 2025/2- janeiro/26
		LCE 15.511/2020;
3	19/03/2026	LCE 15.511/2020 – fevereiro/26
4	23/04/2026	LCE 15.511/2020 – março/26
5	28/05/2026	Credenciamento do Banco do Brasil como instituição financeira habilitada a cotar títulos públicos federais – abril/26
6	26/06/2026	LCE 15.511/2020 - maio/26

Fonte: Diretoria de Investimento

6.1.3.1.2 Comitê de Investimentos do Fundoprev Militar

O Comitê de Investimentos do Fundoprev Militar, regido pelo Dec. Est. nº 58.597, de 14 de janeiro, contou com a participação de quatro membros, restando vagas as cadeiras das alíneas c dos incisos I e II do art. 3º do referido Decreto.

Cabe destacar que, em janeiro de 2026, com a publicação do supracitado Decreto, modernizou-se o regramento da estrutura e do funcionamento deste Comitê.

De janeiro a junho de 2026, foram realizadas seis reuniões, em que foram discutidos os pontos relevantes discriminados a seguir.

Tabela 43 Deliberação do Comitê de Investimento do Fundoprev Militar

Ata nº	Reuniões	Matérias
1	03/02/2026	Relatório de Ativos Financeiros dos Fundoprevs 2025 - dezembro/25
		Relatório de Governança 25/2;
		PAI 2026;
2	03/03/2026	Relatório de Diligência de Ativos dos Fundoprevs 2025/2- janeiro/26
3	26/03/2026	Relatório fevereiro/26
4	30/04/2026	Relatório março/26
5	28/05/2026	Credenciamento do Banco do Brasil como instituição financeira habilitada a cotar títulos públicos federais – abril/26
6	30/06/2026	Relatório maio/26

Fonte: Diretoria de Investimento

6.2 Planejamento Estratégico 2024-2028

O Planejamento Estratégico 2024–2028 constitui o instrumento orientador para a definição das prioridades, objetivos e ações institucionais para o período, estabelecendo uma visão integrada dos resultados que se pretende alcançar e dos caminhos necessários para sua concretização.

Elaborado a partir da análise do ambiente institucional e dos desafios e oportunidades identificados, o planejamento busca fortalecer a atuação do Instituto, promover o aprimoramento contínuo de seus processos e serviços e assegurar maior efetividade no cumprimento de sua missão e no alcance da visão de futuro.

Nesse contexto, foram definidos três objetivos estratégicos e suas respectivas metas, que traduzem as prioridades institucionais em resultados concretos e mensuráveis. As metas estabelecem referências para o acompanhamento da execução do planejamento, permitindo avaliar a evolução dos resultados ao longo do período e, quando necessário, promover os ajustes e aperfeiçoamentos cabíveis.

O documento do Planejamento Estratégico 2024-2028 está disponibilizado no site do Instituto, por meio do link ipeprev.rs.gov.br/upload/arquivos/202412/12105111-plano-estrategico-ipe-prev-2024-2028-externo-1.pdf.

A figura a seguir sintetiza os objetivos estratégicos e a quantidade de metas definidas no processo de elaboração do planejamento estratégico.

Figura 37 Objetivos Estratégicos e Quantidade de Metas



Fonte: Assessoria de Planejamento Previdenciário.

Em 2025, foi elaborado o Plano de Ação do biênio 2025–2026 a partir das diretrizes do Planejamento Estratégico 2024–2028, com o propósito de alinhar ações, metas e entregas institucionais às prioridades estratégicas do Instituto, assegurando transparência, acompanhamento sistemático e foco em resultados. Ainda com os efeitos da calamidade pública do Estado em 2024, excepcionalmente, o plano de ação foi estabelecido no biênio 2025 e 2026.

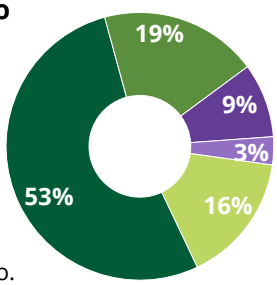
A partir da metodologia de acompanhamento do Plano de Ação 2025-2026, com os responsáveis pelas metas, verificou-se a necessidade de atualização do Planejamento Estratégico 2024-2028, com encerramento, reformulação e inclusão de

metas, especialmente em razão de projetos estruturantes em andamento, tais como a implantação do Sistema de Gestão Previdenciária (SGP), a evolução dos sistemas corporativos e as demandas decorrentes do Pró-Gestão RPPS.

A figura a seguir destaca a situação das metas do Planejamento Estratégico 2024-2028.

Figura 38 Status das Metas por Objetivo

Status	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Total
Concluídas	5	5	4	14
Em andamento	11	24	12	47
Encerradas	3	5	9	17
Não iniciadas	1	2	5	8
Novas	0	3	0	3



Fonte: Assessoria de Planejamento Previdenciário.

Até o momento foi encerrado o acompanhamento do plano de ação, status em julho e tanto a avaliação desse status, como as próximas rodadas de avaliação, previstas para setembro/outubro e novembro/dezembro constarão no RGC do 2º semestre de 2026. Cabe ressaltar que na última rodada de acompanhamento haverá uma avaliação final de 2026, bem como o planejamento do plano de ação para o ano de 2027.

O documento do Plano de Ação 2025-2026, está disponibilizado no site do Instituto, por meio do link: https://ipeprev.rs.gov.br/upload/arquivos/202605/05160718-plano-de-acao-2025-2026.pdf

6.3 Atos Normativos

Durante o período, o Instituto consolidou a utilização e a divulgação de instrumentos normativos e orientações técnicas, fortalecendo a segurança jurídica dos processos e assegurando maior alinhamento às exigências legais e aos parâmetros estabelecidos pelo Programa Pró-Gestão RPPS.

Tabela 44 Atos Normativos Publicados

Atos	Quant.
Decreto	1
Resolução	0
Portaria	20
Portarias Conjuntas [15]	7
Instrução Normativa	9

[15] Além das publicações realizadas pelo próprio Instituto foram publicadas 06 Portarias em conjunto com o IPE Saúde e uma com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Atos	Quant.
Ordem de Serviço	4
Edital	24
Edital de Concurso	4

Fonte: Assessoria Técnica Administrativa.

6.4 Certificado de Regularidade Previdenciária

O CRP é um instrumento fundamental para a credibilidade e sustentabilidade dos RPPS. Emitido pelo MPS, o certificado comprova que o ente federativo atende aos critérios legais e constitucionais exigidos para a gestão previdenciária, nos termos da Lei Federal n.º 9.717/98 e da Portaria MTP n.º 1.467/22.

Além de evidenciar a conformidade com a legislação vigente, o CRP demonstra o comprometimento do ente com boas práticas de governança, transparência, controle e equilíbrio financeiro e atuarial. Dessa forma, contribui para o fortalecimento e a sustentabilidade do RPPS, proporcionando maior segurança aos segurados e beneficiários quanto à manutenção dos benefícios previdenciários.

A ausência do certificado pode gerar impactos relevantes para o Estado, entre eles:

- impedimento de receber transferências voluntárias da União;
- impossibilidade de celebrar convênios, contratos e outros ajustes com órgãos da Administração Pública Federal; e
- restrições à obtenção de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras federais.

A renovação do CRP ocorre a cada 180 dias e está condicionada ao atendimento de requisitos estabelecidos pela legislação previdenciária. Sua emissão representa o reconhecimento da regularidade do RPPS e que sua gestão está alinhada às diretrizes de responsabilidade previdenciária.

No âmbito do IPE Prev, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) foi renovado por via administrativa em 12 de fevereiro de 2026, assegurando a manutenção da regularidade previdenciária do regime. A preservação desse certificado possui caráter estratégico, pois, além de resguardar os interesses dos segurados, é requisito relevante para a viabilização de políticas públicas, investimentos e transferências de recursos ao Estado. Ademais, o CRP constitui importante indicador de governança previdenciária, sendo considerado em avaliações de desempenho e boas práticas de gestão, como o Índice de Situação Previdenciária (ISP) e o Pró-Gestão RPPS.

6.5 Índice de Situação Previdenciária

O Índice de Situação Previdenciária (ISP), foi instituído pela Portaria MF n.º 01/17, que acrescentou o inciso V ao Art. 30 da Portaria MPS n.º 402/08, prevendo, entre as competências da então Secretaria de Previdência relacionadas aos RPPS, a divulgação deste índice. A atualização e situação dos RPPS em relação a este índice é publicada no segundo semestre de cada ano e conforme tabela o ISP está demonstrado a seguir.

Tabela 45 Critérios para Indicador ISP 2025

Situação Previdenciária	B
Perfil Atuarial	III
Gestão e Transparência	**A**
Regularidade	A
Envio de Informações	A
Gestão	B
Finanças e Liquidez	**C**
Suficiência Financeira	C
Acumulação de Recursos	C
Resultado Financeiro da Medida de Equacionamento de Déficit Atuarial (novo)	A
Atuária	**A**
Cobertura Previdenciária	A
Sustentabilidade das Provisões em Relação à RLC ou Comprometimento Atuarial da RCL (novos)	B
Reforma RPPS e Vigência RPC	A

Fonte: www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria.

6.6 Projetos de Governo

6.6.1 eSocial

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), instituído pelo Dec. n.º 8373/14, é o sistema de prestação de informações ao Governo Federal, que tem o objetivo a unificação da prestação de informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, tendo por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional.

No RS o Dec. n.º 54.435/18 instituiu o Comitê Estratégico do eSocial, o Comitê Executivo do eSocial e o Comitê Executivo da EFE-Reinf, que são encarregados de coordenar as ações necessárias à prestação de informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas à União por meio do eSocial e da EFD-Reinf. O IPE Prev possui representação nesses comitês e conforme Art. 8º do referido decreto, compete ao Instituto prestar à União as informações relativas aos inativos, pensionistas e seus servidores.

As tabelas que seguem demonstram as informações enviadas ao eSocial.

Tabela 46 Informações Enviadas do Benefício de Aposentadoria

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Cadastros (por CPF)	245	126	285	140	167	130	**1.093**
Benefícios (por vínculo)	263	130	302	153	186	150	**1.184**
Total	**508**	**256**	**587**	**293**	**353**	**280**	**2.277**

Fonte: Gerência de Aposentadoria.

Tabela 47 Informações Enviadas do Benefício Pensão por Morte

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Cadastro	101	105	404	223	174	38	305	**1.350**
Benefício	4.349	109	325	1.864	692	636	349	**8.324**
Total	**4.450**	**214**	**729**	**2.087**	**866**	**674**	**654**	**9.674**

Fonte: Gerência de Pensões.

6.6.2 Pró-Sustentabilidade RS

No primeiro semestre de 2026, as principais entregas do IPE Prev no âmbito do Programa Pró-Sustentabilidade RS concentraram-se em:

- melhoria dos processos de aposentadoria, monitoramento e implantação de dashboards gerenciais.
- implementação de módulos estratégicos do Sistema RHE;
- fortalecimento da governança previdenciária com foco na Educação Previdenciária;
- avanço da implantação do sistema GFPREV.

Essas ações foram apresentadas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e aos órgãos gestores do programa como evidências do cumprimento das metas e produtos previstos para o IPE Prev. Os resultados alcançados no semestre contribuem para o cumprimento dos objetivos estratégicos do Programa Pró-Sustentabilidade RS e para o fortalecimento da sustentabilidade institucional e fiscal do Regime Próprio de Previdência Social do Estado.

6.6.3 PROGESTÃO RS

Durante o primeiro semestre de 2026 o IPE Prev atuou na estruturação e execução das iniciativas vinculadas ao Programa PROGESTÃO RS, especialmente aquelas relacionadas à modernização da gestão previdenciária e à futura implantação do Sistema de Gestão Previdenciária (SGP). Nesse período, houve participação na formalização da governança do programa, definição de pontos focais e da Unidade Implementadora de Projetos (UIP), alinhamentos com a SPGG, Banco Mundial e UGP do PROGESTÃO RS, além da elaboração, revisão e aperfeiçoamento do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR) e dos instrumentos de cooperação necessários à execução dos projetos financiados pelo programa.

Também foram conduzidas tratativas para enquadramento das aquisições e contratações às regras do PROGESTÃO RS, incluindo a análise da utilização da contratação da consultoria do SGP como contrapartida do projeto e a preparação das futuras contratações de consultores especializados e serviços de apoio à implantação do sistema.

No âmbito contratual, destacou-se o acompanhamento da execução do Contrato n.º 20/25, responsável pela consultoria especializada na elaboração do ETP, do TR e do plano de implantação do SGP. As atividades envolveram reuniões técnicas, análises de requisitos, discussão sobre a criação de uma base previdenciária unificada e integrada, validação de produtos entregues, ateste de recebimento dos documentos, encaminhamento de processos de pagamento e interação contínua com a consultoria para aperfeiçoamento das especificações técnicas e do modelo de contratação.

Paralelamente, foram discutidas e planejadas outras consultorias necessárias ao ecossistema do SGP, abrangendo suporte técnico relacionado ao sistema RHE, infraestrutura, integração com sistemas legados, gestão de ativos e passivos (ALM) e demais especializações previstas para viabilizar a implantação da solução previdenciária de forma aderente às exigências institucionais, tecnológicas e de governança do PROGESTÃO RS.

6.7 Ações de Comunicação

Durante o mês de março, o IPE Prev, por meio da Assessoria de Comunicação, desenvolveu, em parceria com a Gerência de Recursos Humanos, atividades alusivas à campanha “IPE Prev no Mês da Mulher – respeito que fortalece, protagonismo que inspira”, iniciativa voltada ao reconhecimento e à valorização das mulheres que integram o Instituto.

Como parte da programação, no dia 16 de março, o Instituto recebeu a palestra “Canais de denúncia e formas de violência contra a mulher”,

Durante o encontro, foram abordados temas como os diferentes tipos de violência previstos na legislação brasileira, a importância da conscientização institucional e os canais oficiais de denúncia disponíveis no Estado. A palestra destacou a necessidade de fortalecimento dos espaços de acolhimento e informação, reforçando o papel das instituições públicas no enfrentamento à violência contra a mulher.

No dia 16 de junho, foram abertas as inscrições para o Seminário IPE Prev de Educação Previdenciária: Acesso à Aposentadoria e à Pensão por Morte do RPPS/RS, previsto para 9 de julho de 2026.

A iniciativa teve como objetivo promover a educação previdenciária junto aos servidores públicos ativos e inativos, bem como aos beneficiários do RPPS/RS, ampliando o conhecimento sobre os requisitos, procedimentos e orientações

relacionados à concessão de aposentadorias e pensões por morte, buscando qualificar o acesso às informações e aos serviços disponibilizados pelo IPE Prev.

O seminário teve como público-alvo servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, além de profissionais da área de recursos humanos dos Poderes e órgãos autônomos do Estado.

6.7.1 Rede Social Instagram

No primeiro semestre de 2026, o perfil do IPE Prev no Instagram @ipeprevrs, apresentou evolução consistente, consolidando sua presença digital e ampliando o relacionamento com segurados, pensionistas, servidores e público em geral.

Entre janeiro e junho, o perfil acumulou aproximadamente 97 mil visualizações, com crescimento contínuo da base de seguidores, que passou de 4,6 mil para 5,8 mil seguidores, representando aumento de cerca de 26% no período. O alcance para públicos externos também se manteve relevante, com índices de visualizações por não seguidores variando entre 24% e 41%, demonstrando capacidade de expansão da audiência além da comunidade já estabelecida.

O destaque do semestre foi o mês de junho, que registrou 28 mil visualizações, o melhor desempenho do período, representando crescimento de 95% em relação a maio. Também se observou que o desempenho não esteve necessariamente relacionado ao volume de publicações, indicando que a relevância dos temas abordados e o interesse do público tiveram papel decisivo nos resultados alcançados.

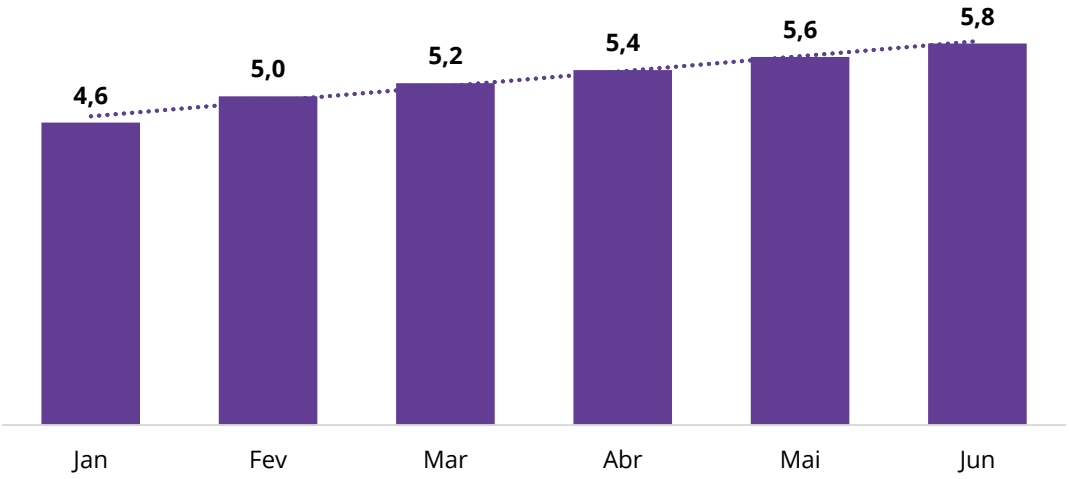
De forma geral, os indicadores demonstram fortalecimento da comunicação digital do IPE Prev, aumento do alcance institucional e crescimento contínuo da comunidade de seguidores, consolidando o Instagram como importante ferramenta de divulgação de serviços, ações e informações previdenciárias.

Tabela 48 Indicadores Quantitativos

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Visualizações (mil)	19	11	10	15	14	28
% Não seguidores	41	41	27	24	39	31
Seguidores (mil)	4,6	5	5,2	5,4	5,6	5,8

Fonte: Assessoria de Comunicação.

Figura 39 Evolução dos Seguidores no Instagram



Fonte: Assessoria de Comunicação.

- Visualizações acumuladas no semestre: 97 mil visualizações
- Crescimento total de seguidores no semestre: +1,2 mil seguidores
- Crescimento percentual aproximado: 26%

6.8 Gestão documental e Acervo Histórico

No primeiro semestre de 2026, o Assessoramento de Gestão documental e Acervo Histórico concentrou seus esforços na implantação e consolidação do SEI-RS no IPE Prev. A unidade atuou no suporte aos usuários e às áreas do Instituto, promovendo reuniões de alinhamento, coordenando grupos de trabalho e realizando treinamentos para capacitação dos servidores. Também acompanhou a definição de procedimentos e fluxos documentais no ambiente eletrônico, contribuindo para a adaptação dos processos administrativos à nova realidade digital e para a integração do SEI-RS com sistemas institucionais, fortalecendo a organização e a tramitação dos documentos do IPE Prev.

Paralelamente, o Assessoramento acompanhou e fiscalizou a execução do contrato de guarda documental mantido com a BAGERGS, zelando pela adequada conservação dos arquivos físicos do Instituto. Destacou-se, ainda, o acompanhamento das atividades de digitalização das pastas funcionais de servidores aposentados, exonerados e falecidos, ação que amplia o acesso às informações e contribui para a preservação do acervo. Além dessas atividades, a unidade promoveu a troca de experiências com outras instituições, orientou boas práticas arquivísticas e apoiou a padronização de procedimentos, contribuindo para uma gestão documental mais eficiente, segura e integrada.

Tabela 49 Quantitativo de Serviços Prestados pela Empresa BAGERGS

Entrega/serviço	Quantidade total	Unidade
Digitalização, por Demanda da Pesquisa, A4 até 300 dpi PeB	453.075	Página
Guarda de Caixa Padrão IPE Prev	13.880	Caixa
Guarda de Caixa Box (unidade) 54x37x26 cm	902	Caixa
Guarda de Gabinete de Aço	167	Arquivo de aço
Digitalização, por Demanda p/ Pesquisa, Documentos Históricos	853	Página
Pesquisa Física de Documentos nas Caixas Armazenadas	15	Pesquisa
Envio por E-mail de Pesquisas	7	E-mail

Fonte: Assessoria de Gestão documental e Acervo Histórico.

6.9 Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação

No eixo da inovação, destaca-se a realização, em junho de 2026, de um Workshop de Inteligência Artificial (IA) em parceria com a Dell Technologies, com a participação de aproximadamente 40 servidores. O evento possibilitou a identificação de potenciais casos de uso de inteligência artificial no IPE Prev, que serão objeto de análise de viabilidade e priorização para futuras iniciativas de transformação digital.

6.10 Gestão Jurídica

A Assessoria Jurídica (ASSJUR), coordenada pela Procuradoria Setorial da PGE/RS, exerce atividades de:

- apoio administrativo à coordenação e aos analistas, atendimento ao público, pesquisa em sistemas informatizados, registro e controle de processos da unidade, bem como a abertura de expedientes, conforme orientação técnica, para atendimento das demandas judiciais;
- assessoramento jurídico e observância da legalidade dos atos da administração pública estadual;
- atendimento às demandas de todas as Diretorias, atuando de forma consultiva e na gestão institucional, com participação em grupos de trabalho e comissões;
- análise das demandas judiciais relacionadas ao benefício previdenciário de pensão por morte;
- subsidiar a defesa judicial do IPE Prev junto à PGE, o esclarecimento de questões relativas aos processos judiciais de pensão por morte, o cumprimento das decisões judiciais no âmbito do Instituto — como habilitação, restabelecimento, cancelamento e reajuste de pensões, bem como execução de reserva de cota — além do acompanhamento e estudo da jurisprudência pertinente ao benefício.

A seguir, os principais dados consolidados:

Tabela 50 Dados Consolidados

	Ofícios[16]	RAPI[17]	MS[18]	Proas[19]	E-mails[20]	SEI[21]	Inf. Jur. Set.[22]	Instruções	Decisões Judiciais	Outros[23]
Jan	61	4	6	518	221	152	24	13	89	64
Fev	155	0	1	667	292	279	16	5	90	64
Mar	287	2	5	892	371	272	22	28	109	89
Abr	217	0	2	940	335	127	20	17	110	97
Mai	305	2	10	1172	337	153	22	19	102	100
Jun	175	0	4	968	313	180	21	13	81	95
Total	**1.200**	**8**	**28**	**5.157**	**1.869**	**1.163**	**125**	**95**	**581**	**509**

Fonte: Assessoria Jurídica.

6.11 Certidão de Tempo de Contribuição

A emissão de Certidões de Tempo de Contribuição (CTC) pelos RPPS é regulamentada pela Portaria MTP n.º 1.467/22 e demais atualizações normativas, que estabelecem os critérios e procedimentos aplicáveis à sua expedição.

A CTC tem por finalidade certificar o período de contribuição do ex-servidor público vinculado ao RPPS, sendo emitida de forma sequencial e única, sem espaços em branco, rasuras ou entrelinhas. Sua emissão ocorre mediante requerimento formal do interessado, contendo a finalidade e a motivação do pedido, acompanhado do respectivo processo administrativo devidamente instruído com a documentação comprobatória necessária para análise, conferência e assinatura do Diretor-Presidente.

No primeiro semestre de 2026, o setor responsável pela emissão e homologação de CTCs recebeu 2.035 processos administrativos. A seguir, são apresentados os quantitativos e os resultados das principais etapas operacionais executadas no período analisado.

A tabela a seguir demonstra o fluxo mensal dos processos considerando o saldo de 2025.

[16] Quantitativo de ofícios emitidos. Esses números refletem a demanda formal por comunicações externas ou internas expedidas pela Assessoria Jurídica.

[17] Registro de Atos e Pareceres Internos. Instrumento específico e restrito, sendo acionado apenas quando necessário.

[18] Mandado de Segurança.

[19] Fluxo de entrada de processos físicos ou eletrônicos originados externamente.

[20] Demandas recebidas por e-mail, que resultaram em movimentação processual interna.

[21] Processos recebidos de outros órgãos/setores.

[22] Informações Jurídicas Setoriais. Correspondem a manifestações técnico-jurídicas de maior complexidade, elaboradas pelos analistas jurídicos no âmbito da ASSJUR. Após sua elaboração, tais peças são submetidas à revisão, validação e assinatura da Coordenadora Setorial, assegurando uniformidade técnica, rigor metodológico e conformidade com as diretrizes institucionais e orientações da Procuradoria-Geral do Estado.

[23] Esclarecimentos/Informações, Registro de Trânsito em Julgado, Retornos e Revisões.

Tabela 51 Fluxo Mensal dos Processos no Setor de CTC

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Saldo de 2025	**348**					
Recebidos	268	275	290	272	335	595
Indeferidos	159	150	200	167	180	165
Homologados	187	115	230	124	188	178
Saldo final do mês	**270**	**280**	**140**	**121**	**88**	**340**

FONTE: Assessoria de COMPREV/CTC.

A centralização da emissão de certidões no IPE Prev, após a migração para o sistema RHE, ampliou a demanda de suporte aos órgãos de origem, resultando em aumento dos atendimentos realizados pelo Serviço de CTC, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 52 Número de Atendimentos aos Órgãos Requerentes

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
126	107	140	124	128	122	**747**

FONTE: Assessoria de COMPREV/CTC.

6.12 Controle Interno

O Controle Interno do IPE Prev – RPPS/RS (https://ipeprev.rs.gov.br/controle-interno) é responsável por avaliar o cumprimento de metas, programas e orçamentos, bem como verificar a legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão previdenciária. Suas competências estão definidas no Art. 27 da LC n.º 15.143/18; no parágrafo único do Art. 4º do Dec. Esc. n.º 56.148/21; no Art. 3º da Portaria n.º 29/23 e na Portaria n.º 62/23 (Regulamento do Controle Interno).

A unidade atua sob a forma de sistema, com orientação normativa e supervisão técnica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), com o objetivo de proteger e agregar valor aos mecanismos de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e compliance (integridade) do IPE Prev – RPPS/RS, conforme o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental da CAGE (2022).

O trabalho técnico é desenvolvido de forma articulada com os órgãos de controle interno e externos, respeitando as diretrizes do Modelo das Três Linhas (The IIA 2020), com definição clara de papéis e responsabilidades, visando à racionalização de recursos, à maximização de resultados e a evitar a realização de trabalhos duplicados.

A metodologia inovadora idealizada e adotada pelo Controlador Interno foi aprovada pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, estando alinhada às diretrizes da legislação vigente, do Referencial Técnico da CAGE (2022), do COSO ICIF 2013 (Sumário Executivo – Controle Interno - Estrutura Integrada), do Novo Modelo das Três Linhas (The IIA 2020), do Manual vigente do

Programa Pró-Gestão RPPS (2026) e do Parecer Jurídico-Normativo n.º 18.350/2020 da PGE/RS.

Os trabalhos realizados com caráter preventivo, preditivo, proativo e orientativo pelo Controle Interno junto à Diretoria Executiva e aos gestores previdenciários estão relacionados a seguir, com processos administrativos eletrônicos disponíveis para consulta no Sistema PROA e SEI RS.

No primeiro semestre do exercício de 2026, as atividades realizadas pelo Controle Interno contribuíram para fortalecer os mecanismos institucionais de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos, compliance (integridade institucional) e educação previdenciária, alinhadas aos direcionadores estratégicos do IPE Prev.

A atuação institucional da unidade está direcionada à conformidade com os requisitos das dimensões de Governança Corporativa, Controles Internos e Educação Previdenciária do Programa Pró-Gestão RPPS, com vistas à obtenção da certificação institucional do IPE Prev no Nível de Aderência III, conforme critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

Tabela 53 Quantitativo de Processos Administrativos Analisados por Área

Área de Atuação do RPPS	PROA / SEI	Atendidas	Não Atendidas	Total
Benefícios				
Objeto: Relatório de Auditoria n.º 05/22 - Objeto: COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	22/1440-0015301-8	1	0	**1**
Administrativa				
Objeto: Planejamento Estratégico do IPE Prev para o período de 2024 a 2028	25/1440-0005774-0	3	0	**3**
Objeto: Curso de Formação de Especialistas em Controles Internos (CICS – EAD)	26/1440-9000335-7	2	0	**2**
Objeto: Gestão e Fiscalização de contratos no âmbito do IPE Prev	23/1440-0020524-2	3	1	**4**
Proposta Orçamentária para o Exercício de 2026 (PLOA 2026)	25/1440-0006573-5	3	0	**3**
Monitoramento da implementação das recomendações emitidas pela CAGE	25/1440-0002579-2	2	0	**2**
Capacitação do Controlador Interno	23/1440-0019639-1	1	0	**1**
Capacitação de Servidores em Controle Interno	25/1440-0007972-8	1	0	**1**
Situação estrutural e de pessoal do Controle Interno do IPE Prev	24/1440-0014646-2	0	1	**1**
Adiantamento de Numerário	25/1440-0005170-0	1	0	**1**
CRP e Extrato Previdenciário	25/1440-0006276-0	4	0	**4**
Programa PRÓ-SUSTENTABILIDADE RS	25/1440-0001955-5	1	0	**1**
Gestão do acervo patrimonial	25/1440-0008689-9	0	1	**1**
Delegação de Competência para ordenação de despesas do IPE Prev	25/1440-0003659-0	1	0	**1**

Área de Atuação do RPPS	PROA / SEI	Atendidas	Não Atendidas	Total
Comunicado Orientativo Circular do Controle Interno n.º 001/26	25/1440-0001018-3	1	0	**1**
PAACI 2026, Cronograma, Resumo Executivo e Formulário da Diretoria Executiva.	25/1440-0009857-9	1	0	**1**
Relatório de Governança Corporativa do Exercício de 2025	25/1440-0008135-8	1	0	**1**
Relatório Anual das Atividades do Controle Interno relativo ao Exercício 2025 (RAACI 2025)	25/1440-0007039-9	1	0	**1**
Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do IPE Prev – RPPS/RS	25/1440-0006564-6	1	0	**1**
Acordo de Resultados 2024 – Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) – Projetos Estratégicos do IPE Prev – RPPS/RS	25/1440-0009720-3	1	0	**1**
Plano Anual de Auditoria do Exercício de 2023 (PAA 2023)	23/1440-0002767-0	1	0	**1**
Controle do exercício de cargos e funções públicas no âmbito do IPE Prev – RPPS/RS	25/1440-0008604-0	0	1	**1**
Tecnologia da Informação				
Sistema de Gestão Previdenciária	25/1440-0004949-7	1	0	**1**
Plano de Ação do SEI RS	25/1440-0000290-3	2	0	**2**
Solicitação de recursos tecnológicos para o Controle Interno	25/1440-0006113-6	1	0	**1**
Capacitação no CAGE Gerencial	23/1440-0019640-5	1	0	**1**
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) e da Governança de TIC no âmbito do IPE Prev	23/1440-0018469-5	0	1	**1**
Contratação da PROCERGS	25/1440-0005282-0	1	0	**1**
Financeira				
Visita Técnica às Instituições Financeiras Credenciadas	25/1440-0003484-8	2	0	**2**
Relatório de auditoria n.º 01/22 - Investimentos	22/1440-0004587-8	1	0	**1**
Monitorar a implementação da alteração da base de cálculo do PASEP	25/1440-0007625-7	6	0	**6**
Taxa de Administração do IPE Prev – RPPS/RS	24/1440-0000001-8	9	0	**9**
Controle contábil (conciliação bancária, orçamentária, contábil e patrimonial) e da folha de pagamento do IPE Prev	24/1440-0005845-8	1	0	**1**
Total		**55**	**5**	**60**

Fonte: Controle Interno.

6.13 Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho

6.13.1 Comitê de Hipóteses Atuariais

Instituído pela Resolução IPE Prev n.º 01/24, o Colegiado iniciou suas atividades em 22/04/24, com todos os membros designados pela Portaria IPE Prev n.º 21/24.

Durante o primeiro semestre de 2026 o Comitê de Hipóteses Atuariais abordou temas relacionados ao comportamento dos servidores em abono de

permanência, à análise retrospectiva e à estimativa de fluxos de compensação previdenciária e à verificação de aderência das hipóteses biométricas de mortalidade geral. Em todas as reuniões, a Assessoria Econômica e Atuarial apresentou estudos técnicos a partir de bases de dados institucionais, com o objetivo de fornecer subsídios para a validação das hipóteses adotadas nos cálculos da avaliação atuarial anual. Os membros do Comitê contribuíram com sugestões de aprimoramento metodológico e com a interpretação dos achados, reforçando o caráter técnico e consultivo do Comitê.

Tabela 54 Reuniões e Pautas

Reunião	Data	Pauta
13ª	14/04/26	Início dos trabalhos de 2026 e apresentação do estudo sobre tempo em abono de permanência, contemplando fundamentos legais, bases de dados, impactos atuariais e metodologia para mensurar o intervalo entre o início do benefício e a aposentadoria dos servidores. Também foi sugerido aprofundamento da análise considerando o impacto da idade no tempo de recebimento da vantagem.
14ª	28/04/26	Apresentação do estudo sobre projeção do fluxo da COMPREV, incluindo aspectos legais, metodologia de cálculo, exemplos práticos de compensação previdenciária, tratamento das bases de dados e utilização de ferramenta analítica para exploração dos resultados retrospectivos.
15ª	30/06/26	Discussão do estudo de avaliação da COMPREV, comparando a referência normativa de utilização de 5% do Valor atual dos benefícios futuros nos cálculos frente as estimativas baseadas em dados observados, além da apresentação do estudo de aderência da hipótese biométrica de mortalidade geral, com análise estatística das tábuas biométricas e avaliação da adequação das hipóteses atualmente utilizadas no RPPS/RS.

Fonte: Comitê de Hipóteses Atuariais.

6.13.2 Comitê Setorial de Integridade

O Comitê de Integridade Pública (CIP), instituído por meio do Dec. Est. n.º 56.237/21, que dispõe sobre o Sistema e a Política de Governança, Gestão e Integridade do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, tem como principais competências:

- Propor normas e diretrizes gerais da Política de Integridade do Poder Executivo do Estado; e
- Supervisionar a implementação e a efetividade dos Programas e Planos de Integridade.

No âmbito do IPE Prev, o Comitê Setorial de Integridade (CSI) foi designado mediante processo n.º 23/0801-0001716-2, coordenado pelo Diretor-Presidente do IPE Prev, um representante do Controle Interno e um representante da Assessoria Técnica Jurídica da Presidência, representando a terceira instância do Sistema de Governança Interna.

O plano contempla medidas institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de práticas de corrupção, fraude e desvios éticos, além de ações voltadas ao fortalecimento da gestão pública estadual. Essas iniciativas são orientadas pelos

princípios da integridade, da transparência, da inovação e da prestação de contas, promovendo o aprimoramento da governança pública e da eficiência administrativa.

Para reforçar o compromisso com uma gestão transparente e eficaz, o Diretor-Presidente do IPE Prev assinou o Termo de Compliance da Alta Administração, comprometendo-se com a implementação das normas do programa. O registro consta no PROA n.º 23/0801-0001716-2.

Desde 2021, o Código de Ética do IPE Prev (PROA n.º 20/2442-0004966-0) orienta a conduta ética e profissional de todos os colaboradores do Instituto, incluindo: conselheiros, diretores, servidores efetivos e cedidos, temporários, estagiários e terceirizados.

Todos devem:

- Observar as leis e normas do Instituto;
- Reportar atos suspeitos ou ilícitos;
- Agir de forma proativa e íntegra, mesmo diante de situações não previstas.

Além disso, o CSI aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), iniciativa promovida pela Rede de Controle da Gestão Pública e operacionalizada por meio da plataforma e-Prevenção do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme registro no Processo Administrativo n.º 21/1400-0005423-2. O programa tem como objetivo fortalecer os mecanismos de prevenção, detecção e combate a fraudes e atos de corrupção, incentivando a adoção de boas práticas de governança, controle e integridade na administração pública.

6.13.3 Comitês de Investimentos dos Fundoprevs

Os Comitês de Investimentos dos Fundoprevs são regidos pelo Dec. Est. n.º 52.670/15, e pelo Dec. Est. n.º 57.099/23, correspondendo, respectivamente, ao Fundo de Capitalização dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul (Fundoprev Militar) e ao Fundo de Capitalização dos Servidores Civis do Estado do Rio Grande do Sul (Fundoprev Civil).

Uma das principais competências dos Comitês de Investimentos dos Fundoprevs é a propositura da PAI, cuja construção ocorre em consonância com os dispositivos da legislação em vigor. A PAI disciplina as diretrizes das tomadas de decisões, do gerenciamento e do acompanhamento da gestão dos recursos previdenciários, a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos ativos e dos passivos, considerando sempre os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, bem como o atingimento da meta de rentabilidade estabelecida.

Os Comitês reúnem-se de forma ordinária uma vez por mês para avaliação de desempenho mensal das carteiras e definição de diretrizes estratégicas para administração dos Fundoprevs, cujas deliberações são registradas em atas e disponibilizadas no site do IPE Prev.

Em 21/08/25, no Comitê de Investimentos do Fundoprev Civil, foram empossados e entraram em exercícios novos membros, representando o Estado do Rio Grande do Sul e os segurados do Fundoprev Civil. A partir desse momento, as reuniões dos Comitês passaram a ser realizadas apartadamente.

De janeiro a junho de 2026, os Comitês de Investimentos realizaram seis reuniões, em que foram discutidos os pontos relevantes discriminados a seguir.

6.13.4 Comitê de Investimentos do Fundoprev Civil

Tabela 55 Resoluções Fundoprev Civil

Reunião	Resoluções
29/01/26	Relatório Dezembro/25; Relatório de Ativos Financeiros dos Fundoprevs 2025; Relatório de Governança 25/2, PAI 2026, LCE n.º 15.511/20.
26/02/26	Relatório Janeiro/26, LCE n.º 15.511/20; Relatório de Diligência de Ativos dos Fundoprevs 2025/2.
19/03/26	Relatório Fevereiro/26, LCE n.º 15.511/20.
23/04/26	Relatório Março/26, n.º LCE 15.511/20.
28/05/26	Relatório Abril/26, Credenciamento do Banco do Brasil como Instituição Financeira Habilitada a Cotar Títulos Públicos Federais.
26/06/26	Relatório Maio/26, LCE n.º 15.511/20.

Fonte: Comitê de Investimentos.

6.13.5 Comitê de Investimentos do Fundoprev Militar

Tabela 56 Resoluções Fundoprev Militar

Reunião	Resoluções
03/02/26	Relatório Dezembro/25; Relatório de Ativos Financeiros dos Fundoprevs 2025; Relatório de Governança 25/2, PAI 2026.
03/03/26	Relatório Janeiro/26, Relatório de Diligência de Ativos dos Fundoprevs 2025/2.
26/03/26	Relatório Fevereiro/26
30/04/26	Relatório Março/26
28/05/26	Relatório Abril/26, Credenciamento do Banco do Brasil como instituição Financeira Habilitada a Cotar Títulos Públicos Federais.
30/06/26	Relatório Maio/26.

Fonte: Comitê de Investimentos.

6.13.6 Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial

A Comissão foi instituída pela Portaria IPE Prev n.º 52/24. Realizou reunião para análise e avaliação de materiais classificados como sucatas e sobras de manutenção e consumo, através de Termo de Cooperação firmado com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

Como resultado dos trabalhos, a Comissão elaborou parecer técnico contendo a avaliação dos materiais e a indicação da destinação final adequada, em conformidade com o Dec. Est. n.º 57.408/23, contribuindo para a correta gestão dos bens públicos, a racionalização dos espaços de armazenamento, a sustentabilidade e a observância das normas de administração patrimonial.

6.13.7 Comissão Permanente de Sindicância

Instituída pela Portaria IPE Prev n.º 03/21 alterada pela Apostila IPE Prev n.º 03/22 e pela Portaria IPE Prev n.º 05/26, a comissão atua como instância de controle da regularidade dos benefícios previdenciários no âmbito do RPPS/RS, bem como instância disciplinar do Instituto para apuração dos fatos previstos na LCE n.º 10.098/94. A Comissão encontra-se regulamentada pela IN IPE Prev n.º 12/24, que estabelece o procedimento para a realização de sindicâncias previdenciárias no âmbito do RPPS/RS.

Entre as principais atividades estão o recebimento de denúncias e apontamentos, verificação dos elementos trazidos à Comissão Permanente de Sindicância, abertura de PROA, instauração de procedimentos administrativos, sugestão de suspensão de benefícios, expedição de intimações e a elaboração de relatórios sobre as sindicâncias previdenciárias levadas a termo.

Ao término do primeiro semestre a comissão instaurou 8 sindicâncias previdenciárias, sugeriu a suspensão de 8 benefícios pensão por morte e elaborou 29 relatórios finais.

6.13.8 Comissão Permanente do Regime Especial de Teletrabalho

A Comissão Permanente de Regime Especial de Teletrabalho (CPRET) foi instituída pela Portaria IPE Prev n.º 18/22, e suas alterações, com a finalidade de verificar o cumprimento dos requisitos elencados para solicitação de autorização para regime especial de teletrabalho, conforme legislação vigente e o disposto na IN IPE Prev n.º 15/22, e suas alterações.

O semestre foi marcado pela consolidação da migração dos processos de teletrabalho para o SEI, resultando em aumento do volume de expedientes encaminhados à CEPRET. Durante o período, foram realizadas 65 análises processuais formais, correspondentes a 54 processos distintos que tramitaram pela comissão ao menos uma vez entre janeiro e junho de 2026. Desses processos, 35 foram conduzidos por meio do SEI e 19 permaneceram no sistema PROA, evidenciando a predominância do novo fluxo processual eletrônico.

As análises envolveram 44 manifestações relativas a pedidos de adesão, 19 relativas a renovações e 2 relativas a alterações de regime de teletrabalho.

6.13.9 Comissão Permanente para Elaboração do RGC

Comissão instituída pela Portaria n.º 19/25, para a elaboração do Relatório Semestral de Governança Corporativa, no âmbito do RPPS/RS, sendo realizadas 3 reuniões no primeiro semestre.

6.13.10 Comissão Permanente para o Controle de Receitas Previdenciárias

Instituída pela Portaria IPE Prev n.º 47/20, tem concentrado suas atividades no desenvolvimento do sistema Gestão Financeira Previdenciária (GFPREV), que substituirá o RHE Previdência.

As atividades da Comissão Permanente para o Controle das Receitas Previdenciárias do IPE Prev concentraram-se no desenvolvimento do novo sistema GFPREV. Os principais pontos homologados no primeiro semestre de 2026 referem-se aos demonstrativos financeiros (informação integrada dos relatórios do sistema RHE 3408 e 3050), integração no Sistema de Finanças Públicas do Estado (empenhos e liquidações de patronais e complementações financeiras), Notas Financeiras (integração com webservice Procergs, sobre o repasse das retenções previdenciárias).

6.13.11 Comissão do 2º Concurso Público

A Comissão foi constituída pela Portaria n.º 24/25, com o objetivo de elaborar o Termo de Referência para contratação de empresa especializada na para a prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de concurso público, bem como prestar esclarecimentos e informações à banca realizadora do concurso sempre que necessário.

Em 4 de março de 2025, foi realizada reunião com a banca organizadora FUNDATEC. Na ocasião, foram encaminhados os dados necessários à elaboração do edital do concurso. Também foram analisadas as propostas de elaboração do edital e cronograma para a execução do certame.

O processo n.º 25/1440-0006752-5 foi encaminhado contendo o edital para análise da SPGG e posterior publicação dos extratos no DOE RS (SPGG).

Tabela 57 Publicações Realizadas no DOE

Dia	Publicações
25/02/26	Súmula do Contrato n.º 03/26;
13/05/26	Edital 01/26 de Abertura das Inscrições para o Concurso Público;
26/05/26	Extrato n.º 02/26 – Retificação do Edital 01/26;
26/05/26	Extrato n.º 03/26 – Resultados dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição;
09/06/26	Extrato n.º 04/26 – Resultado Definitivo dos Pedidos de Isenção de Taxa de Inscrição;
26/06/26	Extrato n.º 05/26 – Divulgação da Nominata das Bancas Colaboradoras das Provas Teórico-Objetivas, Discursivas e de Redação.

Fonte: Comissão do 2° Concurso Público.

Comissão Setorial de Estágio Probatório

Instituída pela Portaria IPE Prev n.º 05/23, realizou a avaliação final do Estágio Probatório de 10 (dez) servidores que completaram os três anos de estágio probatório e encaminhamento PROA para a SPGG – Comissão Central de Estágio Probatório, responsável pela elaboração dos atos de estabilidade dos servidores aprovados e posterior publicação da estabilidade no DOE.

6.13.12 Grupo de Governança de TIC

Instituído pela Portaria IPE Prev n.º 87/19, o Grupo de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (GGTIC), tem como missão definir e orientar políticas e estratégias de tecnologia da informação e comunicação, alinhadas à Política Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação, além de supervisionar a gestão de tecnologia, segurança da informação e governança digital.

No primeiro semestre de 2026, o Grupo reuniu-se em duas oportunidades, nos meses de janeiro e abril.

Em abril, o grupo deliberou sobre a indicação da equipe de Planejamento de TIC do IPE Prev para encaminhamento à Diretoria Executiva, em atendimento ao Ofício Circular n.º 02/26/SPGG e à SPGG n.º 09/26. A deliberação resultou na publicação da Portaria IPE Prev n.º 14/26, que formalizou a composição da equipe. Também foi analisado o Plano de Continuidade de TIC, conforme a IN SPGG n.º 03/26, concluindo-se que nenhum sistema do Instituto se enquadra nas classificações de alta criticidade.

Adicionalmente, informa-se que a continuidade do Grupo se encontra em avaliação, tendo em vista que o Dec. Est. n.º 57.547/24 não mais prevê sua manutenção na estrutura governamental. O tema está sendo tratado no âmbito do PROA n.º 22/1440-0002403-0.

6.13.13 Grupo de Trabalho para Revisão da Folha de Pensões

Foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) da Folha, por meio da Portaria IPE Prev n.º 24/24, composto por representantes da Presidência, da Diretoria de Benefícios, da Gerência de Folha, da Gerência de Pensões e da Assessoria Jurídica, com o objetivo de permanente revisão da folha de pensões.

O GT visa à elaboração de orientação normativa acerca das regras para pagamento do benefício pensão por morte, no âmbito do RPPS/RS, além de acompanhar a execução do Dec. n.º 57.241/23, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento, propondo ajustes nos fluxos internos, analisando reclamações e mantendo interlocução com entidades consignatárias, garantindo a conformidade das operações.

6.13.14 Grupo de Trabalho Regularização de Bens Móveis

Instituído pela Portaria conjunta IPE Prev e IPE Saúde n.º 01/25, com a finalidade de analisar a regularização da situação patrimonial dos bens móveis herdados do extinto IPERGS, após a cisão em 2018, com a aprovação das LCEs n.º 15.143/18 e 15.144/18 foram realizadas reuniões nas quais se deliberou pela restituição dos bens de caráter histórico, bem como daqueles considerados de interesse do IPE Prev para composição e preservação de seu acervo.

Em cumprimento às deliberações do GT, o IPE Saúde restituiu 10 (dez) bens ao IPE Prev. Em relação aos demais bens que permaneceram em uso naquele Instituto, totalizando 280 (duzentos e oitenta) itens diversos, foi realizada a transferência definitiva de sua titularidade ao IPE Saúde, tendo os trabalhos sido concluídos em 28/02/26.

6.13.15 Grupo de Trabalho de Gestão Integrada de Riscos

O Grupo de Trabalho foi instituído pela Portaria IPE Prev n.º 16/26, sendo responsável pela elaboração de propostas para a implantação da Política de Gestão Integrada de Riscos no âmbito do IPE Prev. A iniciativa representa um importante avanço no fortalecimento da governança institucional, ao buscar estruturar diretrizes, procedimentos e instrumentos que viabilizem a gestão sistemática dos riscos organizacionais, em conformidade com o Dec. Est. n.º 56.237/21 e alinhada às melhores práticas de governança aplicáveis à Administração Pública. O GT reúne representantes de diferentes áreas do Instituto, promovendo uma abordagem integrada e multidisciplinar para a construção da política.

Durante o primeiro semestre de 2026, foram realizadas as atividades iniciais voltadas à estruturação do processo de implantação da gestão integrada de riscos. Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a troca de experiências com a Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria da Fazenda do Estado, que compartilhou sua trajetória na implementação da metodologia de gestão de riscos, bem como os instrumentos utilizados para identificação, monitoramento e tratamento dos riscos institucionais. Também foram promovidas análises comparativas com práticas adotadas por outros institutos previdenciários, contribuindo para a identificação de referências e oportunidades de aprimoramento.

6.13.16 Grupo de Trabalho para Alterações do Dec. Est. n.º 56.148/21 e Revisão do Regimento Interno do IPE Prev

O Grupo de Trabalho foi constituído pela Portaria IPE Prev n.º 19/26, com a finalidade de propor alterações ao Dec. n.º 56.148/21, e de revisar o Regimento Interno do IPE Prev, instituído pela Portaria IPE Prev n.º 29/23.

A iniciativa visa avaliar e aperfeiçoar a estrutura organizacional, as competências e os processos de trabalho das unidades, buscando assegurar maior

aderência às necessidades institucionais atuais e fortalecer a eficiência administrativa e operacional do Instituto.

O GT, integrado por representantes de diferentes áreas do IPE Prev, recebeu a atribuição de apresentar relatório final contendo propostas de revisão normativa no prazo de 180 dias, contados da publicação da Portaria de constituição.

Considerando que o GT foi instituído e iniciou suas atividades nos últimos dias do primeiro semestre de 2026, os trabalhos de análise, discussão e consolidação das propostas de alteração normativa terão continuidade ao longo do segundo semestre, quando se prevê a conclusão dos estudos e o encaminhamento do relatório final à Diretoria Executiva.

7 GESTÃO DE PESSOAL

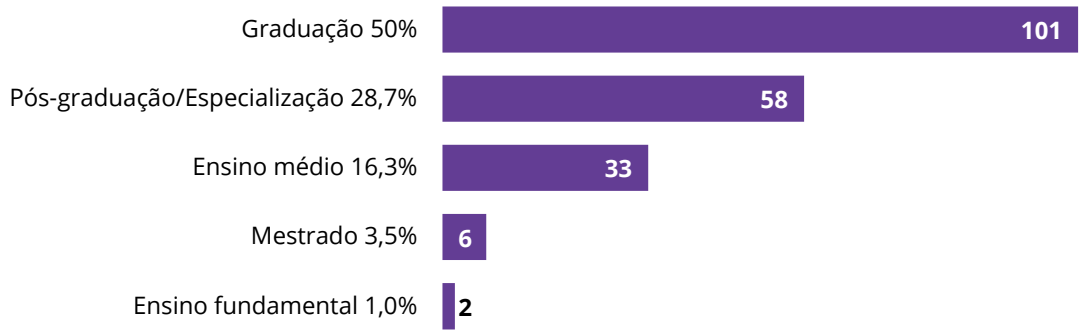
A Gerência de Recursos Humanos atua de forma integrada na gestão de pessoas, na administração funcional, na capacitação e na promoção da saúde do trabalhador, observando princípios da governança pública, da eficiência administrativa, da transparência, da rastreabilidade dos processos e da conformidade normativa de suas competências previstas na Portaria IPE Prev n.º 29/23, Art. 46, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Desenvolvimento de Pessoal (SDP) e Serviço de Registro de Folha de Pagamento (SRFP).

7.1 Força de Trabalho

Os dados referentes ao perfil de escolaridade demonstram que a maior parcela possui graduação, totalizando 101 pessoas, correspondentes a 50,5% do total. Na sequência, encontram-se 58 pessoas com pós-graduação ou especialização, equivalentes a 29%; 33 com ensino médio, representando 16,5%; 6 com mestrado, correspondentes a 3%; e dois com ensino fundamental, equivalentes a 1%.

Consideradas conjuntamente, as pessoas com graduação, pós-graduação, especialização ou mestrado somam 165 servidores e representam aproximadamente 82,5% do total, evidenciando o elevado nível de qualificação da força de trabalho do Instituto.

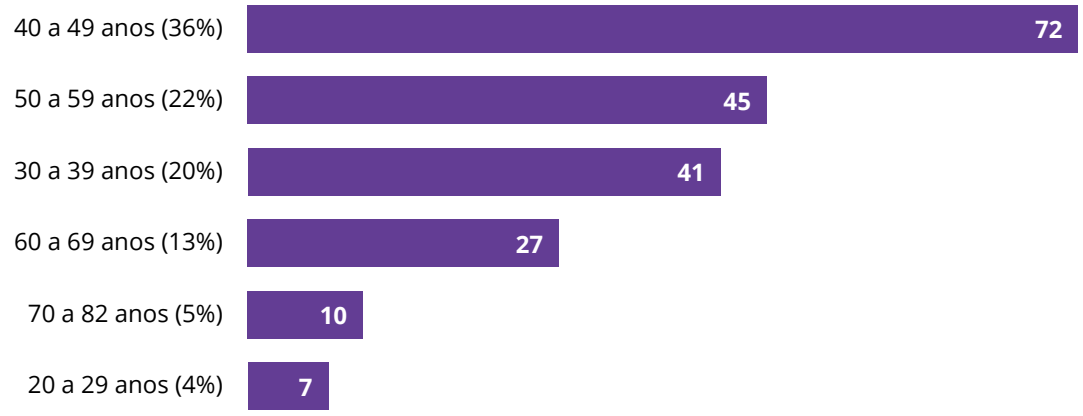
Figura 40 Distribuição da Força de Trabalho por Nível de Escolaridade



Fonte: Gerência de Recursos Humanos.

Em relação ao perfil etário, a faixa entre 40 e 49 anos apresentou a maior concentração, com 71 pessoas, correspondendo a 35,5% do total. Em seguida, encontram-se 45 pessoas entre 50 e 59 anos, equivalentes a 22,5%; 41 entre 30 e 39 anos, representando 20,5%; 26 entre 60 e 69 anos, correspondentes a 13%; 10 entre 70 e 82 anos, equivalentes a 5,0%; e 7 entre 20 e 29 anos, representando 3,5%.

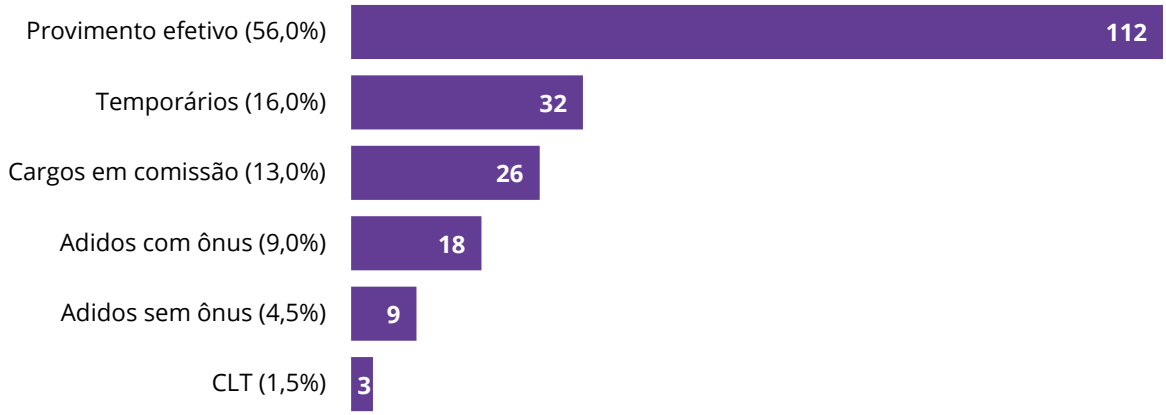
Figura 41 Distribuição da Força de Trabalho por Faixa Etária



Fonte: Gerência de Recursos Humanos.

Quanto à natureza dos vínculos, a base apresentada totaliza 200 pessoas. O provimento efetivo constitui a principal forma de vínculo, com 112 servidores, representando 56,0% do total. Os servidores temporários somam 32, equivalentes a 16,0%; os ocupantes de cargos em comissão totalizam 26, correspondendo a 13,0%; os adidos com ônus somam 18, representando 9,0%; os adidos sem ônus totalizam 9, equivalentes a 4,5%; e os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT somam 3, correspondendo a 1,5%.

Figura 42 Composição da Força de Trabalho por Natureza do Vínculo



Fonte: Gerência de Recursos Humanos.

7.2 Capacitações

No primeiro semestre de 2026, o Serviço de Desenvolvimento de Pessoal acompanhou ações de capacitação realizadas pelos servidores do Instituto. As atividades compreenderam participações em cursos, congressos, seminários, oficinas, encontros técnicos e ações institucionais, nas modalidades presencial e virtual, além da atuação de servidor como ministrante.

No período, foram registradas 45 ações de capacitação, correspondentes a 473 horas e 30 minutos de carga horária, com 367 registros de participação. Desse total, 36 ações foram realizadas presencialmente na condição de participante, correspondendo a 80,0%; 8 ocorreram na modalidade virtual, equivalentes a 17,8%; e 1 consistiu em participação presencial na condição de ministrante, representando 2,2%.

Figura 43 Ações de Capacitação por Modalidade e Forma de Participação



Fonte: Gerência de Recursos Humanos.

Tabela 58 Capacitações

Modalidade Presencial			
Curso / Ação	**Instituição**	**CH**	**Participantes**
Agile Trends GOV 2026	Agile Trends GOV	32h	4
Curso de Gerenciamento do Stress	ISMA - BR	16h	1
Gestão do eSocial na Administração Pública	META CURSOS E TREINAMENTOS LTDA	17h	4
Govtech Summit 2026	Govtech Summit	16h	29
Integração de novos servidores	IPE Prev	24h	25
Novos servidores - Ponto eletrônico	IPE Prev	8h	15
Oficina de Boas Práticas do SEI	IPE Prev	15h	103
Oficina de Saúde Mental, Perícias e Aposentadoria do Servidor Público	AGIP	3h	2
Palestra de Mês da Mulher	IPE Prev	2h	20
Qualificação em Controle Público e Social	OGE	3h30min	1
RPPS 2026: O que fazer?	APEPREV	16h	2 (conselheiros)
SECOPS Summit 2026	SECOPS Summit	30h	1
South Summit Brazil 2026	South Summit Brazil	24h	27
Workshop de Inteligência Artificial DELL	IPE Prev	4h	42
I Encontro Nacional das Procuradorias Previdenciárias	ANAPE / APESE	14h	1
1º Seminário de Previdência Complementar	ESGC	6h	1
1º Simpósio Gaúcho de Mulheres do RPPS	AGIP	8h	22
8º Congresso Brasileiro de Investimentos	ABIPEM	16h	6 (4 serv. + 2 conselheiros)
24º Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública	AGIP	18h	32 (30 serv. + 2 conselheiros)
59º Congresso Nacional da ABIPEM	ABIPEM	18h	14 (12 serv. + 2 conselheiros)
Total		**290h30min**	**352**

Modalidade virtual			
Curso / Ação	**Instituição**	**CH**	**Participantes**
Autoconhecimento e Interações do Líder	EGOV RS	10h	1
Congresso Nacional de Licitações e Contratos	CON Brasil	32h	1
IA - Aplicações no Governo Federal	ENAP	8h	1
Introdução à Gestão de Riscos - ENAP	ENAP	40h	1
Oficina de Boas Práticas do SEI	IPE Prev	1h	7
Previdência Regime Geral	ENAP	30h	1
Pró-Gestão RPPS	ENAP	30h	1
SEI! USAR 4.0	ENAP	25h	1
Total		**176h**	**14**
Modalidade Presencial como ministrante			
Curso / Ação	**Instituição**	**CH**	**Ministrante**
III Diálogos com o PROSER - T1/26	EGOV RS	7h	1
Total		**7h**	**1**

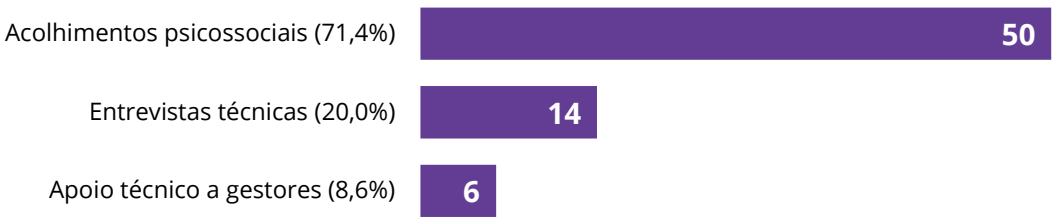
Fonte: Gerência de Recursos Humanos.

7.3 Governança da Saúde do Trabalhador

No primeiro semestre de 2026, o Núcleo PROSER (Programa de Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul), vinculado ao Serviço de Desenvolvimento de Pessoal da Gerência de Recursos Humanos/DAF, desenvolveu ações de escuta qualificada e orientação psicossocial, com foco na identificação de demandas relacionadas à saúde, ao trabalho e às relações institucionais. As atividades também contemplaram apoio técnico e a realização de encaminhamentos destinados ao manejo de situações funcionais.

Até 17 de junho de 2026, foram registradas 70 ações técnicas individuais ou institucionais, compreendendo 50 acolhimentos psicossociais individuais, 14 entrevistas técnicas e seis ações de apoio técnico a gestores.

Figura 44 Ações Técnicas Realizadas pelo Núcleo PROSER



Fonte: Gerência de Recursos Humanos.

Também foram realizadas ações coletivas de promoção da saúde, prevenção e cuidado integral. Destacam-se a palestra de prevenção à violência contra a mulher, realizada em março, com a participação de 20 mulheres; a ação de vacinação promovida em maio, que alcançou 154 pessoas; e cinco acolhimentos de aposentados, por meio de visitas domiciliares ou institucionais, voltados à promoção da saúde, ao cuidado integral e ao apoio à inclusão digital.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO

O IPE Prev oferece atendimento aos beneficiários e ao público em geral por meio dos seguintes canais oficiais de atendimento: digital, telefônico e presencial.

8.1 Atendimento Digital

Este atendimento é realizado por meio do e-mail institucional (atendimento-prev@ipe.rs.gov.br) e do Fale Conosco do App do Servidor RS. Esses canais recebem demandas relacionadas aos serviços e informações previdenciárias, que podem ser respondidas diretamente ou encaminhadas às áreas competentes, conforme o conteúdo.

8.2 Atendimento Telefônico

É realizado por meio da central telefônica do Instituto, acessada pelo número (51) 3376.3500. O sistema utiliza uma URA (Unidade de Resposta Audível), que oferece diversas opções de navegação, incluindo a opção 9 (falar com atendente), voltada ao atendimento humano. Esse canal tem como objetivo fornecer informações gerais sobre os serviços do Instituto e, quando necessário, as ligações são encaminhadas aos setores responsáveis para atendimento especializado.

8.3 Atendimento Presencial

O atendimento é realizado presencialmente na sede da instituição, localizada na Avenida Borges de Medeiros, nº 1.945, bairro Praia de Belas, em Porto Alegre/RS, bem como nas unidades do Tudo Fácil situadas em diferentes regiões do Estado.

A seguir, apresentam-se os quantitativos dos canais de atendimentos.

Tabela 59 Números de Atendimentos

	E-mails	Fale Conosco App Servidor RS	Presenciais no IPE Prev	Tudo Fácil para IPE Prev	Telefonia geral	Telefonia opção atendente	Total
Jan	257	203	490	343	4.423	2.323	8.039
Fev	295	151	246	364	4.284	2.303	7.643
Mar	397	149	796	779	5.470	2.952	10.543
Abr	421	150	725	820	5.337	2.849	10.302
Mai	430	156	947	650	4.365	2.290	8.838
Jun	633	425	507	405	10.994	6.935	19.899
Total	**2.433**	**1.234**	**3.711**	**3.361**	**34.873**	**19.652**	**65.264**

Fonte: Gerência de Atendimento.

8.4 Ouvidoria

A Ouvidoria, vinculada à Secretaria da Casa Civil, reúne os principais canais oficiais de comunicação entre a sociedade e a Administração Pública. Por meio desses canais, são recebidas manifestações como solicitações, reclamações, sugestões, elogios, propostas de melhoria dos serviços públicos, pedidos de acesso à informação e a documentos públicos, além de denúncias.

No Instituto, o atendimento das demandas ocorre por meio do sistema de interlocutores, formado por servidores designados pela gestão para atuar nos respectivos canais e prestar as informações necessárias às manifestações encaminhadas pela Ouvidoria-Geral do Estado (OGE).

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de demandas recebidas, analisadas e respondidas por canal e por mês, conforme registros do Sistema da OGE. Na sequência, são apresentados gráficos que demonstram a evolução dessas demandas ao longo do período analisado.

Tabela 60 Números dos Canais da OGE

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
SIC / LAI	1	2	5	1	3	2	14
Denúncias	0	4	2	1	1	1	9
Ouvidoria	30	11	41	34	32	33	181
Recursos	2	2	0	0	1	1	6
Total	**33**	**19**	**48**	**36**	**37**	**37**	**210**

Fonte: Ouvidoria.

9 CERTIFICAÇÕES E SELOS

9.1 Pró-Gestão RPPS

Durante o primeiro semestre de 2026 o IPE Prev desenvolveu um conjunto consistente de ações voltadas à manutenção da certificação institucional e à preparação para a obtenção do **Pró-Gestão RPPS Nível III**. No período, foi conduzida com êxito a auditoria de manutenção do Nível II, resultando na confirmação de aderência integral (100%) aos requisitos avaliados, além da divulgação institucional desse resultado. Paralelamente, foi formalizada a contratação da empresa certificadora responsável pelas pré-auditorias e pela auditoria de certificação do Nível III, com definição e posterior ajuste do cronograma das atividades.

Foram realizadas duas pré-auditorias documentais, acompanhadas da organização, sistematização e disponibilização de evidências nas dimensões de Governança Corporativa, Controles Internos e Educação Previdenciária, incluindo atualização de documentos, adequação de conteúdos de transparência institucional, revisão da Cartilha Previdenciária, elaboração e encaminhamento de relatórios exigidos pelo programa, articulação com conselhos e comitês, além da coleta e consolidação de documentação comprobatória de requisitos específicos.

Também foram promovidas ações de capacitação vinculadas aos critérios do programa, especialmente na área de controles internos, bem como iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos, da transparência e do controle interno. Os resultados das pré-auditorias demonstraram avanço significativo na maturidade institucional do Instituto e indicaram conformidade plena em diversos requisitos avaliados, consolidando as condições necessárias para a auditoria de certificação presencial prevista para julho de 2026.

No mês de abril, o IPE Prev publicou a versão 4.0 do Manual de Processos, contemplando o mapeamento e a manualização de processos das seguintes áreas de atuação:

Atendimento ao beneficiário:

- Atendimento presencial;
- Atendimento telefônico;
- Ouvidoria.

Área financeira:

- Elaboração e execução orçamentária;
- Solicitação de empenho, liquidação e pagamento de despesas;
- Tesouraria.

A atualização do Manual de Processos representa um importante avanço na padronização e na melhoria contínua das atividades institucionais, fortalecendo a governança, a transparência e a eficiência dos serviços prestados pelo IPE Prev. Com

a formalização dos fluxos e procedimentos, a instituição aprimora a gestão do conhecimento e contribui para a qualificação dos processos de trabalho e do atendimento aos segurados e beneficiários.

O manual de processos do IPE Prev pode ser acessado em: https://admin.ipeprev.rs.gov.br/upload/arquivos/202605/05162721-2026-05-05-manual-de-processos-v-4-0.pdf.

Em observância aos princípios constitucionais da publicidade, transparência e eficiência da Administração Pública, bem como às boas práticas de governança aplicáveis aos RPPS, o IPE Prev mantém em seu portal institucional informações atualizadas e de amplo acesso à sociedade, contemplando dados, documentos, relatórios, indicadores e demais conteúdos relevantes à gestão previdenciária. Tal medida visa fortalecer os mecanismos de controle interno, controle externo e controle social, assegurando a ampla divulgação das ações institucionais e a prestação de contas aos segurados, pensionistas, órgãos de controle e à sociedade em geral.

As informações podem ser consultadas por meio da página Transparência - IPE Prev: https://ipeprev.rs.gov.br/transparencia-ipeprev, que reúne os principais instrumentos de transparência ativa adotados pelo Instituto.

Tabela 61 Quantidade de Processos Mapeados e Manualizados

Área de Atuação do RPPS	Quant.
Aposentadorias	4
Pensão por Morte	3
Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios	9
Atendimento ao Beneficiário - *novidade da versão 4.0*	3
Compensação Previdenciária	4
Certidão de Tempo de Contribuição (CTC)	1
Arrecadação	2
Investimentos	7
Área Financeira (contabilidade) - *novidade da versão 4.0*	3
Tecnologia da Informação	12
Total	**48**

Fonte: Manual de Processos do IPE Prev, versão 4.0 de abril de 2026.

9.2 Plano Gaúcho de Promoção da Integridade

O IPE Prev é certificado com o selo de Integridade pelo CIP que reflete a atuação ética, transparente e colaborativa com órgãos como a OGE, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria da Fazenda, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e o TCE.

O IPE Prev possui a certificação Selo de Integridade, concedida pelo CIP, que reflete sua atuação ética, transparente e colaborativa junto a órgãos como a OGE, PGE, SEFAZ, CAGE e o TCE.

9.3 Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

O PNPC concede o Selo de Participante aos órgãos públicos que integram a iniciativa conjunta do TCU e das Redes de Controle da Gestão Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Figura 45 Selos de Gestão



Fonte: https://ipeprev.rs.gov.br/inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados ao longo deste relatório demonstram a relevância da atuação do IPE Prev na administração do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul. A manutenção da regularidade dos pagamentos, a concessão de benefícios, a gestão dos investimentos e o avanço dos projetos estratégicos evidenciam o compromisso institucional com a segurança previdenciária e a sustentabilidade do regime.

Destaca-se, ainda o esforço permanente voltado ao aprimoramento da governança corporativa, com a consolidação de práticas de integridade, gestão de riscos, planejamento estratégico e conformidade legal. Essas ações fortalecem a capacidade institucional do Instituto para enfrentar os desafios presentes e futuros da gestão previdenciária.

Além dessas organizações, destacam-se as seguintes ações e realizações ocorridas no **primeiro semestre de 2026.**

- O patrimônio consolidado do Fundoprev Civil e do Fundoprev Militar ultrapassa R$ 7,3 bilhões, e os investimentos geraram mais de R$ 441 milhões em rendimentos no semestre;
- A concessão de 1.810 benefícios previdenciários, sendo 848 aposentadorias e transferências à inatividade e 962 pensões por morte;
- Nas ações de capacitação, registraram-se 352 participações presenciais, 14 virtuais, 1 atuação como ministrante;
- A implementação do PPE, que representa um avanço significativo na modernização da gestão previdenciária, promovendo maior eficiência operacional, padronização de procedimentos e agilidade na análise dos requerimentos;
- A renovação administrativa do CRP em 12 de fevereiro de 2026.

Por fim, o IPE Prev reafirma seu compromisso com a transparência, a inovação, a excelência na prestação de serviços públicos e a busca contínua por resultados que assegurem proteção previdenciária aos segurados e pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo para uma gestão cada vez mais eficiente, sustentável e orientada ao cidadão.